

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de assinatura de atos e entrega de 101 máquinas retroescavadeiras e 70 máquinas motoniveladoras a municípios do estado do Rio Grande do Norte

Natal-RN, 03 de junho de 2013

Primeiro, eu queria dar uma boa tarde a todas as pessoas que estão aqui, há quase 5 horas sem comer, com o estômago roncando, e dizer que eu vou tentar não ser longa. Veja bem, não falei que ia ser curta, mas não vou ser longa. E dizer para vocês que tem momentos na vida em que a gente participa de cerimônias que são, assim, uma espécie de batismo. Eu me sinto, aqui, batizada como potiguar.

Agradeço o um minuto de palmas proposto pelo nosso presidente da Câmara Federal, Henrique Eduardo Alves. E também todas as palmas que a Rosalba Ciarlini, a governadora, e o prefeito que falou em nome de todos os prefeitos puxaram para mim. E me sinto muito honrada, muito emocionada, pela manifestação, aqui, de amizade, de carinho. E também fico entusiasmada com as reivindicações. Acho que vocês têm toda razão: prefeito e prefeita que não reivindicam, tem alguma coisa errada acontecendo. Inclui-se aí também governadores e governadoras.

Eu queria dirigir um cumprimento especial, aqui, uma homenagem aos trabalhadores que serão os operadores das máquinas que nós estamos entregando hoje, esses trabalhadores que foram capacitados para operar essas máquinas. Dirigir a todos eles a minha saudação.

Querida também cumprimentar a governadora Rosalba Ciarlini, que tem sido uma grande parceira em todos esses dois anos e mais de quatro meses, cinco meses de governo, que nós temos trabalhado, ela aqui no Rio Grande do Norte e eu lá em Brasília.

Agradeço também ao presidente da Câmara, ao Henrique Eduardo Alves, por toda a parceria. E também pela sua determinação em buscar sempre, em qualquer oportunidade, aproveitando qualquer espaço, uma reivindicação aqui para o Rio Grande do Norte.

Aliás, eu queria comentar uma coisa com vocês. Eu tenho a declarar uma coisa que eu aprendi ainda como ministra-chefe da Casa Civil do presidente Lula: é que as lideranças do Rio Grande do Norte, as lideranças potiguares, elas são extremamente determinadas, e cessa tudo se não chegamos a (incompreensível) em matéria de divergência política quando se trata de defender o estado do Rio Grande do Norte. E aí eu queria lembrar também – fazendo justiça – quando também, a então governadora Wilma Faria me procurava, como chefe da Casa Civil, e brigava por várias dessas coisas que hoje estão sendo realizadas. Entre elas o aeroporto de São Gonçalo do Amarante.

Querida cumprimentar também um outro parceiro, também que eu tenho o prazer de conhecer bastante, que é o Carlos Eduardo Nunes Alves, o nosso prefeito de Natal.

Querida agradecer a presença dos ministros de Estado que me acompanham aqui hoje: ministro Pepe Vargas, que é do Desenvolvimento Agrário; o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; o ministro César Borges, dos Transportes; o ministro Garibaldi Alves, um grande ministro, não é, Garibaldi, apesar de às vezes ter gente querendo quebrar o ministério dele; e o ministro Gastão Vieira, do Turismo; e a ministra Helena Chagas, da Comunicação Social.

Queria cumprimentar o vice-governador do Rio Grande do Norte, Robinson Faria.
Cumprimentar o presidente da Assembleia Legislativa aqui do Rio Grande do Norte, Ricardo Motta.

O presidente do Tribunal de Justiça, Aderson Silvino.

O senador Paulo Davim.

Queria cumprimentar os deputados federais aqui presentes: a deputada Fátima Bezerra, o deputado Fábio Faria, o deputado João Maia, o Betinho Rosado e a Sandra Rosado.

Cumprimentar, mais uma vez, a governadora... a ex-governadora do estado e vice-prefeita de Natal, Wilma de Faria.

Queria cumprimentar o nosso prefeito de Lajes e agradecer muito por suas palavras, o Luiz Benes Leocádio de Araújo. Além disso, queria dizer para os prefeitos e para as prefeitas: vocês têm uma ótima liderança, com grande capacidade de expressão, e corretamente colocou os seus pleitos.

Queria também o presidente da CUT do Rio Grande do Sul, José Rodrigues Sobrinho. Da CUT do Rio Grande do Norte. Agora, gente, vocês me desculpem, mas é que eu fui batizada recente, o batismo é recente. Lá também eu fui batizada, porque eu sou mineira de nascimento e vivi até uns 20 anos em Minas Gerais. Mas agora que me batizaram, eu estou muito feliz de ser potiguar. Sou gaúcha, potiguar, amazonense. São os três estados que eu recebi a naturalidade, que é a naturalidade no fim, ao cabo, de ser brasileira. Uma presidenta tem de ser nascida e criada em todos os estados da Federação.

Eu queria também cumprimentar o representante do Movimento de Libertação dos Sem Terra, o Edmilson de Oliveira Lima.

Cumprimentar, aqui, as senhoras e os senhores jornalistas, os fotógrafos e os cinegrafistas, com quem, aliás, eu tive o prazer, hoje, de tirar uma ótima, fotografia, não eles de mim, mas eu com eles. Fiquei muito feliz e agradeço a vocês.

Bom, eu quero falar para vocês, assim, com muita sinceridade, que eu venho aqui nesta terra potiguar, aqui no Rio Grande do Norte, que é a esquina do Brasil, e veja que o fato de ser um lugar muito especial do Brasil torna esta região, este estado e esta cidade muito importante. Por isso, eu vim aqui celebrar parcerias, e sempre eu começo por uma parceria que sempre me atraiu muito, que foi o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante. Nessa luta que os ex-governadores e atual governador e o atual presidente do Congresso fizeram para que a gente, de fato, reconhecesse que isso aqui era muito especial, era um local especial do Brasil, perto da África, da Europa e dos Estados Unidos. Enfim, um lugar estratégico, um ponto fundamental, onde pulsava, necessariamente, um projeto, que era esse de construir aqui um *hub* logístico do país.

Então eu sempre fico muito feliz em vir aqui, porque o Henrique estava me dizendo: "Se você for lá, você não vai reconhecer". Pois é, vocês vejam só, além disso, 800 trabalhadores trabalhando. Mas o que é importante é que é um projeto que está sendo realizado, e eu começo por ele porque é muito importante, no Brasil, que a gente perceba que nós somos capazes de realizar projetos. Vocês aqui fizeram esse projeto que muita gente considerava que não ia sair do papel. E, hoje, é uma realidade, que vai, de fato, transformar a economia do Rio Grande do Norte. Por isso eu começo por ele. Registrando esse fato, que é aquele fato fundamental. É quando a gente é capaz de dizer: eu fiz. Então, eu digo aqui: nós fizemos esse projeto. E o empenho das pessoas, o empenho das

lideranças aqui deste estado. A convicção que tinham de que era necessário fazer esse projeto e realizar esse projeto. Começando lá pela Wilma, passando pela Rosalba, com a presença do Garibaldi que ia em todas as... os processos que levaram a este aeroporto, e do Henrique que foi incansável.

Hoje eu estou aqui em 149 municípios recebendo as chaves das 101 retroescavadeiras e das 70 motoniveladoras. Nós fizemos esse conjunto de equipamentos, que começa com a motoniveladora, a retroescavadeira, o caminhão-caçamba, o caminhão-pipa e a pá carregadeira para os municípios do semiárido e aqueles que... para todos os municípios do semiárido e para aqueles que têm declarado também situação de emergência, fora da região específica do semiárido, pegando um pouco mais outras regiões que muitos estados, como a seca foi das piores, é fundamental que a gente dê cobertura para eles.

Por que é que nós fizemos isso? Porque nós consideramos que era algo estratégico para os municípios ter o equipamento, que não vai durar um ano, que não vai durar dois anos, e que tem uma permanência e que muda o sentido do desenvolvimento dos municípios até 50 mil no Brasil inteiro. Aqui são cinco, no resto do Brasil são três. Nós demos prioridade para o MDA no seguinte sentido: enquanto não entregar, a partir do início do mês retrasado, enquanto não entregar para o Nordeste não entrega para o Brasil. Primeiro entrega para o semiárido nordestino e depois entrega para o Brasil. Porque nós reconhecemos justamente essa questão dos instrumentos que os municípios têm de ter para fazer face a uma situação. Mas não só essa situação emergencial da seca. Fazer face às necessidades dos municípios até 50 mil habitantes.

E eu queria fazer uma consideração com vocês sobre seca. Uma das coisas que mais me assusta é o seguinte: por que é que os países que têm invernos abaixo de 20 graus, com 20 graus negativos ou até dez graus negativos, onde tudo é tomado pela neve suportam esse processo sem voltar atrás no caminho do desenvolvimento.

Por que, se eles podem fazer isso e que nós não podemos fazer a mesma coisa com a seca, que tem a desvantagem de, quando bate, durar um tempo muito longo. Mas que, ao mesmo tempo, quando comparada com o inverno rigoroso, não acontece necessariamente todos os anos, ao contrário do inverno.

Então, eu acho que é importantíssimo que a gente pense claramente duas coisas. Primeiro, afirmar: é possível, é possível conviver com a seca; dois, é possível que nós tenhamos o poder de escolher como conviver com a seca. São esses dois eixos que têm estruturado a ação do governo. Primeiro, nós temos de ter segurança hídrica. Para a segurança hídrica nós temos de combinar, primeiro, ações estruturantes, como essa que eu lanço aqui hoje, a Barragem de Oiticica.

A Barragem de Oiticica, vocês mesmo disseram aqui, durante... desde 1950, portanto 63 anos, a Barragem do Oiticica ficou esperando. Eu asseguro a vocês que se a Barragem de Oiticica tivesse sido construída lá atrás, nossa convivência com a seca seria outra. Estavam aqui me dizendo que uma população de 500 mil pessoas teria um enfrentamento com a seca muito maior, em termos de acesso à água. Então, segurança hídrica tem de fazer, nós temos de fazer obras estruturantes da proporção da Barragem de Oiticica. Por isso que a Barragem de Oiticica é também um compromisso do governo federal. Nós estamos fazendo essa barragem por meio do estado, o governo federal coloca mais de R\$ 300 milhões e o governo executa, o governo do estado executa.

Por que essa barragem tem para nós esse papel? Entre outras obras, essas obras estruturantes, elas têm um objetivo. O objetivo é assegurar que nós teremos um horizonte de segurança hídrica, em que a gente pode ter seca e, ao mesmo tempo, controlar a água. Conviver com a seca não é achar que nós vamos acabar com ela. Não, nós vamos derrotar os efeitos da seca. E é isso o que nós queremos com essas obras estruturantes. Mas também tem obras emergenciais, porque não dá para esperar as pessoas... essas obras, que ficaram sem ser feitas nos últimos 63 anos, nós não... o povo não pode esperar, então tem de ter ações imediatas.

Eu acho que foram muito importantes as ações que nós fizemos aqui no estado do Rio Grande do Norte e que nós fizemos em todo o Nordeste: a ampliação dos carros-pipa e colocar carro-pipa sendo operado pelo governo federal por meio do Exército brasileiro. É o Exército brasileiro que opera carro-pipa para o governo federal para evitar qualquer utilização política desses carros-pipa, o que foi uma realidade no passado.

Além disso, nós... acho que foi uma grande ação nossa. Ela não é uma ação do porte da barragem de Oiticica, mas é uma ação importante, que é construir cisternas em toda a região do interior do semiárido. Essas cisternas, elas são cruciais, primeiro, para fazer reserva de água quando chove, mesmo que seja o mínimo. Segundo, para depositar, nessa cisterna, a água dos carros-pipa, e terceiro, fazer também cisterna de produção, cisterna que vai assegurar que os animais tenham água e que a plantação também possa ter água.

Então, essa estratégia de construir cisternas, ela foi muito importante, e também de pequenos sistemas. Aqui se chama barreiro, numa parte do Brasil se chama aguada. Todos os sistemas mais simples de reserva de água, fazer, sim, essa tecnologia que eu acho fundamental porque ela preserva a água, que é a chamada barragem submersa, que permite que a gente construa, em vários locais, barragens debaixo da terra que reserva toda a água, não deixa a água da chuva dispersar.

Essa questão da segurança hídrica, ela é estratégica. E aí... por isso nós repassamos recursos para o governo construir 96 barreiros, instalar ou recuperar 118 poços e construir 192 pequenos sistemas coletivos de abastecimento.

E nós estamos também pagando o Garantia-Safra e a Bolsa Estiagem. E é por isso que nós não vimos, apesar da profundidade dessa seca, nós não vimos ataques a supermercados, a feiras, porque nós criamos um cinturão de proteção que vai durar enquanto a seca durar. Às vezes até um pouco depois da seca, porque as pessoas vão precisar tempo para se recuperar dessa situação.

E aí eu queria entrar com uma outra questão, que é a segurança produtiva. Nós temos de garantir segurança produtiva aqui no Nordeste, porque o que dá a interrupção, o que faz com que as pessoas voltem para trás com tudo aqui aquilo que conquistaram é não ter a segurança produtiva. Por isso, nós vamos lançar um plano safra do Semiárido. Só para o semiárido. O Brasil tem plano safra da agricultura comercial e tem plano safra da agricultura familiar. Agora nós vamos regionalizar um plano safra só para o Semiárido Nordestino. Para garantir o quê? Para garantir que cada vez que a seca ocorre, cada vez que a seca ocorre as pessoas não percam toda a sua criação, não tenham do que viver, e o governo federal não tenha também, de no meio, ou na entressafra, de importar do Sul do país, da Argentina e do Uruguai, milho para abastecer os animais aqui no Nordeste.

Vocês vejam que nós temos todas as condições para fazer isso. Nós vamos precisar de um aumento da consciência, no sentido de saber que se você não reservar um pouco para a hora da seca, você não vai ter proteção, também, quando ela ocorrer. Mas nós vamos dar estrutura para isso, assistência técnica para isso, nós vamos colocar dinheiro para isso.

E também vamos tratar, nesse plano safra, de ações emergenciais, que foi dito aqui pelo companheiro que está ali vestido de verde e amarelo, e as dívidas, as dívidas também serão equacionadas nesse Plano Safra que nós iremos lançar.

Mas voltando a esse plano de retroescavadeiras e de motoniveladoras, dos dois caminhões pipa e caçamba e da pá carregadeira, eles são fundamentais também para a ação dos prefeitos diante da seca. Por isso, nós temos, o Brasil tem um problema: nós estamos comprando mais que a produção anual de determinadas fábricas nós compramos mais. Por exemplo, pá carregadeira, a informação que eu tenho, é que eles produzem em torno de 3 mil pás carregadeiras. Nós vamos precisar de 1.440.

Então, eles têm de aumentar a produção para fornecer para nós e desviar um pouquinho. Nós pretendemos, e é a minha exigência para o MDA, que eles distribuam para os senhores prefeitos e para as senhoras prefeitas o restante até, da retroescavadeira e da motoniveladora, até julho. Dos caminhões, uma parte dos caminhões em agosto, e tentaremos fazer com que eles nos entreguem caminhões e pás carregadeiras, porque até setembro nós queríamos entregar todos os equipamentos para todos os prefeitos. E eu repito, esses equipamentos não são só para seca. Eles são, inclusive, para algo fundamental que é o escoamento da produção agrícola do nosso país, principalmente no interior do Brasil.

Eu queria dizer que eu fico muito feliz de estar aqui, e eu quero assegurar vocês que meu governo todinho, todos os ministros acompanham com muito cuidado e atenção a evolução da situação da seca, e quero garantir para vocês, como eu fiz em todos os estados do Nordeste que eu visitei, que os nordestinos em geral e os potiguares em particular, este povo querido do Rio Grande do Norte, vão continuar recebendo todo o apoio necessário para enfrentar a seca.

O Brasil... nós vamos mudar essa estratégia de enfrentamento da seca. Obras estruturantes combinadas com essa ação conjunta com os governadores e os prefeitos vão nos ajudar a superar a seca como sendo uma tragédia e nós vamos demonstrar que o brasileiro, sobretudo o nordestino, que sempre foi um povo extremamente forte, duro, rígido e capaz de briga, nós ganharemos essa vitória. Mas essa vitória nós não ganhamos contra o clima. Nós ganhamos mostrando que o homem é capaz de controlar as condições em que o clima se manifesta contra ele.

Eu quero dizer que eu não hesitarei em gastar dinheiro federal nessa questão. Agora, nós, sozinhos não somos a andorinha. Não fazemos verão. Nós só atuamos em parceria, e a parceria mais republicana possível. Eu não olho qual é o partido, qual o time de futebol que torce, não olho qual a religião que professa. O que me interessa é que nós todos aqui, prefeitos, governador e presidenta, fomos eleitos pelo voto popular. E é isso que nos torna comprometidos com a população dos nossos município, estado e país.

E eu queria prosseguir dizendo uma coisa: eu tenho parceria em várias áreas com o governo do estado, várias áreas. Nós e o Brasil está mudando. Eu sou da época, só para

vocês terem uma ideia, quando eu entrei no governo do presidente Lula, e em 2005, quando eu fui para a Casa Civil, que a gente comemorava poder investir R\$ 500 milhões, 500 milhões – lembrem bem, só Oiticica custa trezentos e cinquenta e poucos –, a gente comemorava investir 500 milhões em saneamento em todo o Brasil. Hoje nós investiremos, para resolver problema de saneamento no Brasil, 500 milhões é o preço de uma obra, nós investíamos 500 milhões no Brasil inteiro.

O Brasil passou muito tempo sem ter obra, sem ter projeto, sem se fazer projeto. Nós damos muita importância a projeto bem feito. Nós damos muita importância a obra bem realizada, que evita um incômodo total. Agora, nós temos de fazer esse imenso esforço, porque nós viemos de uma época em que não tinha projeto e não tinha investimento. Nós passamos a investir neste país, eu digo para vocês quanto, em... no segundo período... do final do primeiro período do governo Lula para o segundo período. Eu tenho a tranquilidade de dizer para vocês: hoje o Brasil é diferente, vocês são diferentes, vocês, prefeitos, que acabaram de assumir, e os que antecederam vocês, são diferentes. O Pepe, aqui, foi prefeito de Caxias do Sul. O Pepe, se muito, recebeu... máquina você não recebeu, Pepe, nem precisa de falar, que todo mundo sabe. Agora, o Brasil não repassava dinheiro, nós não tínhamos obras em conjunto. O que mudou foi que nós temos obras em conjunto, obras com os prefeitos e com os governadores, no caso, aqui, com a governadora.

E aí, eu acho fundamental dizer que nós, o governo federal, tradicionalmente dizia: segurança pública, eu não tenho nada com isso, porque a Constituição diz que é do estado. Então, o governo federal lavava as mãos e fingia que não via o que estava acontecendo. A partir do governo Lula, e agora porque nós construímos as condições para isso, nós investimos, sim, em segurança pública junto com a governadora. E investimos porque tem ações na área de segurança pública que serão muito mais bem feitas se forem feitas em parceria. Então eu saúdo aqui, viu, governadora, eu saúdo esse programa que vocês acabaram de assinar porque ele deu certo, ele vem dando certo em vários estados.

Eu recebi, uma vez, o telefonema do governador Teotônio, e o governador Teotônio disse para mim: “A situação aqui em Alagoas é terrível. Nós temos a maior taxa de homicídio do Brasil”. E nós fizemos um programa junto com ele, da mesma forma como fizemos com outros governadores. Esse processo é um processo em que nós compartilhamos não só o que está dito que nós estamos compartilhando, que é vamos investir R\$ 22 milhões, mas nós compartilhamos a inteligência. Nós compartilhamos a possibilidade de retirada de presos do sistema prisional para sistemas de segurança máxima federais.

Enfim, nós compartilhamos um conjunto de ações. Nós fazemos, sistematicamente, plano de monitoramento da fronteira com o Exército brasileiro e a Polícia Federal: o programa Ágata que está em curso ainda e o programa Sentinela, que é permanente. Com isso nós também compartilhamos as informações que porventura nós tenhamos acesso. E sobre, obviamente, sobre ações de inteligência ninguém fala muito porque não tem sentido ficar falando muito sobre isso.

Eu queria dizer também para vocês que nós estamos realizando obras que melhoram a infraestrutura do estado. Eu sei que esse estado é um dos estados mais bonitos do Brasil, com uma das praias mais bonitas do país, e por isso, quando nós falamos de turismo, nós

não estamos falando só do turista estrangeiro que vem aqui. Nós estamos falando do turista que vem aqui, do turista brasileiro, que começou a viajar, pegar avião porque o modelo de crescimento mudou. Nós crescemos e distribuimos renda e o povo hoje anda de avião, anda de avião. Então, vir aqui para o Rio Grande do Norte não é algo que não passa pela cabeça de brasileiros. Talvez vocês não saibam, mas tem um encantamento do Brasil, tem um encantamento do Brasil por esta região. E aí nós estamos investindo aqui para que nós tenhamos uma estrutura melhor.

Eu queria levantar, primeiro, uma questão que ninguém falou aqui, porque eles contaram tudo o que eu ia fazer, então sobrou pouca coisa para eu contar, mas eu vou tornar a contar. Eu cito que nós vamos retomar a duplicação do acesso à praia de Pipa, que todo mundo sabe, no Brasil, que é uma das coisas mais bonitas do país, ali em Tibau do Sul. Nós vamos também modernizar – isso a Governadora já falou –, ajudar... fazer uma parceria para modernizar o Centro de Convenções de Natal, porque se moderniza o Centro de Convenções você vai trazer milhares de milhões de turistas aqui porque além de participar da convenção, desfruta da beleza natural.

Nós vamos fazer uma outra coisa, que é, além da concessão do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, que é criar, na BR-101, todas as obras... construir, aliás, todas as obras complementares, que vão melhorar o trânsito no entorno de Natal e entre a capital e Parnamirim. Nós também vamos fazer algo que não estava previsto, mas que eu estou anunciando, que é a Reta Tabajara. A Reta Tabajara terá os seus 26,7 quilômetros duplicados e adequados, e o edital – isso ninguém disse – vai ser publicado no dia 20 de junho. A extensão da BR-304 também está prevista e integra o PAC. Vai da divisa... vai de Natal até a divisa com o Ceará.

O ministro César Borges – vocês deviam dar palmas para ele também e para o Fraxe [diretor-geral do DNIT, Jorge Ernesto Pinto Fraxe] aqui – vai fazer o RDC Integrado até dezembro. A duplicação dessa rodovia... por isso que não é 1 bilhão e 700, não, vai ser mais do que isso. Só a duplicação dessa rodovia está em torno de quase R\$ 1 bilhão.

Também vamos fazer o chamado Gancho do Igapó, sistema... O Gancho do Igapó é um sistema de viadutos e túnel, vocês sabem melhor do que eu, que liga a BR-101 ao aeroporto internacional de São Gonçalo do Amarante. Ela é uma obra turística, é uma obra de logística, ela faz todo o sentido do mundo. Ela é uma obra que tem um sentido estruturante e que nós aprovamos.

Com isso eu queria dizer para vocês o seguinte: o que é que a gente está fazendo? A gente está acelerando o processo para tornar mais competitiva a economia do Rio Grande do Norte. Isso é contra outro estado? Não, não é. Isso é a favor do estado do Rio Grande do Norte, a favor da criação de riquezas aqui. E, sobretudo, a favor de acelerar o crescimento do estado como um todo, não concentrar num só lugar, mas garantir que ele seja integrado e que ele seja um crescimento equilibrado.

Eu queria dizer também que nós vamos continuar mobilizando todos os instrumentos que nós temos para melhorar a condição de vida da população do Rio Grande do Norte. E aqui eu também tenho uma reivindicação. A minha reivindicação é a seguinte: no caso dos royalties é fundamental que a gente faça um esforço no nosso país para a educação. Por quê? Eu sei, eu sei como é que a coisa é, mas eu queria fazer essa ponderação. Por quê? Nós somos um país que, nesses últimos dez anos, vocês sabem, eu falo isso, eu sei

que vocês sentem, eu podia falar o que eu quisesse, se vocês não sentissem, vocês não iam acreditar, que é o seguinte: o Brasil mudou. Nós conseguimos tirar milhões de pessoas da pobreza, colocamos... O Brasil virou um país de classe média. Nós hoje temos um país com mais de 100 milhões de pessoas na chamada classe C. Se você somar com o que está na classe B e A, então dá quase 130 milhões dos nossos quase 200 milhões. Mas nós temos de fazer um esforço para fazer com que sejamos um país de classe média, efetivamente.

Se a gente for olhar, nós vamos continuar expandindo os programas sociais até tirar o último brasileiro da miséria, o último brasileiro da miséria nós tiraremos. Mas tem dois caminhos para tirar as pessoas da miséria, um deles é o emprego, é o crescimento, é gerar emprego, é formar mão de obra, o trabalhador adulto ser formado. E o outro é para jovens e crianças: é educação, educação e mais educação.

E aí, por isso que eu peço que vocês concordem em que uma parte dos... a parte dos royalties, a parte das participações especiais em metade de todos os rendimentos do pré-sal, se destinem à educação. Nós precisamos educar esse povo nosso. E quando eu falo "povo nosso", eu estou falando dos brasileirinhos e das brasileirinhas, que tem de estudar em escola integral, de tempo integral. Nenhum país chegou a ficar um país desenvolvido sem criança estudando. E não é só praticar esporte, nem é só fazer aula de arte. É estudar Matemática, Português, Ciência e uma língua. E isso é caro. Nós temos de tornar a nossa educação a melhor possível. Essa é a condição para nós virarmos um país de classe média, efetivamente. Aquele país em que a pessoa carrega com ela seu patrimônio, e seu patrimônio é a educação.

Eu fico muito feliz de chegar aqui no Rio Grande do Norte e olhar que nós temos... eu estou falando fora do que fez o presidente Lula, além do que fez o presidente Lula, que fez uma revolução criando escola técnica e interiorizando universidade por este país afora. No meu período nós estamos fazendo, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, o IFRN, quatro novos campi, sendo que um já está em funcionamento, que é o de São Gonçalo do Amarante. De Canguaretama, de Ceará-Mirim, de São Paulo do Potengi ainda não estão em funcionamento, mas as obras estão em andamento. Na Universidade Federal Rural do Semiárido tem um novo campus, que é o de Pau Ferro.

Então, eu dou esses exemplos e da importância que isso tem, porque eu tenho certeza que esse é um passo decisivo para o desenvolvimento aqui do Rio Grande do Norte. E eu fico muito feliz de ter aqui... e aí vocês têm que fazer um esforço maior, botar os filhos para estudar inglês. Tem 563 alunos beneficiados pelo Ciência sem Fronteiras. Vocês tem de buscar mais alunos aqui do Rio Grande do Norte para o Ciência sem Fronteiras, que é mandar o menino ou a menina estudar na melhor... numa das melhores universidades do mundo, e tem de saber inglês, não tem jeito. E não adianta querer ir para Portugal, porque para Portugal não vai. Vai para as melhores universidades tecnológicas do mundo. É isso que nós estamos querendo. Aqui também no Brasil tem ótimas universidades.

Nós estamos querendo é colocar o nosso pessoal no que há de "top". Por que é que nós fazemos isso? Porque a gente aprende com os outros. Nós não somos pretensiosos nem soberbos. Nós aprendemos perfeitamente com o que há de melhor no mundo e trazemos

para cá. Fizemos isso com a Embrapa e deu certo. Fizemos com a Petrobrás e deu certo, vamos continuar fazendo e dando certo.

E quero dizer para vocês uma outra coisa: acho que vocês aqui têm condições de fato de universalizar várias coisas; têm condição, também, de ter um desempenho muito bom no Minha Casa, Minha Vida. Acho que depende das prefeituras, depende... A Caixa tem recursos para fazê-lo. Vocês podem perfeitamente chegar ao teto do Minha Casa, Minha Vida. Tem um ano e meio ainda, um ano e meio tem 1 milhão e 200 mil novas contratações para serem feitas.

Finalmente, eu queria dizer o seguinte: eu quero dar continuidade a essa construção, que não começou comigo, nem começou com a governadora Ciarlini, se a gente lembrar bem. Eu lembro bem o esforço imenso feito no governo do presidente Lula, até porque eu ajudei, junto com a ex-governadora Vilma Faria. Eu quero continuar a construir um Rio Grande grande, um Rio Grande do Norte grande, um Rio Grande do Norte que faça, que esteja à altura desse novo Nordeste que o Brasil precisa. O Brasil precisa de um novo Nordeste, e não precisa porque alguém está fazendo um favor para o Nordeste. O Brasil não crescerá o que tem de crescer se o Nordeste não continuar crescendo acima de várias outras regiões do país, porque o Nordeste precisa de tirar o atraso.

Então, de fato, o presidente da Câmara tem razão. De fato, nós temos grande crescimento lá em Pernambuco, no Ceará, na Bahia, mas temos também aqui no Rio Grande do Norte. E eu acho que o Rio Grande do Norte pode perceber que ele tem uma diferença, ele tem um diferencial, melhor dizendo: ele tem uma localização especial, ele tem uma atratividade, em matéria de turismo, que poucos estados do Brasil têm. E, mais do que isso, nós estamos situados num momento em que esta região, chegou a hora e a vez dela, porque tem isso: chegou a hora e a vez do desenvolvimento regional acelerado do Brasil. E aqui é um dos lugares em que isso vai acontecer.

Nós podemos afirmar com orgulho que o povo nordestino deu um passo à frente, fez as escolhas certas tem uma capacidade enorme de trabalho, cria e provoca modificações no resto do Brasil, mas agora eu creio que nós temos de dar, aqui no Nordeste, as mesmas condições que há concentradas onde o país começou fortemente seu desenvolvimento industrial lá no século passado, que é o Sul e o Sudeste. Nós temos de dar agora as condições para que ocorra um surto de desenvolvimento aqui. E esse surto de desenvolvimento tem de ser mais virtuoso do que foi no Sul e no Sudeste. Lá eles se desenvolveram, mas ainda no Sul e no Sudeste tem várias regiões, dentro do Sul e do Sudeste, que são pequenos nortes e nordestes do país.

Nós queremos transformar o Nordeste numa região homogeneamente desenvolvida. Não é possível que nós aceitemos que seja um lugar mais desenvolvido que outro. Daí por que eu, de fato, tenho esse compromisso de melhorar, cada vez mais, dentro da possibilidade do governo federal, um, a infraestrutura. A infraestrutura terá todo o meu empenho. Dois, a política com a convivência da seca, segurança hídrica e segurança produtiva. Três, programas sociais. Quatro, a educação sozinha. E a educação é algo que eu também peço aos prefeitos e às prefeitas. Ajudem, o Brasil tem de fazer, erguer uma única voz pedindo educação, educação e educação.

A hora que nós completarmos essa fase, nós teremos, sem sombra de dúvida, nós teremos dado um salto porque isso vai beneficiar a criação de ciência, tecnologia e

inovação, vai beneficiar a estabilidade e a qualidade do trabalho no Brasil, vai aumentar a produtividade, melhorando assim a nossa economia, e vai, sobretudo, nos colocar em outro patamar. Nós somos um povo criativo porque somos diversos, porque somos uma mistura de europeus com negros e com índios. Nós somos um povo que tem uma imensa capacidade de criar, daí por que nós temos de educar o nosso povo, nós temos de ter um compromisso com a educação de qualidade. É isso que eu peço, na minha reivindicação. No mais, eu tentarei, dentro das possibilidades e sem ser demagógica, atender aos pleitos dos senhores. Podem esperar que na parte da questão das dívidas nós temos uma boa novidade.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014

Palácio do Planalto, 04 de junho de 2013

Queria saudar a todos os produtores rurais aqui presentes e a todas as produtoras rurais também.

Cumprimentar o senador Renan Calheiros, presidente do Senado Federal.

O deputado Henrique Eduardo Alves, presidente da Câmara dos Deputados.

As senhoras e os senhores chefes de missão diplomática acreditados junto ao meu governo.

O governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz.

Queria cumprimentar todos os ministros de estado aqui presentes ao cumprimentar o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antônio Andrade, e a ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Gleisi Hoffmann.

Queria cumprimentar as senhoras e senhores senadores: Kátia Abreu, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Por intermédio da Kátia, eu cumprimento todos os presidentes das federações da agricultura e da pecuária, e dos presidentes dos sindicatos rurais que vieram dos seus estados para prestigiar essa cerimônia. Agradeço imensamente a presença de vocês.

Queria cumprimentar, um cumprimento especial ao Benedito de Lira, presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Queria cumprimentar também o líder do governo no Congresso, José Pimentel.

Cumprimentar os senhores senadores: Ângela Portela, Antônio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Ruben Figueiró, Sérgio Souza, Valdir Raupp,

Queria cumprimentar as senhoras e senhores deputados federais ao cumprimentar o líder do governo na Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia,

Cumprimentar em nome, e em nome dele eu queria cumprimentar todos os funcionários do Ministério da Agricultura, cumprimentar o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Abastecimento, Neri Geller, que participou de todas as reuniões que eu estive presente. Em nome dele eu cumprimento todos os integrantes do Ministério da Agricultura,

Cumprimentar, um cumprimento especial ao ex-ministro da Agricultura e presidente executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Milho, Alysso Paulinelli,

Cumprimentar o presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Ari Joel de Abreu,

Cumprimentar e também agradecer, em nome dele, a todo o Banco do Brasil pela participação inequívoca na política agrícola brasileira e na formulação desse Plano Safra. Eu queria cumprimentar o senador Osmar Dias, vice-presidente de agronegócio e micro e pequenas empresas do Banco do Brasil. Ao cumprimentá-lo, eu agradeço imensamente a contribuição que ele deu na formulação do plano... desse Plano Safra.

Agradeço também ao presidente da Embrapa, Maurício Antonio Lopes, também pela sua contribuição,

Queria também agradecer e cumprimentar o presidente da Conab, o Rubens Rodrigues dos Santos,

Cumprimentar aqui os senhores jornalistas, os senhores e as senhoras fotógrafos e cinegrafistas,

Para mim é um momento muito especial, esse momento de hoje. Na semana passada quando o IBGE divulgou os resultados do PIB do primeiro trimestre de 2013, mais uma vez os números da agropecuária impressionaram. Permitam me lembrar aqui: a agropecuária cresceu 17% em relação ao primeiro trimestre de 2012 e 9,7% frente o quarto trimestre do ano passado.

Eu não tenho dúvidas que a agricultura, neste ano de 2013, terá um crescimento excepcional com grande aumento de produtividade. Nós temos visto caminhões, tratores, máquinas e equipamentos agrícolas para a agricultura sofrendo uma forte pressão de demanda. Em muitos casos não se encontram caminhões para serem entregues. São números que têm impressionado e que impressionam, mas que não surpreendem, porque temos no Brasil hoje uma das agriculturas mais produtivas, mais eficientes e mais competitivas do mundo. Temos uma capacidade produtiva que nos permite abastecer o mercado interno e exportar o excedente gerando riquezas para o nosso país.

Se somos hoje fruto de um processo que não é casual, uma das maiores e das melhores e das mais bem sucedidas agropecuária do mundo, é porque lutamos e contribuímos para isso. É verdade que o Brasil tem condições naturais, extraordinárias, o solo, o clima, a insolação, a quantidade de água. Mas é verdade também que houve um processo de dedicação dos produtores que se empenharam nesse processo agrícola, e que superaram dificuldades e enfrentaram adversidades. E também é verdade que o Brasil fez por onde, ao criar também um conjunto de instituições, em especial a Embrapa, mas outras instituições também foram partícipes desse processo, que é um processo de criação do conhecimento e aplicação desse conhecimento na atividade econômica, agrícola e pecuária.

Nós sabemos que o Brasil também construiu instrumentos de apoio à política e à expansão da agricultura. E o Banco do Brasil é, sem sombra de dúvida, uma instituição que tem sua contribuição nessa área.

Ao lançar hoje o Plano Agrícola e Pecuário de 2013/14, nós vamos reafirmar alguns compromissos que nós fizemos no passado, mas vamos avançar. Vamos reafirmar nosso compromisso com o conjunto do agronegócio brasileiro. Quinta-feira nós iremos lançar o Plano Safra da Agricultura Familiar. O Brasil é um país complexo, um país que comporta um agronegócio pujante e uma agricultura familiar que cresce e que cada vez mais se moderniza e se transforma numa agricultura com maior produtividade, maior eficiência.

Neste Plano Safra, nós vamos reiterar alguns compromissos e desenvolver outros compromissos. Eu queria, primeiro, dizer da importância, nesse Plano Safra, do volume de recursos. São, de fato, R\$ 136 bilhões. E em todos os Planos Safra, desde 2011, eu venho dizendo que nós, se esses recursos forem gastos despendidos com custeio e investimento em todas as áreas previstas, não irá faltar recursos, nós iremos complementar. Cento e trinta e seis bilhões é o que vocês têm colocado à disposição hoje. Gastem e terão mais. Porque nós não olhamos a agricultura como um problema, mas como uma solução. É por isso que é: gastem e terão mais.

Mas eu queria reafirmar aqui alguns compromissos que nós viemos desenvolvendo. Primeiro compromisso: nós temos de ter uma agricultura e temos de entendê-la na sua diversidade, na sua complexidade. Hoje nós estamos tratando do plano chamado agronegócio brasileiro. E o agronegócio brasileiro tem um segmento dele que a gente tem de ter uma atenção especial, porque antes ele estava comprimido entre a grande agricultura e a pequena – que é o médio negócio brasileiro.

Então, nós voltamos a ter compromisso.... reafirmar o nosso compromisso - não é voltamos a ter - é reafirmar o nosso compromisso com o médio produtor agrícola, o médio pecuarista deste país.

Eu começo por aí porque a agricultura é feita de pessoas, é feita de produtores e a eles que nós dedicamos o Plano Safra. Então, esse aumento para 136 bilhões que significa 18% em relação ao que foi ofertado na safra passada, esse aumento ele tem por objetivo assegurar que nós façamos mais um esforço e melhoramos ainda mais a nossa agricultura.

Eu assumi alguns compromissos e disse que esses compromissos nós iríamos cumprir nesse Plano Safra. Quero levantar os dois compromissos que eu assumi: O primeiro, com a questão da armazenagem. E o segundo, em relação à Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Dois elementos fundamentais para fazer avançar o agronegócio, a pecuária no nosso país. Para fazer avançar o que nós temos de melhor que é essa característica da agricultura brasileira de ser extremamente produtiva, comprometida com o que há de mais avançado em matéria de conhecimento. Para isso, nós precisamos de uma Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

E eu inverto meu discurso para dizer do que eu considero a importância dessa agência. Nós temos de fato a Embrapa. Nós temos uma relativa difusão de melhores técnicas, melhores práticas, e temos também uma grande competência nessa área.

Eu acredito que o caminho a percorrer tem um grande espaço a ser ocupado, que é a difusão da tecnologia. A difusão vai permitir, e o casamento entre a Agência e a Embrapa, ele vai permitir que nós tenhamos uma circulação em mão dupla: de um lado levando conhecimento para o produtor. Da classe A à classe E, todas elas precisam de acesso à tecnologia de ponta. É mais fácil para a A e B, a Kátia tem razão, ter acesso porque ela contrata, ela paga por isso. Nós temos de ter uma agência que difunda, que crie as melhores práticas, que incentive. E, ao mesmo tempo, que leve de volta as demandas das diferentes regiões, dos diferentes produtos, e que transforme também a Embrapa, tornando-a muito mais eficiente para o agronegócio no nosso país.

Eu considero – e por isso que eu comecei por aí –, eu considero a Agência um elemento fundamental no processo de transformação do nosso avanço no setor rural brasileiro. Eu

considero que essa agência pode permitir que alcancemos padrões e patamares ainda maiores e que, de fato, nos próximos 10 anos nos transformemos num dos países mais competitivos do mundo. Já somos hoje, já estamos hoje entre os maiores, mas eu quero dizer aqui que sempre se quer... sempre tem de se querer mais: que nós nos transformemos no maior produtor e exportador de alimentos do mundo. Essa Agência tem esse papel, é para isso que ela está sendo criada.

A segunda questão que eu levantei, no outro Plano Safra e que fiz uma promessa pública aqui, envolve armazenagem. Mas envolve armazenagem dentro de uma visão de logística. A armazenagem é crucial para o nosso país. Nós temos todas as condições de fazer armazenagem utilizando o crédito com os juros de 3,5%, 15 anos de prazo para o pagamento. Nós temos todas as condições de almejar uma política agrícola que construa uma capacidade de armazenamento dada por produtores, cooperativas, cerealistas e aqueles que queiram construir armazéns.

Nós temos, então, o quê? As condições para que isso ocorra. Nós temos um setor privado dinâmico, interessado na expansão do agronegócio e da sua logística. E, de outro lado, nós temos os recursos que o Estado brasileiro, nessa etapa do seu desenvolvimento, tem condições de oferecer. Porque quando a gente olha o crescimento de 20 para 136, nós percebemos que hoje estão dadas as condições para que o setor privado se junte ao setor público e construa armazéns.

No que se refere à modernização e ampliação da Conab, ela também será feita através de PPPs. Nós construímos e modernizamos armazéns, e buscaremos que a operação desses armazéns seja feita pela iniciativa privada. É essa combinação que vai permitir que nós tenhamos a quantidade e a capacidade de armazenamento necessária para o país. E os armazéns estão nos pontos modais que ligam a produção à comercialização.

Para isso, eu considero que a Lei dos Portos, que será sancionada hoje, terá um papel fundamental no escoamento da produção, com padrões similares aos internacionais, porque o agronegócio tem condições de produzir, e é necessário que haja uma estrutura que permite que ele comercialize.

Voltar a fazer ferrovias em nosso país, voltar a apostar no modal aquaviário, e voltar a olhar para a duplicação das nossas rodovias é algo central para o agronegócio. Esse é um processo que está em curso, do qual nós completamos a parte que é, eu diria, a derivada da logística, que é a armazenagem.

Por isso, essas duas questões que foram prometidas no Plano Safra anterior, e que agora nós estamos, de forma madura, apresentando... Madura por quê? Porque foi debatido com os produtores, foi debatido com a CNA, foi conversado, nós olhamos, nós levamos horas e horas discutindo como é que era a melhor relação entre as partes.

E mais: a partir deste Plano Safra, há uma integração profunda entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério de Agricultura e Abastecimento. A integração entre a Agência e a Embrapa faz parte desse processo, e faz parte desse processo também o fato de os ministros, tanto o ministro do MAPA, o ministro Antônio Andrade, quanto o ministro Pepe Vargas, do MDA, terem participado dessas etapas do Plano. É fundamental que se veja e que se olhe a complementaridade no Brasil, entre essa agricultura fantástica que nós temos, entre essa diversidade, essa diferenciação, mas, ao mesmo tempo, essa diferenciação que age junto, que trabalha junto e que propõe em conjunto.

Como eu disse a vocês, o foco no médio produtor é algo essencial para nós. O Pronamp, que muita gente não conhece o Pronamp, o Pronamp é o Programa Nacional para o Médio Produtor, ele terá, dessa vez, recursos mais que suficientes. Também se forem usados e utilizados, mais será colocado. Agora, nós teremos R\$ 13,2 bilhões nessa safra, e o enquadramento e as taxas de juros de 4,5% vão permitir um melhor acesso do médio produtor a esses recursos.

Todos os demais produtores vão ser beneficiados com taxas adequadas, tanto no que se refere ao custeio, ao investimento, quanto aos itens financiáveis. Eu determinei ao BNDES que incluía, entre os itens financiáveis pelo PSI, os caminhões para os produtores rurais.

Eu não podia também deixar aqui de citar as cooperativas agropecuárias. Para elas, além de ampliar os recursos, nós vamos reduzir também as taxas de juros para capital de giro. Às vésperas do Dia Mundial do Meio Ambiente, eu não poderia deixar de destacar o papel que o Brasil tem mostrado nessa área, afirmando que é possível expandir a produção de alimentos em simultânea redução do desmatamento.

Nos últimos anos, nós construímos um instrumento muito importante, que é o Programa ABC – Agricultura de Baixo Carbono, para o qual nessa safra também haverá mais recursos para que a gente possa incorporar processos produtivos mais competitivos e mais sustentáveis, porque a agricultura de baixo carbono é extremamente competitiva. Eu tenho certeza que mais e mais agricultores, ao aderirem a esse programa, ao adotarem o plantio direto na palha, a integração lavoura-pecuária-floresta e a recuperação de pastagens degradadas, ampliarão sobremaneira a sustentabilidade da nossa produção agrícola, demonstrando que no Brasil a agricultura tem, sim, capacidade de crescer, capacidade de ser sustentável e de adotar as melhores práticas e técnicas.

Nesse Plano Agrícola, nós também estamos com o Inovagro. O Inovagro, ele vai agir em três áreas que eu considero fundamentais, que é a adoção de tecnologia, aí não através da Embrapa, mas a adoção de tecnologias que nós iremos fomentar. A adoção, e aplicação e a pesquisa dessas tecnologias, que é: nós vamos apoiar algumas práticas: primeiro, o cultivo protegido de hortifrutigranjeiros, a agricultura de precisão e a automação das atividades pecuárias. A cada ano nós iremos priorizar setores. Esses três setores serão priorizados esse ano. O que eu considero também essencial.

Nós também vamos elevar a competitividade de nossa agricultura construindo uma relação muito importante, fruto da parceria entre o Ministério da Educação, o ministro Mercadante, a Embrapa e a CNA, construindo uma rede de educação profissional e inovação tecnológica. Essa rede vai ser construída por universidades, escolas técnicas, Embrapa e unidades do Senar. Com isso também nós iremos dar um grande reforço à questão da formação técnica e profissional.

Eu aproveito também para falar de um tema, que preocupa muito o governo e que cria barreiras para a nossa produção agropecuária, que é a questão da sanidade agropecuária. A concorrência do mercado internacional, nós todos sabemos, ela é extremamente... ela é crescente e extremamente agressiva. A concorrência tem uma agressividade que não nos permite ter lacunas ou insuficiências na nossa política de sanidade.

Por isso nós alocamos recursos para fortalecer e modernizar seis laboratórios federais para torná-los mais capacitados para produzir diagnósticos rápidos, sobretudo rápidos e confiáveis. Nós vamos apoiar, como eu declarei lá na ABCZ, nós vamos apoiar a constituição do Consebov, composto por representantes do setor privado. O que o poder público puder fazer para ajudar, nós faremos. E o Consebov, que não é integrado por nós, mas tem uma representação do setor privado, ele vai fazer toda a sugestão para a tipificação de carcaças e o Ministério da Agricultura vai assumir... ser depositário dos protocolos que porventura venham a ser definidos.

O governo federal sabe que executar atividades na área da sanidade agropecuária é muito importante, e nós sabemos na nossa própria carne. Eu, pessoalmente, quando faço visitas internacionais, quanto mais for transparente, firme e segura a nossa sanidade agropecuária, melhor para os produtores e exportadores brasileiros. E, com isso, evitamos constrangimentos que não têm a menor razão de ser nessa etapa do desenvolvimento do país. O Brasil tem condições de ter uma sanidade agropecuária respeitada no mundo. E isso é fundamental para as relações geopolíticas do país. Então, eu considero esse um setor muito importante, e tenho, sim, muita esperança no Consebov. Acho que uma das boas coisas é a autorregulação do produtor.

Eu gostaria de dizer que, junto com a Agência e junto com a armazenagem, uma terceira questão é crucial, que é a questão do seguro agrícola. Este ano nós teremos 700 milhões para subvencionar o seguro rural. É um aumento de 75% em relação ao volume de recurso que havíamos destinado na safra passada. Nós vamos adotar, nesse setor, novos procedimentos. Nós vamos priorizar regiões e produtos específicos. A parcela do prêmio do seguro subvencionado será maior nas regiões e nos produtos priorizados, resultando em uma política de subvenção muito mais focalizada e mais adequada, para dar segurança ao produtor.

Senhoras e senhores,

Eu gostaria agora de me manifestar sobre uma questão que eu considero muito importante, que é a questão do Plano Safra do Semiárido Brasileiro. Nós teremos este ano um Plano Safra do Semiárido Brasileiro, que nós iremos lançar fora dos dois planos safra, porque ele tem a sua característica específica ligada à questão da seca. Nós iremos lançar na semana que vem, lá no Nordeste.

Mas hoje eu queria antecipar – até porque eu falei disso ontem – algumas, praticamente uma questão, que engloba tudo o que eu vou antecipar. Eu vou antecipar a questão da dívida dos produtores rurais no Semiárido brasileiro. São basicamente quatro medidas que eu vou detalhar aqui e que serão formalizadas em parceria com o Congresso Nacional.

A primeira medida é: nós vamos autorizar a suspensão das execuções das dívidas contratadas junto ao BNB e aos demais bancos, suspensão dos seus prazos processuais e do seu prazo de prescrição. Essa suspensão vai até dezembro de 2014.

A segunda medida, também para os agricultores do semiárido, nós vamos conceder, à semelhança do que fizemos no Pronaf, para os agricultores do Semiárido, um desconto de até 85% para a liquidação de operações de crédito rural contratadas até 2006, com valor original de até R\$ 35 mil por mutuário com recursos do FNE, ou mistas, ou ainda com recursos do Orçamento Geral da União.

Terceira medida: haverá uma linha para composição de dívidas contratadas até 2006, cujo valor original era de até R\$ 200 mil, em até dez anos, com taxa de juros de recursos do FCO... aliás, desculpa, do Fundo Constitucional do Nordeste, do FNE.

Quarta medida: vamos também renegociar as operações contratadas a partir de 2007 e que estavam inadimplentes em dezembro de 2011, em até dez anos, com três anos de carência. O compromisso do meu governo com a população do semiárido e com os produtores da região é irrestrito.

Nós reconhecemos a situação grave. E que, diante dessa situação grave que afeta o Nordeste brasileiro, e que nós estamos fazendo todos os esforços para superar, nos cabe agir para minorar os impactos da seca. E esse Plano Safra do Semiárido, eu queria antecipar para os senhores, ele complementa todas as ações, no sentido da segurança hídrica, que o governo federal tem tomado. A segurança hídrica tem de se combinar com a segurança produtiva, que pode e deve ser fornecida por um plano safra para o semiárido.

São esses dois eixos, segurança hídrica e segurança produtiva, que podem permitir que o Nordeste brasileiro, na sua região do Semiárido e nas adjacências possa conviver com a seca, assim como produtores de países que têm invernos rigorosos convivem com o fato de que a sua produção, inteiramente, é eliminada durante os invernos rigorosos.

Nós temos tecnologia, nós temos experiência e, sobretudo, mesmo que nós não tenhamos imediatamente todas as respostas, nós temos a vontade política de responder. De responder o quê? Como o Brasil convive com a seca na região do semiárido, como nós tomaremos medidas. De um lado, eu falei segurança hídrica, medidas estruturantes.

Ontem nós estivemos lá, lançando a Barragem de Oiticica. Mas as medidas, para cada um real que nós colocamos na interligação da Bacia do São Francisco, nós colocamos [dois] em outras áreas [totalizando três] em projetos específicos: Canal do Sertão Alagoano, todo o sistema de Piau, vertentes litorâneas, sistema lá do algodão da Bahia. Enfim, todas as medidas que vão assegurar água em situação sistemática para o Nordeste. Além de todo o processo de cisternas, além dos caminhões-pipa, além da Bolsa Estiagem e do Garantia-Safra, da Bolsa do Garantia-Safra.

Mas todo esse processo, ele tem de estar escorado também numa questão que é um Plano Safra para o Semiárido. O Brasil pode e deve começar fazendo Planos Safra regionais, nós começamos pelo Nordeste. E é isso que nós vamos anunciar.

Nunca... Finalizando, meus amigos e minhas amigas, nunca é demais repetir que o Brasil é uma potência agropecuária, o que tem muito a nos orgulhar. Essa posição tem sido construída com muito trabalho, muito empreendedorismo, muito investimento, muita tecnologia, muita inovação, e com uma firme disposição dos empreendedores rurais do nosso país. E hoje eu asseguro a vocês, com a vontade política também do meu governo. O Plano Agrícola e Pecuário, o Plano Safra do Agronegócio Brasileiro 2013-2014 é a contribuição do governo para que essa combinação vencedora do empreendedorismo dos senhores, da tecnologia, do trabalho, do investimento, de todas as instituições que nós criamos, tenha continuidade.

Eu tenho certeza que os produtores responderão com o que têm de melhor para oferecer ao país e ao mundo. Essa produção farta, competitiva e sustentável, geradora de empregos e riqueza para o Brasil, mas também com uma firme determinação, que é

também característica do nosso país: essa certeza que nós sempre podemos fazer mais e melhor.

Muito obrigada.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de lançamento dos Planos Setoriais na reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas Palácio do Planalto, 05 de junho de 2013

Bom dia a todos. Eu queria primeiro cumprimentar o professor Luiz Pinguelli Rosa, secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, e que tem tido uma liderança inequívoca ao longo dos últimos anos na direção do Fórum. Queria cumprimentar todas as senhoras ministras e ministros aqui presentes ao cumprimentar a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.

Queria cumprimentar os deputados federais aqui presentes: deputado Alfredo Sirkis, deputada Marina Santana.

Queria cumprimentar as senhoras e os senhores representantes da sociedade civil, das empresas, de instituições governamentais e não-governamentais, do mundo acadêmico, e do mundo da pesquisa que participam deste Fórum.

Cumprimentar as senhoras e os senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas. Mais uma vez eu tenho a honra de participar da reunião do Fórum Brasileiro sobre Mudanças Climáticas, cujo trabalho ao longo de 2012 merece nosso reconhecimento. Eu participo desde o início do Fórum Brasileiro sobre Mudanças Climáticas e acredito que nós tenhamos, através do esforço conjunto, governo e sociedade, chegado a algumas conquistas importantes.

Nesse Dia Mundial do Meio Ambiente, eu também gostaria de prestar uma homenagem aos homens e às mulheres que integram e integraram todas as batalhas que nós travamos, as tentativas, os erros, mas, sobretudo, os acertos nesse processo e que levou a um claro posicionamento do Brasil e um grande respeito pelas políticas do Brasil. E eu não posso deixar de novamente agradecer a incansável dedicação do professor Luiz Pinguelli Rosa que sempre, como coordenador, não só dirige as questões relativas aos trabalhos cotidianos do Fórum, mas também coloca, propõe e conduz os desafios que nós temos de enfrentar para continuarmos a defender o mundo no qual crescer, incluir, conservar e preservar sejam a característica principal do nosso modelo. Os resultados que a ministra Izabella apresentou, e que o professor Pinguelli também apresentou aqui, dão uma clara perspectiva de porque somos considerados uma referência mundial. Não porque sejamos, absolutamente e claramente, um país que preserva o meio ambiente apenas. Mas porque além de preservar o meio ambiente nós enfrentamos algumas questões que sempre foram colocadas como excludentes. Em muitos lugares do mundo, crescer é considerado algo que é contrário a fazê-lo de forma sustentável e ambientalmente correta. Incluir, só se pode fazer, em alguns países, destruindo as condições que a natureza ofereceu para o crescimento do planeta. Eu considero, portanto, que não é apenas o fato de nós termos cumprido números frios,

mas é, sobretudo, o fato da gente afirmar um conceito claro, com o qual nós jamais aceitaremos negociação.

Por isso, eu gostaria de dizer que esse fórum tem uma característica: nós fazemos o balanço do que alcançamos. Temos a consciência de termos feito a boa luta. Mas ao mesmo tempo temos sempre de propor um horizonte de continuidade. Por isso, eu considero muito interessante a exposição do professor Pinguelli mostrando como nós estamos evoluindo, no que se refere ao que temos pela frente em termos de objetivo a alcançar. De fato, o Brasil teve um grande desafio que foi reduzir o desmatamento. De fato, reduzir o desmatamento era uma questão de preservação da maior floresta tropical do mundo. E isso foi algo que eu acredito que, não só o governo, mas a sociedade brasileira, todas as instituições tiveram uma grande capacidade de movimentar-se, de mobilizar-se e mostrar uma clara consciência da importância. Nós, agora, estamos passando para uma nova etapa. E também nós vamos demonstrar nessa nova etapa a mesma capacidade, sem descuidar da questão do desmatamento, que ela jamais pode ser descuidada, essa é uma experiência também que nesses anos, desde 2004, nós temos acumulada – nem um dia só podemos deixar de controlar, fiscalizar, colocar todo o sistema de proteção e ao mesmo tempo de incentivo às populações que vivem naquele bioma, no sentido de proteger o meio ambiente, proteger a Amazônia. Mas também com a clara consciência de que estamos no padrão dos países desenvolvidos que têm como uma das principais preocupações ambientais o uso da energia, a agricultura e a indústria –, mas, sobretudo, a energia e a agricultura pelo impacto que o gasto de energia tem sobre a sociedade. Daí por que, nós – que assumimos de forma voluntária um objetivo no sentido de redução, no horizonte de 2020, da emissão de gás de efeito estufa entre 36,1% e 39% – vamos continuar no processo para cumprir esse desafio. Sabendo que esse desafio tornou-se extremamente passível de ser cumprido. Mas ao mesmo tempo colocando para nós alguns problemas que temos de enfrentar. Nós temos de enfrentar o fato de que se nós continuarmos a fazer hidrelétricas a fio d'água, se nós continuarmos a ter a forma e também toda a arquitetura de energia renovável como nós estamos tendo neste momento, haverá uma tendência inexorável de aumento das térmicas na nossa matriz. Decorrente de hidrelétrica a fio d'água, de eólica e, sobretudo, pelo fato de que são energias que quando não têm mecanismos de reservar são, necessariamente, voláteis, no que se refere ao conjunto do ano. E necessitam, portanto, de ser firmadas por térmicas. Esse é um dos desafios. O segundo desafio diz respeito ao uso da água, diz respeito ao uso da nossa capacidade de produção de alimento para nós e para o mundo. Esse desafio é um desafio que nós temos de enfrentar e nós temos de, sobretudo, demonstrar que é possível produzir alimento e exportar usando o que há de mais avançado em técnicas de preservação do meio ambiente. Por isso, ontem nós demos mais um passo na questão do programa ABC, que é o programa da Agricultura de Baixo Carbono. Nós viemos fazendo o programa, lançamos o programa primeira vez em 2011, e ele vem crescendo. Nesse ano de 2012, nessa safra [20]12 e [20]13, nós tivemos um bom resultado porque houve um acesso muito significativo dos produtores rurais aos recursos que nós tornamos disponíveis. Algo até agora em torno de 3,6 bilhões foram tomados. Nesse próximo Plano Safra, nós vamos

colocar à disposição 4,5 bilhões de reais com taxa de juros negativa, prazo de 8 a 15 anos. Para o quê? Para plantio direto sobre palha; para recomposição de florestas – o que é fundamental –; para utilização de tecnologias como rotação, lavoura, pastagem, floresta; para fixação de nitrogênio no solo, enfim, utilizando o que há hoje no Brasil de mais moderno. E é importante que a gente esclareça sempre: a agricultura de baixo carbono significa aumento de produtividade e respeito ao meio ambiente, simultaneamente. O que quebra outro tabu que não se produz de forma sustentável e ao mesmo tempo eficiente. Produz-se, sim; e produz-se melhor e de forma... e com qualidade. Produz-se mais, melhor e portanto com maior qualidade. E aí eu entro numa questão que eu considero fundamental: eu acho que o desafio que o professor Pinguelli e a ministra Izabella mostram, que está diante de nós, é que de nós é exigido que entremos a passos largos e que sejamos um dos países que entra de forma mais acelerada numa proposta que é a proposta da economia de baixo carbono. É esse, na verdade, o desafio, tanto para a indústria, tanto para a agricultura, tanto para a energia. Nós temos de entrar. É isso que nós temos de fazer. O Brasil vai demonstrar que nós somos capazes de liderar um processo que é crucial para o mundo, para o nosso planeta, que é o da economia de baixo carbono.

Assim, eu gostaria de dizer que temos uma grande capacidade e um grande acúmulo de vitórias e experiências que são muito importantes, e são elas – esse acúmulo de experiências e vitórias – que fazem com que nós possamos trilhar esta nova avenida de forma mais acelerada. Um olhar retrospectivo em 2012 mostra que nós conseguimos algumas coisas importantes. Acho que o Brasil foi bem sucedido quando sediou a Conferência Rio+20, quando, a despeito de visões extremamente pessimistas, produzimos um documento que é um denominador comum. Não é o que nós propomos para nós, mas é o denominador comum passível para o mundo, o qual nós temos de fazer avançar, que é o documento chamado “O Futuro que Queremos”. Nós temos condições, também no plano internacional e atuando de forma efetiva entre [20]13 e [20]15, colocar e tentar avançar na pauta internacional, dentro do princípio: responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Agora, é sempre bom dizer que para o Brasil, as responsabilidades diferenciadas não são menores. Sempre foram maiores. E isso a gente pode medir na Conferência de Copenhague, quando fomos nós, um dos poucos países do mundo, que assumimos a redução de 36% mínimo na nossa emissão de gás de efeito estufa. Acredito que a questão diferenciada é, sobretudo, um processo no qual se reconhece que é um acúmulo de emissões feitas pelos países desenvolvidos. É uma questão de justiça, e é muito bom fazer justiça em relação ao desenvolvimento. Isso não significa que nós seremos pusilânimes no que se refere ao combate dos efeitos da mudança do clima e muito menos das exigências dos países em desenvolvimento de também dar a sua contribuição efetiva para a redução do avanço dos gases do efeito estufa e do aumento das temperaturas do planeta.

Uma outra questão que eu considero importante, e que nós temos sempre de ficar atentos a ela, foi a questão do novo Código Florestal. No novo Código Florestal, nós – e principalmente agora, que temos de executá-lo – nós vamos provar que temos instrumentos consistentes para o equilíbrio entre a produção agropecuária e florestal e a proteção ambiental. Nós estamos engajados, e a ministra Izabella eu acho que nesse

caso ela tem uma grande contribuição a prestar ao país, que é o problema da regularização das propriedades rurais. Sem a regularização das propriedades rurais, sem definição de todas as proteções ambientais que tem de ser feitas numa propriedade, ninguém controlará. Nós seremos não um país que efetiva a produção rural com sustentabilidade, nós seremos só o país que pune e fiscaliza. Por isso, tem de regularizar, por isso tem de incentivar a criação de áreas de proteção ambiental, por isso que nós temos de considerar esse um dos grandes desafios do país. E eu tenho certeza que poucos países do mundo têm um código florestal tão avançado quanto o nosso. Tenho certeza, também, que nos próximos anos nós estaremos comemorando a efetivação desse controle ambiental através de uma ação não negativa, de uma ação afirmativa de que, sim, é possível produzir, sim, é possível proteger e conservar. De fato, uma das coisas que nós mais nos orgulhamos e nos orgulhamos todos – eu acho que governo e sociedade civil – porque temos de nos orgulhar desse Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no bioma da Amazônia, que nos conduziu, no ano passado, a menor taxa de destruição florestal dos últimos 24 anos. Foram 4.571 quilômetros. E isso para nós que vínhamos, desde 2004, aplicando o PPCDAM [Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia] passa a ser uma das questões que nós queremos incorporar como uma tradição da nossa ação ambiental. Nós conseguimos institucionalizar o processo de controle do desmatamento. Nós estamos conseguindo consolidar esse controle através de mecanismos que o Inpe fornece, que a Embrapa fornece, mas, sobretudo, também através dessa força de segurança pública... essa parte ambiental da Força Nacional de Segurança Pública, e da participação das Forças Armadas. Porque a experiência demonstra que esse plano tem de combinar as duas ações: uma ação de repressão ao desmatamento, de combate e controle do desmatamento e outra ação afirmativa na região, assegurando espaços de construção de economias que convivam com o meio ambiente naquela região. Nós, portanto, iniciamos uma terceira fase do PPCDAM tendo instrumento de procedimentos muito mais bem estruturados hoje do que tínhamos antes. E eu posso falar com inteira segurança porque participei de todos os PPCDAMs, enquanto no segundo ano dele em 2005, como ministra-chefe da Casa Civil, no primeiro ano como ministra de Minas e Energia, e a partir daí como ministra-chefe da Casa Civil e agora como presidente. E eu vejo que essa companhia de operações ambientais da Força Nacional de Segurança Pública foi uma conquista torná-la permanente, tornar... reconhecer que essa será uma ação que tem um caráter de ação do estado brasileiro e por isso ela tem de ser constante e permanente.

Nesta terceira fase do PPCDAM nós vamos continuar aprimorando aqueles três eixos que são das ações afirmativas que eu falei: o fomento às atividades produtivas sustentáveis; a regularização fundiária e a capacidade de manejo florestal adequada. Eu considero que o lançamento dos Planos Setoriais de Mitigação e adaptação à mudança do clima para os setores de indústria, mineração, transporte, de mobilidade urbana e da saúde são passos essenciais nesse processo para a construção da nossa política nacional sobre mudança do clima.

Eu quero parabenizar o Fórum. Eu quero parabenizar o Fórum pelo trabalho, que eu sei que é complexo, de coordenação das consultas públicas em torno desses planos. E

também no sentido de que cada um desses planos vai ensejar um processo de negociação, um processo de implantação, todo um esforço, e que eles requerem, como é característica do Fórum, estabelecer um diálogo com os estados para garantir a compatibilidade entre as metas acordadas nos planos setoriais e as legislações estaduais, numa dimensão que é: uma política nacional do meio ambiente é necessariamente uma política federativa.

É impossível que não haja essa integração com os estados. É impossível também que nós não ousemos um pouco mais, daqui para frente, e cheguemos também a envolver os municípios. Porque, na verdade, essas legislações estaduais e os planos setoriais, mesmo que não sejam todos eles simétricos no seu dinamismo, ou se desenvolvam num ritmo similar, mesmo considerando que alguns estados avançarão mais que outros, é fundamental que se comece de uma forma mais ampla e federativa para que se possa ter uma implantação maior.

Meus queridos amigos e amigas,

Esse fato que o Brasil tem conseguido, esse raro equilíbrio entre o componente crescimento econômico e o componente proteção ambiental é estratégico para o nosso país. Ele, de fato, aumenta a produtividade agrícola, aumenta a nossa capacidade de produzir mais com menos área, aumenta a nossa capacidade de resgatar terras de pastagens que são, talvez, os maiores, eu diria, passivos decorrentes dos processos de desmatamento que ao longo da nossa história foram... ocorreram. Nós, que batemos recorde na produção de alimentos, nós podemos consolidar a nossa produção, como grandes produtores, e podemos consolidar nossa produção não só de alimentos, mas também nossa produção industrial, se tivermos, de fato, esse compromisso com a economia do baixo carbono.

E, essa economia, ela tem uma característica: ela também tem capacidade de gerar empregos. Isso fica claro quando a gente faz o balanço dos resultados, principalmente na área da agricultura, faz o balanço dos resultados dos últimos financiamentos. Nós, portanto, estamos mostrando que é possível fazer o que muitos pensavam que fosse impossível e aonde eu comecei a minha fala. Nós mostramos que é possível crescer e preservar, nós mostramos que é possível crescer e distribuir renda.

Eu acredito que um dado tem de estar claro na cabeça de todo brasileiro e de toda brasileira: a força do Brasil perante nós mesmos e perante o mundo, ela está, sobretudo, num determinado modelo de desenvolvimento que nós mostramos ser possível. Nesse modelo, que combina meio ambiente com redução de desigualdade, que combina meio ambiente com aumento de produtividade, eficiência e inovação, nesse modelo nós temos de colocar uma questão no centro das nossas preocupações, que é a questão do conhecimento. E aí é muito importante que haja uma perfeita relação entre todo o nosso esforço de crescimento sustentável com a aplicação de recursos em pesquisa científica e tecnológica na área do meio ambiente.

Daí porque eu considero que esse esforço que nós fizemos no Ministério de Ciência e Tecnologia, de unificar as áreas de atuação, colocando sob uma mesma supervisão todos os recursos de todas as esferas do governo federal, são muito importantes para a gente ver concretamente: hoje nós estamos aplicando R\$ 3 bilhões em pesquisa na área de energias renováveis, vindo de vários segmentos.

Por que eu enfatizo essa questão no final? Porque eu acho que um país como o nosso só vai dar o salto necessário se aplicar conhecimento na questão ambiental, na questão do crescimento econômico, na questão da energia, na questão da agricultura, na questão da mineração.

Só se nós utilizarmos a tecnologia do lado correto, que é o lado do crescimento, da distribuição de renda, do crescimento com sustentabilidade, nós daremos os saltos dos próximos 10 e 20 anos. O Brasil tem de aplicar, tem de aplicar em tecnologia. Nós não podemos confiar só nas nossas vantagens de solo, clima, vantagens competitivas, de produção, de commodities, nós não podemos só apostar nisso. Aliás, acredito que não devemos, para nós nos tornarmos de fato uma nação desenvolvida, nós teremos de usar, de forma muito correta, a relação entre governo, academia e empresas. Nós temos de ser capazes de construir o ambiente que é aquele que faz, de fato, a roda do mundo avançar, que é a capacidade humana, a capacidade de inventar. E, nesse sentido, há um grande espaço para todos nós, e há uma vantagem competitiva, se o Brasil, de fato, perceber que a área do meio ambiente, da sustentabilidade, desse desafio que nós nos comprometemos, do ponto de vista moral e ético, mas também do ponto de vista do crescimento econômico e do aumento da produtividade.

É isso que nós esperamos de uma agricultura de baixo carbono, de uma indústria de baixo carbono, de uma siderurgia de baixo carbono, de uma infraestrutura de baixo carbono: nós esperamos que, de fato, a gente utilize todos os nossos potenciais e todas as nossas possibilidades em função do conhecimento, para transformar o Brasil num modelo para o resto do mundo, nessa questão. Eu acho que esse é o nosso grande desafio.

Por isso, eu acredito que a fala, ali, final do professor Pinguelli faz todo sentido: tem de ter... nesta questão nós temos de estar extremamente atentos para adequar, de fato, ciência, tecnologia, inovação indústria e academia.

Muito obrigada.

**Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de sanção das leis que criam as universidades federais do sul da Bahia, do oeste da Bahia, do sul e sudeste do Pará e do Cariri/CE
Palácio do Planalto, 05 de junho de 2013**

Eu queria iniciar cumprimentando aqui os senhores governadores Jaques Wagner, da Bahia; Cid Gomes, do Ceará; Simão Jatene, do Pará.

Queria cumprimentar também dois ministros: o ministro [Aloizio] Mercadante, da Educação, e o Ministro Celso Amorim, da Defesa.

Cumprimentar os dois comandantes militares aqui presentes: Enzo Martins Peri, do Exército; e Juniti Saito, da Aeronáutica.

Queria cumprimentar os senhores senadores Eunício Oliveira, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, Lídice da Mata.

Queria cumprimentar os senhores e senhoras prefeitos municipais. Cumprimentar o prefeito Amaro dos Santos Santana, de Santa Maria da Vitória, na Bahia; o prefeito,

também baiano, Antônio Henrique de Souza Moreira, de Barreiras; o prefeito de Barra, na Bahia, Artur Silva Filho; o prefeito de Itabuna, Bahia, Claudevane Moreira Leite; o prefeito Humberto Santa Cruz Filho, de Luiz Eduardo Magalhães, Bahia; o prefeito de São Félix do Xingu, Pará, Humberto... Não, desculpa, João Cléber de Souza Torres; o prefeito de Marabá, Pará, João Salame Neto; o prefeito de Xinguara, Pará, Osvaldo de Oliveira Assunção; a prefeita do Pará, de Rondon do Pará, Shirley Cristina de Barros Malcher.

Queria também cumprimentar todos os deputados federais aqui presentes.

Cumprimentar as senhoras e os senhores reitores de universidades federais.

A presidente da União Nacional dos Estudantes-UNE, Virgínia Barros. Queria cumprimentar também os senhores jornalistas, as senhoras jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Sem sombra de dúvida, essa é uma cerimônia especial. Por que criar universidades é um ato importante? Porque além de criar oportunidades, ele tem um efeito transformador nas pessoas, nas regiões e no país, e esse efeito transformador é algo que gratifica e torna todas as pessoas alegres, viu, Wagner? Não é só os baianos, não. Eu vi aqui o pessoal todo muito alegre.

E principalmente quando a gente sabe que o Brasil teve um processo longo para que essa questão – que é uma questão crucial, que é a questão do acesso à educação, principalmente da educação universitária – fosse colocada como uma questão fundamental de governo. Eu tenho muito orgulho de ter participado de todo o esforço durante o governo do presidente Lula e agora no meu governo, no sentido de um processo de democratização da universidade baseado em dois pilares: o acesso social de vários segmentos da população que nunca chegaram à universidade. E uma outra questão crucial que vários dos governadores aqui apontaram que é a questão da interiorização da educação. Porque a inexistência de um processo educacional nos lugares mais recônditos do país é uma forma de discriminação. Sem sombra de dúvida, e aí foi muito bem dito aqui pelo ministro Mercadante e pelo ministro Celso Amorim, a existência de certas universidades é responsável pelo ressurgimento de cadeias industriais. É o caso do ITA, por exemplo, que foi dado aqui como exemplo.

Mas, o que nós acreditamos é que as potencialidades de uma região, elas se desenvolvem e se expandem quando se cria, naquela população daquela região, formação educacional capaz de tornar essa educação um elemento transformador, transformador da realidade, como muito bem disse o governador Simão Jatene. Eu acredito que esse é um processo extremamente virtuoso.

Nós hoje estamos aqui criando quatro universidades: duas na Bahia, uma no Ceará e uma no Pará. Nós, quando fizemos esse processo de seleção, olhamos muito esse problema da capacidade de irradiação que aquela universidade tem numa determinação região. Mesmo que a sede seja, por exemplo, lá na Bahia, em Itabuna, em Barreiras, nós não temos dúvida de que você terá efeitos em toda uma região próxima, e, portanto, quanto mais – e aí eu acho que os pleitos dos governadores têm que ser levados em conta –, quanto mais a gente conseguir, de fato, preencher essa capacidade de irradiação, ou seja, quanto mais nós conseguirmos criar polos educacionais que criem essa irradiação, vai ser melhor para todos nós.

Eu acho que tem uns dados, que o Mercadante falou, e que eu queria acentuar, mas eu vou me dedicar a um deles. Eu quero falar a respeito do fato de que, em 2002, eram 114 municípios que tinham... que sediavam universidades. Hoje nós temos... ou temos pelo menos um campus de universidade em 275 municípios. Esses 275 municípios respondem por uma parte significativa da população brasileira, mas isso não significa que devemos parar por aqui. O processo de interiorização, ele vai continuar. Ele é complementado também pelas escolas técnicas, pelos IFETs. Ele... não se pode olhar hoje no Brasil a estrutura do ensino superior sem considerar os IFETs e as universidades. Eles cumprem funções distintas, mas cobrem, eu acho, uma demanda comum, que é a demanda pelo ensino superior científico, tecnológico e o tradicional, no Brasil.

Eu considero que cada vez mais brasileiros, em todos os estados, em mais municípios e mais regiões, estão tendo acesso à educação. É isso um dado fundamental que a gente pode comemorar, ao lançar essas quatro universidades, e comemorar o fato de que tanto Marabá, no Pará, quanto Juazeiro do Norte vão ter, terão uma nova perspectiva, inequivocamente terão uma nova perspectiva, junto com Itabuna, na Bahia.

Eu tenho certeza de uma coisa: nós temos de buscar nessas universidades a excelência. Em cada uma delas, nós devemos buscar a excelência. É fundamental que se faça, de fato, acordos com o ITA e o IME.

Eu, quando cheguei no governo como presidente, eu propus a duplicação do ITA, mas já disse para eles que eu aceito a triplicação. Não, não, não, não, não é tão simples assim, sabe por quê? Porque também eles me retrucaram uma coisa: nós queremos fazê-lo com qualidade. Ótimo, nós vamos fazê-lo com qualidade. E esse é um desafio que nós temos de fazer, a gente tem de ampliar com qualidade, e aumentar o número de pessoas com acesso. E, obviamente, uma das formas é a parceria e interinstitucional, com várias universidades diferenciadas. Porque todo mundo sabe, no Brasil, onde estão as melhores universidades na área de engenharia, que é a área que o Brasil precisa de forma especial.

Tanto é assim, essa excelência – viu, Celso? – do setor militar, na área educacional, que em todas as Olimpíadas da Matemática, além de ganhar cearense, lá do Ciro, e piauiense também, a gente vê que os colégios militares têm tido uma função muito importante, os colégios militares do Exército, que formam essa juventude que vai ter acesso a um nível de qualificação que é o que nós queremos para todas as escolas. Não podia deixar de lembrar isso e fazer uma justiça aos nossos colégios militares, general Enzo.

E eu considero que, dentro desse quadro, eu queria fazer um anúncio: nós iremos, agora, introduzir uma novidade, nós iremos introduzir as escolas militares no Ciência sem Fronteiras, tanto na formação... principalmente na pós-graduação.

Aloizio Mercadante: Eles não batem palma, a gente bate.

Presidenta: Eu bato para vocês.

Nada mais merecido, eu sei, mas...

Celso Amorim: Tem que aumentar.

Presidenta: É, 500, assim, eu disse que era pouco. Eu te dei mil. Eu dou mais dois, eu dei mil. Eu avisei que eram mil, eu avisei, porque você pode dar e não contar. Não, foi contado devidamente que... e acho que isso tem que ser algo que seja generalizado, na

medida em que faz parte da... eu acho que faz parte do conhecimento do Brasil instituições que civis e militares, e elas têm de ser devidamente contempladas.

Eu queria encerrar dizendo o seguinte. Eu fico muito feliz de estar aqui com os governadores do Nordeste e do Norte. E fico muito feliz porque eu acredito que o grande esforço que nós devemos fazer é nessas regiões do país. Essas regiões, elas precisam de um diferencial.

E aí eu vou concluir falando... fazendo uma reflexão que eu gostei muito, do governador Simão Jatene, que disse que a gente tem de buscar a forma de transformar a nossa diversidade não num fator de desigualdade, mas num fator de crescimento, de desenvolvimento, de distribuição de renda e de prosperidade do nosso país.

Parabéns para vocês aqui presentes. Parabéns a todos os que participaram desta cerimônia.

Eu queria chamar os senhores prefeitos porque eu entendo a emoção deles. Eu também fiquei emocionada.

Aloizio Mercadante: Depois os parlamentares.

Presidenta: Todo mundo, todo mundo. Vamos fazer uma foto por etapas. Primeiro os prefeitos, depois... Ah, vocês querem bancada? Então, a bancada da Bahia. Vambora com a bancada da Bahia. Depois a bancada do Ceará. Ah, é para ficar sentado?

**Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014
Palácio do Planalto, 06 de junho de 2013**

Eu gostaria de iniciar cumprimentando as agricultoras e os agricultores familiares aqui presentes.

Queria cumprimentar o senador Romero Jucá, presidente em exercício do Senado Federal.

Cumprimentar as senhoras e senhores chefes de missão diplomática acreditados junto ao meu governo.

Cumprimentar o senhor governador Agnelo Queiroz, governador do Distrito Federal.

Cumprimentar os ministros e as ministras de estado aqui presentes, cumprimentando o ministro Pepe Vargas, do Desenvolvimento Agrário; o ministro Antônio Andrade, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil.

Cumprimentar o deputado Afonso Florence, ex-ministro do Desenvolvimento Agrário aqui presente.

Cumprimentar os senhores senadores: Assis Gurgacz e Eduardo Suplicy.

Cumprimentar os senhores e as senhoras deputados federais, e ao cumprimentá-los, cumprimento em nome dele o líder do governo na Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia.

Queria cumprimentar o vice-governador do Maranhão, senhor Washington Luiz.

Cumprimentar o presidente da Embrapa, Maurício Antônio Lopes.

Cumprimentar o vice-presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil, nosso grande parceiro, senador Osmar Dias.

Queria dirigir um cumprimento especial e concordar com o nosso querido Alberto Broch. De fato, Broch, uma das características principais desse Plano Safra é que, como outros também, mas que houve um processo de discussão que sempre desemboca depois no Grito da Terra, que passa por um processo de negociação, que implica que os diferentes movimentos sociais são escutados, são ouvidos. E também, Broch, eu concordo, depois de tudo pronto e feito o Plano Safra, começa a nova etapa de reivindicações. Sem isso não haveria dinamismo entre nós. Nós, de fato, não conseguiríamos de um ano para outro ir melhorando o que nós estamos fazendo.

Então, agradeço ao Broch, presidente da Contag; e à Elisângela, querida Elisângela Araújo, coordenadora-geral da Fetraf.

E queria dirigir um cumprimento especial ao frei Sérgio, frei Sérgio *Görgen*, aqui presente, dirigente do MPA. Eu conheço o frei Sérgio porque uma das minhas atividades na área de assentamentos rurais foi feita junto com o frei Sérgio na usina Dona Francisca. Na época eu era secretária de Energia, o frei Sérgio era secretário de Reforma Agrária e nós tivemos a oportunidade de equacionar um problema dos atingidos por barragem, assentando de forma muito digna um conjunto de agricultores no Rio Grande do Sul. Seja bem vindo, frei Sérgio.

Queria também cumprimentar as senhoras e senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Senhoras e senhores, companheiras agricultoras e familiares, companheiros agricultores e familiares,

Senhores deputados,

Senhores senadores,

Governador,

Ministros,

Presidente do Senado em exercício.

Eu queria dizer para vocês que o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar é um momento de celebração. Como eu disse ao comentar a discussão que envolve vários ministérios, os movimentos sociais que tem por objetivo olhar com um cuidado extremo mulheres e homens, brasileiros que tiram da terra o sustento para suas famílias e para si mesmos. E ao mesmo tempo garantem o sustento do conjunto da população brasileira.

Por isso, quando nós lançamos o Plano Safra da Agricultura Familiar, nós temos vários compromissos. Mas, o mais importante compromisso é a certeza que nos move de que a agricultura familiar, ela pode ser sim uma alavanca tanto da emancipação, do ponto de vista econômico e social de uma parcela fundamental da população brasileira que são as famílias agricultoras do nosso país. Mas ela é também um grande estímulo ao crescimento e ao desenvolvimento harmonioso do nosso país.

Por isso, eu fico muito feliz de vir aqui e anunciar que nós, nesse ano, nesse Plano Safra 2013/2014, nós vamos colocar 21 bilhões de reais para financiar investimentos e custeio da agricultura familiar. Um crescimento de 17% em relação ao ano anterior. É claro que o Plano Safra não é só recursos financeiros. Mas é muito importante que a gente reafirme que oferecer recursos suficientes, que se forem gastos nós iremos ampliar e suprir com mais recursos, é muito importante que se lembre que esse é um processo recente. Sair de 400 milhões, há dez anos atrás, e chegar a 21 bilhões, reflete claramente o

compromisso do meu governo, do governo do presidente Lula com esse segmento da população. E se nós nos orgulhamos de ter elevado, tirado da pobreza, elevado à classe média milhões de brasileiros, um dos grandes mecanismos usados para isso, para o desenvolvimento do Brasil e dessa parcela da população, foram os Plano Safra da Agricultura Familiar.

Eu acredito que – afirmar mais uma vez o meu compromisso que eu sempre reitero em cada Plano Safra, tanto da agricultura familiar quanto do agronegócio – não faltarão recursos. Se vocês forem capazes de gastar os 21 bilhões nós, o governo federal, colocaremos mais recursos.

É também importante que os juros desse Plano Safra sejam compatíveis com a capacidade e a importância desse setor. Por isso, esse Plano Safra tem juros entre 1,5% e 3,5%. Todas, taxas negativas porque são menores que a inflação.

Agora, eu queria dizer o seguinte: desde o início, desde o primeiro Safra lançado no governo do presidente Lula, dez anos atrás, nós temos consciência que o Plano Safra não pode ser integrado só por ações que sejam de crédito. É fundamental o crédito, mas é muito importante as outras ações de sustentação do processo da agricultura familiar.

E eu me lembro perfeitamente, porque também faz dez anos, que nós lançamos o Luz para Todos fundamentalmente olhando a questão do desenvolvimento agrário e da agricultura familiar. Porque quem não tinha luz neste país, quem só tinha candeeiro, não eram os grandes nem os médios agricultores. Às vezes se encontrava inclusive grandes e médios, mas a maioria, a grande maioria, eram os pequenos agricultores deste país. E aí, é óbvio que não haveria possibilidade nenhuma de nós expandirmos a produção e melhorarmos as condições de vida no campo, se não tinha sequer luz elétrica. Esse foi um processo, nesses últimos dez anos, muito importante.

E eu queria também dizer que essa concepção de que várias ações eram importantes, levou a uma ênfase em algumas ações. Eu queria lembrar o PAA. Eu considero o Programa de Aquisição de Alimentos, através tanto do PAA – que o PAA é o Programa de Aquisição de Alimentos –, quanto através do PNAE, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, esses dois programas, que fundamentam as compras públicas, um elemento central no nosso modelo de agricultura familiar. Sabe por quê? Porque ele garante a demanda, ele garante para o agricultor que ele pode produzir que vai ter comprador. É isso que ele garante. Então, ele é crucial para que nesses dez anos nós criamos um modelo, não é... em outros países não tem um modelo de compra tão estruturado como esse.

E aí eu queria sempre dizer que eu acho que quanto mais se expandir o PAA e o PNAE, melhor, para quem? Melhor para os agricultores familiares, melhor para os estudantes do nosso país, e melhor para os municípios, porque a compra de alimentos nas regiões, no município, cria um fortalecimento para o município, da sua própria economia, gerando emprego, fazendo circular riqueza.

Daí, no meu ponto de vista, é muito importante que este ano nós tenhamos nestes dois programas, R\$ 2,25 bilhões, R\$ 1,25 bilhão do PAA e R\$ 1 bilhão do PNAE. Então, o programa, esse Plano Safra está escorado no crédito, está escorado no programa de compras, está escorado também em algo que eu creio que é muito importante, está

escorado também em alguns instrumentos que são instrumentos de garantia, que protegem o agricultor.

Como instrumento de garantia eu queria lembrar do seguro da agricultura familiar. O seguro da agricultura familiar, ele é fundamental para diminuir o risco do produtor. Por que, com isso, o que nós estamos construindo? Um ambiente melhor para a agricultura familiar produzir, crescer, gerar renda, as mulheres, os jovens, os adultos todos se beneficiarem desse pacto.

Nós vamos também olhar, com muita atenção, um outro sistema de garantia e proteção, que é o PGPAF, da agricultura familiar. Esse Programa de Garantia de Preços, ele também tem essa função: a função de, junto com o crédito, as compras e o seguro de preço e do Garantia Safra, construir os mecanismos que criam esse ambiente favorável que eu estou dizendo.

Uma outra questão, e aí eu quero destacar o quanto há insistência dos movimentos sociais dos agricultores nesse sentido, que é o apoio à agroindustrialização, à geração e agregação de valor, dentro da propriedade familiar. Eu não encontro uma vez com a Elizângela, com o Broch e com o Luiz Sérgio que eles não... todo mundo defende a agroindustrialização. Ela aumenta a renda, ela gera condições melhores para o produtor e sua família.

E aí eu queria dizer que o Pronaf Mais Alimentos segue sendo, nesse Plano Safra, uma linha de baixo custo, com prazo de amortização adequado, para que os pequenos agricultores possam adquirir equipamentos: tratores, colheitadeiras, ordenhadeiras, resfriadores de leite, kits de irrigação, equipamento de armazenagem, equipamento para construir a sua agroindústria.

E aí, obviamente, eu cumprimento esse processo de negociação que desencadeou, aliás, que resultou na questão da Previdência. Não punir aquele que melhora, aquele que melhora, o agricultor que melhora, que dá um acréscimo à sua produção, ele não pode ser punido, ele tem é de ser incentivado a melhorar, porque senão é absurdo que nós impeçamos a ele e à sua família de melhorar na sua condição. Se ele cria uma agroindústria, ele é penalizado. Então, essa decisão sobre a Previdência tem e reflete o nosso compromisso, nesses dez anos, com a agricultura familiar.

Eu também acredito que a agricultura familiar, no Brasil, ela tem de ser olhada como algo que nós temos de tratar com todo cuidado, no sentido de fixar a família e os jovens, as mulheres, no campo. E aí eu queria fazer um destaque aqui – viu, Broch? –, que é a política de microcrédito produtivo orientado. A política de microcrédito produtivo orientado vai precisar dos dois companheiros ali, do BNB e do Banco do Brasil, vai precisar dos bancos públicos, mas vai precisar, sobretudo, dos dois companheiros nossos, para dar sustentação a uma política de microcrédito, na qual o banco empresta e ajuda. Assim como BNB faz na zona urbana brasileira, fará na zona rural, para mulheres e jovens. Eu considero essa política de microcrédito muito mais afirmativa, muito mais... que contribuirá muito mais para as nossas agricultoras, para os nossos jovens das famílias, e possibilitará que a gente utilize o sistema financeiro, não só como prestador de dinheiro, mas também como garantidor do acompanhamento desse processo. Obviamente vocês terão, também, a contribuição, eu diria, a contribuição da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Bom, eu gostaria de dizer que uma das coisas importantes que faz parte do Plano Safra da Agricultura Familiar, mas que é uma parte especial desse Plano Safra da Agricultura Familiar, e que nós vamos lançar até o final do mês, lá no Nordeste, na Bahia – e aí espero que a companheira Elizângela seja a pessoa que vai representar, pelo lado dos movimentos sociais –, nós iremos lançar um Plano Safra do Semiárido.

A coisa que eu considero mais importante, dentro desse Plano Safra, além da Agência Nacional de Assistência Técnica de que eu falei, é o Plano Safra do Semiárido. Nós estamos tendo uma ação do governo federal – está aqui o ministro Fernando Bezerra, da Integração – nós estamos tendo, diante desta conjuntura emergencial da maior seca do Nordeste, um conjunto de planos, um conjunto de iniciativas de ações, que vai do carro-pipa, passa pela cisterna, chega na Bolsa Estiagem e na Bolsa Garantia Safra. Passa também pelos R\$ 32 bilhões que nós colocamos no Nordeste brasileiro, para assegurar garantia da água, para assegurar o que a gente chama de segurança hídrica, garantir segurança hídrica.

Agora, nós sabemos também que só garantir segurança hídrica é pouco, no seguinte sentido que é pouco: não foi feito no Brasil antes, nós estamos fazendo agora, e cada vez de forma mais acelerada. Mas sabemos também que só a garantia hídrica não dá conta da convivência com a seca, porque a seca é um fenômeno da natureza recorrente, ocorre sistematicamente. Nós vamos ter de, em relação à seca ter uma atitude. E a atitude é a mesma que gente que convive com um inverno extremamente rigoroso tem: mecanismos produtivos, de segurança produtiva, para conviver com a seca. Se eles podem, a cada ano, enfrentar um inverno que acaba com toda a produção, acaba com toda a agricultura, e começam outra vez, como se nada tivesse acontecido, nós também podemos, até porque temos condições e recursos para fazer isso.

Eu me preocupo muito com o povo que sofre, aquele povo duro, aquele povo resistente, mas que sofre de uma forma inclemente os efeitos da seca. Daí, o Plano Safra do Semiárido, ele quer o quê? Ele quer somar a segurança hídrica, a garantia de água, à segurança produtiva. Para isso nós vamos ter de adaptar o Plano Safra à condição do semiárido. E isso aí significa escolher o que nós plantamos, escolher criação, incentivar não só a agricultura familiar, sobretudo a agricultura familiar, mas também o médio empreendimento, e construir uma visão de como o semiárido pode enfrentar qualquer seca que se colocar diante dele. Esse agricultor e essa agricultora, nós sabemos, ele tem essa capacidade. Para isso, nós temos de, cada vez mais, ficarmos conscientes disso.

A Embrapa, a Embrapa tem uma série de propostas no semiárido. Na região, os movimentos sociais, os governadores, os secretários de agricultura têm tantas outras. O governo federal tem de escutar muito, juntar todas essas propostas, e nós temos de formular o primeiro Plano Safra do Semiárido. E a cada ano nós vamos aperfeiçoar, assim como fizemos com o Plano Safra da Agricultura Familiar. Até que nós teremos, de fato, o melhor Plano Safra, através dessa interação entre os agricultores familiares do semiárido, entre todos os agentes que atuam naquela região do país. E eu digo para vocês o seguinte, não só nós podemos, como eu tenho certeza que nós faremos, juntos nós faremos.

Também fruto de um processo de reivindicações, aí, de todos os setores, e eu queria aqui destacar a reivindicação dos senhores também, vem a Agência Nacional de Assistência

Técnica e Extensão Rural. Ela tem... por trás da Agência tem uma concepção. O Brasil não chegou a ser o que é só porque nós temos terra, solo, água, luz, sol. Chegou a ser o que é, porque também construiu conhecimento, e esse conhecimento é um conhecimento muito especial. É produzir, nesta região do mundo, nesse local, produzir uma agricultura tropical de excelência, ser capaz de ser um dos maiores produtores de alimento do mundo.

E isso é o quê? É tecnologia. Nós temos tecnologia. O problema é que a tecnologia, como qualquer outro bem, ela pode ser objeto de uma desigualdade na distribuição. A tecnologia pode tanto ser centralizada em alguns poucos como qualquer outro bem. Muitas vezes nem é porque alguém está querendo fazer isso. É porque ninguém se dedica a transformar e democratizar o acesso à tecnologia.

A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, ela é um órgão de difusão de tecnologia, é isso que ela é. Para quem? Para quem não tem acesso à tecnologia. E quem não tem acesso à tecnologia, nós sabemos, está concentrado nos pequenos, nos médios e também em alguns grandes produtores, mas, sobretudo, nos pequenos e nos médios.

Por que é que tem de levar o acesso à tecnologia? Porque nós mudamos o patamar. Com tecnologia, você produz na mesma área, nos mesmos hectares, você pode produzir mais e melhor. Com tecnologia, você diminuiu o custo da sua produção, você se adapta e respeita o meio ambiente no qual você está.

Por isso, nós colocamos no centro dessa questão da Agência esta comunicação entre a Embrapa e a Anater. Essa comunicação, ela tem um... o objeto dela é levar para os agricultores familiares, aos médios, a quem quiser, no Brasil, a assistência técnica que é a difusão da tecnologia que a Embrapa, que é um centro de pesquisa, a Embrapa não é um difusor de tecnologia, é um centro de pesquisa. Então a gente tem de dar braço para a Embrapa, perna para a Embrapa, e isso é muito importante. Mas não vamos esquecer que tem a volta. Esse técnico, esse assistente, esse segmento do setor privado, esse agrônomo, esse integrante de uma consultoria privada, ele vai na propriedade, vai lá no agricultor familiar, vai lá e vai trazer também, para a Embrapa, as demandas dos agricultores. É uma via de mão dupla: ela vai na ida e, também, ela vai na volta. E este é o processo de democratizar a tecnologia. É, primeiro, difundir; segundo, olhar a demanda. Ver o que as pessoas querem, ver o que precisam, o que faz diferença.

Então, eu concordo que essa é, de fato, era uma obsessão do governo federal, nós tínhamos de resolver esse problema. Para vocês terem uma ideia, eu acredito que a questão da tecnologia, no Brasil, ela é tão séria, que vou dar um exemplo. Um exemplo com o milho. Existem, hoje, técnicas de produção do milho, por exemplo, que permitem que nós alcancemos uma produção de 10 a 12 toneladas de milho por hectare. A produtividade média do milho, no Brasil, ela é estimada, na atual safra, em 5 a 6 toneladas por hectare. O que nós queremos com a Agência é que a gente suba essa média, que a gente suba a média, que a gente permita que mais produtores brasileiros seja capazes de produzir mais numa área menor, ou numa área igual, com maior produtividade.

Eu sei que a agricultura familiar no Brasil, e o pequeno produtor agora tem vez e voz no Brasil. Eu sei por que eu venho acompanhando o Grito da Terra há muito tempo, então

não é uma retórica, falar que o agricultor tem vez e voz. O Grito da Terra, que antes não era ouvido, agora é mais que um grito: é um grito e um diálogo, um grito e um diálogo, porque sempre vai ser assim.

Eu quero dizer para vocês que foi ouvindo a gente da terra que, nesses dez anos, nós aprimoramos todo esse processo. Aumentamos o volume de recursos, ampliamos os programas de fomento, fortalecemos as ações de estímulo à propriedade agrícola familiar. Com esse Plano Safra de 2013/2014, nós reafirmamos o compromisso do governo federal, o meu compromisso com a agricultura familiar, e damos mais um passo para aumentar significativamente a produção sustentável de alimentos de qualidade para o nosso povo. Colheremos, tenho certeza, mais segurança alimentar e mais renda para homens e mulheres do campo, mais produção sustentável, mais agroecologia, mais agricultura baseada na economia de baixo carbono. O fortalecimento da agricultura familiar é um investimento no nosso território, na força de nossa terra e no trabalho de nossa gente. Um caminho brasileiro para um futuro melhor para todos.

E eu queria dizer, finalmente, o seguinte. Esse caminho passa também por uma política de reassentamento e reforma agrária. Essa política de reassentamento e de reforma agrária, para ela não ser uma distribuição da terra com pobreza, ela precisa de assistência técnica, de PAA, de repartição e de acesso à terra, e precisa também do respeito às famílias de agricultoras e de agricultores, que são a força do nosso país.

Muito obrigada.

**Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após encontro com o Presidente da República de Portugal, Aníbal Cavaco Silva
Lisboa-Portugal, 10 de junho de 2013**

Senhor presidente Cavaco Silva,
Senhores ministros do Brasil e de Portugal,
Senhoras e senhores,

É um prazer para mim estar aqui em Lisboa, nesta minha segunda visita a Portugal como presidenta da República. Eu quero agradecer ao presidente Cavaco Silva e ao primeiro-ministro Passos Coelho por me receberem na data de hoje, dia de Portugal, dia de Camões e dia das comunidades portuguesas, é um prazer para mim estar aqui neste dia. E também esse momento em que se encerra o ano do Brasil em Portugal e de Portugal no Brasil, e esse ano que foi encerrado com uma demonstração de quão forte são os nossos vínculos nessa área cultural. A série de eventos que ocorreram nesse período demonstram a força e a capacidade, a criatividade que temos, tanto no que se refere à nossa produção cultural como à nossa cooperação em todas as outras áreas. Essa iniciativa só fez reforçar o nosso propósito comum de ampliar e fortalecer cada vez mais as nossas relações. Esse propósito comum, ele se expressa também em todos os outros campos. No campo comercial, a ênfase que damos ao estreitamento das relações entre o Mercosul e a União Europeia, entre Brasil e a União Europeia e entre Brasil e Portugal.

Eu destaco que o Brasil teve sempre um olhar de preocupação quando tratamos das questões relativas à crise econômica que afeta a Europa. Nós temos uma preocupação muito grande com a situação social e com o desemprego. E eu expressei para o presidente o meu desejo de que estejam próximas e estejam mais próximos os momentos que vão levar a uma retomada do crescimento e, portanto, uma melhoria da situação para as populações europeias.

Destaquei também que nós temos todo interesse de ampliar a nossa relação comercial e os investimentos recíprocos que temos entre os nossos países. Nós estamos mudando o patamar desse relacionamento. Acredito que para além dos tradicionais campos nos quais sempre cooperamos – importação de produtos primários ou manufaturados simples – eu saúdo como sendo um momento muito especial tanto a presença da Embraer aqui em Portugal, com esse investimento dessas duas unidades em Évora, quanto os investimentos da Galp no Brasil, na área de petróleo, basicamente nos principais campos de petróleo do pré-sal. E isso celebra um outro patamar de relacionamento entre nós, no campo dos investimentos diretos externos.

Além disso, eu queria destacar uma cooperação muito importante na área da ciência, da tecnologia e da inovação. Me refiro a duas iniciativas: a esse memorando de entendimento que nós assinamos hoje, que estabelece uma parceria entre o Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil e o Parque Nacional de Biotecnologia de Cantanhede, o Biocant, que é um exemplo concreto desse eixo prioritário nas nossas relações. E, por outro lado, a cooperação no âmbito do Laboratório Ibérico Internacional em Nanotecnologia, entre o Ministério da Educação e Cultura e o Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil e o Ministério de Educação e Ciência de Portugal e a Secretaria de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Espanha.

Para mim, esses dois eventos concretos são símbolos de um patamar de relacionamento que também se expressa numa cooperação na área de educação muito importante. E essa cooperação na área de educação tem levado numerosos estudantes brasileiros a virem para Portugal, e nós gostaríamos também de levar professores, doutores, a fazer estágio no Brasil.

Nós reafirmamos o propósito de incentivarmos e darmos muito valor à nossa língua, essa língua de Camões, que nós celebramos no dia de hoje, e faz com que nós tenhamos um interesse muito forte nesse conagraçamento, verdadeiro conagraçamento entre os países de língua portuguesa. E até, eu acho, um reforço para a CPLP, que são os países da Comunidade de Língua Portuguesa.

Eu também gostaria de enfatizar essa cooperação na área das chamadas indústrias criativas, em especial no fato da produção cultural, tanto na área de audiovisual como na área de moda e, enfim, várias áreas, entre o Brasil e Portugal, acho que temos de dar uma grande ênfase nesse aspecto.

E eu aproveito também para agradecer e tornar público o quanto o Brasil ficou e está reconhecido a Portugal pelo seu empenho na eleição do nosso candidato ao cargo de diretor da OMC.

Finalmente, eu quero agradecer a receptividade e a hospitalidade carinhosa, fraterna, acolhedora, que eu recebo do governo do presidente Cavaco Silva e do primeiro-ministro Pedro Passos Coelho. Agradeço também ao povo de Portugal a simpatia com que recebe

nós brasileiros, aqui, e que eu tenho certeza que não só eu desfruto dessa simpatia, mas acredito que os jornalistas e todos aqui presentes, que têm origem no Brasil, se reconhecem aqui nessa cidade e se sentem, assim, tão em casa. Em cada esquina a gente vê um parente, você sabe, é uma característica de andar aqui por Portugal, a gente se enxerga nessa comunidade, nessa cultura e neste país. E acho que um dos veios que constitui a nacionalidade brasileira tem essa contribuição de Portugal junto com a da África e com os indígenas do nosso país.

Então eu quero dizer para o senhor que eu fico muito feliz de estar aqui. Acredito que tanto do ponto de vista das nossas relações comerciais, dos investimentos recíprocos, das relações culturais, dessa valorização desse verdadeiro patrimônio e riqueza que temos, que é a língua portuguesa, nós sempre estaremos juntos.

**Brinde da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante jantar oferecido pelo Presidente da República de Portugal e senhora, Maria Cavaco Silva
Lisboa-Portugal, 10 de junho de 2013**

Excelentíssimo senhor Aníbal Cavaco Silva, presidente de Portugal, senhora Maria Cavaco Silva,

Excelentíssimo senhor Pedro Passos Coelho, primeiro-ministro de Portugal, senhora Laura Ferreira,

Doutora Maria da Assunção Esteves, presidente da Assembleia da República,

Senador Renan Calheiros, presidente do Senado Federal, senhora Verônica Calheiros,

Senhoras e senhores ministros de Estado, senadores e integrantes das delegações de Portugal e do Brasil,

Senhoras e senhores empresários,

Senhoras e senhores,

Grata, presidente Cavaco Silva, pela acolhida extremamente calorosa e pela possibilidade de celebrar em Lisboa o Dia de Portugal, que é também o dia de Camões nas comunidades portuguesas.

O Brasil acompanha com atenção o esforço do povo português para atravessar uma circunstância econômica estagnante. Conhecemos a história de Portugal, a grandeza de seu povo, a energia de seus filhos empreendedores. Somos um povo herdeiro dessas qualidades. Sabemos que as dificuldades transitórias serão superadas, queremos ser parceiros solidários e fomentar um intercâmbio crescente. Afinal, os verdadeiros amigos são aqueles que se fazem presentes nos momentos de dificuldade.

Em nossas conversações hoje constatamos que nosso comércio bilateral continua importante, ainda que sabemos que ele pode progredir mais. Saudamos a expansão de nossos investimentos recíprocos, que se elevam a níveis impressionantes.

A expansão do emprego e a elevação da renda média nacional de milhões de brasileiros, nos últimos dez anos, abrem perspectivas sem precedentes de desenvolvimento sustentável em meu país. Queremos os investimentos, os técnicos portugueses presentes, queremos relações comerciais dinâmicas nessa nova etapa da vida econômica e social do meu país.

Da mesma forma, as empresas brasileiras que aqui estão chegando, sobretudo em setores estratégicos, contribuirão para dar novo dinamismo à economia portuguesa. Esse dinamismo, como sabemos, está diretamente ligado à importância que estamos dando, portugueses e brasileiros, à ciência, à tecnologia e à inovação. Expressão desse entendimento é a presença de milhares de estudantes brasileiros em Portugal, que se beneficiam da excelência das instituições universitárias deste país. Somos gratos a seu governo, presidente Cavaco Silva, pela acolhida dispensada aos nossos jovens brasileiros e brasileiras. Queremos também desenvolver um esforço coletivo em relação ao nosso idioma comum. Por essa razão, participamos, com enorme satisfação, da outorga do Prêmio Camões ao escritor moçambicano, que orgulha todos nós por escrever em língua portuguesa, Mia Couto.

Prezado presidente, senhoras e senhores,

Em ocasiões como esta é difícil, ainda que necessário, fugir aos lugares comuns sobre as relações de Portugal e do Brasil. Um olhar realista sobre o passado de nossos países mostra o quão dependentes fomos uns dos outros nesses mais de cinco séculos de nossa história comum.

Tudo começou quando os navegadores partiram da Torre de Belém para aquela que seria, talvez, a primeira tentativa de globalização de que se tem notícia. Buscando o mar sem fim a que aludia Fernando Pessoa, as caravelas chegaram ao Brasil. Os primeiros séculos da colonização cederam lugar, no início do século XIX, a uma aproximação de nossos países da qual resultou a independência brasileira e a modernização política de Portugal.

Não por acaso Dom Pedro I, no Brasil, e IV, aqui, foi o protagonista desses dois processos. Desde então não cessou nossa aproximação. Nas últimas décadas nos aproximou a democracia, mas também o desenvolvimento econômico e social. Vimos o quanto poderíamos fazer juntos.

Renunciamos aos lugares comuns sobre nossas afinidades e passamos a pensá-las como resultantes de uma amizade que, sem recusar a paixão, está ancorada também na razão.

Senhor presidente,

Para realizar os objetivos a que nos propomos, contamos com afinidade de valores, nossas raízes comuns, mas, acima de tudo, com a energia que provém do sentimento profundo de amizade entre brasileiros e portugueses.

Por isso, convido todos a se unirem a mim em um brinde por essa amizade que hoje se fortalece e se renova.

Em homenagem ao senhor e ao grande povo de Portugal!

**Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de entrega do Prêmio Camões
Lisboa-Portugal, 10 de junho de 2013**

Excelentíssimo senhor Aníbal Cavaco Silva, presidente de Portugal, e senhora Maria Cavaco Silva,

Excelentíssimo senhor Pedro Passos Coelho, primeiro-ministro de Portugal, e senhora Laura Ferreira,

Escritor Mia Couto, agraciado com o Prêmio Camões, e família,

Doutora Maria da Assunção Esteves, presidenta da Assembleia da República,

Senhor Renan Calheiros, presidente do Senado Federal do Brasil, e senhora Verônica Calheiros,

Senhoras e senhores ministros de Estado do Brasil e de Portugal, que cumprimento por meio do secretário de Estado de Cultura, Jorge Barreto, e da ministra da Cultura, Marta Suplicy.

Professora Clara Rocha, presidente do júri do Prêmio Camões,

Senhoras e senhores representantes do meio cultural,

Senhoras e senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas,

O convite para participar desta cerimônia de entrega do Prêmio Camões muito me honra e, de forma especial, enriquece a minha visita a Portugal. A obra de Camões e, em particular, *Os Lusíadas*, fala de perto ao Brasil, não apenas por sua importância como monumento do nosso idioma, como monumento fundador do nosso idioma. A história de meu país não se compreende sem a epopeia das navegações que é a matéria-prima da obra do bardo.

Mas hoje é também o encerramento do ano do Brasil em Portugal e do ano de Portugal no Brasil. Durante meses celebramos as mais altas expressões culturais de nossos países, em especial no campo literário. Realçou-se o papel da língua portuguesa como instrumento de cooperação de nossos países. Hoje é, portanto, um dia feliz para a nossa língua, a língua de Luís de Camões.

Reunimo-nos aqui para expressar nosso reconhecimento à vasta contribuição de Mia Couto à literatura de expressão portuguesa. Celebramos o conteúdo moçambicano de sua obra e suas reflexões profundas e sensíveis sobre a cultura e a história de seu país. Isto é a marca universal de um grande autor. Confirmamos o especial impacto de sua obra no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Seus poemas, contos, crônicas e romances exaltam a riqueza e a pluralidade de expressões que pode assumir a lusofonia. Em suas palavras, nossa língua nos dá, cito: “Raiz e lugar, mas também nos faz asa e viagem”.

Recusando qualquer ortodoxia linguística ou cultural, a obra de Mia Couto inova ao aportar à literatura portuguesa profunda sabedoria, o lirismo e a fluidez das culturas orais de seu país e do nosso, dos nossos países. Ele próprio, moçambicano, filho de imigrantes portugueses, vive num entrecruzamento de culturas e realidades distintas. Essa condição, de certa maneira, é comum a todos nós que compartilhamos a língua portuguesa, um idioma forjado, difundido e recriado permanentemente no encontro entre diferentes.

A diversidade que resulta desses encontros é nosso patrimônio maior e define quem cada um de nós somos. Nas palavras de Mia, “preciso ser um outro para ser eu mesmo”. Aos brasileiros, a obra de Mia Couto tem ajudado a descobrir muitas áfricas para além daquela guardada nos sonhos e na memória de nossos inegáveis laços históricos.

Seus livros convidam-nos a viajar pelo vasto interior de Moçambique, a imaginar o burburinho das ruas de Maputo, a nos comover com histórias tão singulares quanto

universais. Estou certa de que a concessão deste prêmio contribuirá para a maior divulgação da obra de Mia Couto e da literatura moçambicana no meu país.

O Brasil vive hoje um grande reencontro consigo mesmo, o qual tem como desdobramento necessário o desejo de aproximação dos povos irmãos que, lamentavelmente, ainda conhecemos tão pouco. Expressão desse sentimento é o fato de mais de cem milhões de brasileiros declararem-se afrodescendentes.

Mas a contribuição de Mia Couto extrapola os limites de sua arte. Oferece-nos o sonho de um mundo de compreensão e entendimento entre os seres humanos e desses com os mistérios da natureza, da vida e da morte.

Mantenho o olhar sempre atento aos desafios inerentes a toda jovem nação no processo de construção de sua identidade e de seu futuro. Sabe que essa construção exige capacidade de refletir sobre nós mesmos e de elaborar nossas próprias narrativas. E lembra-nos da necessidade de ampliar o acesso ao livro e apoiar os jovens escritores lusófonos, os quais, tendo oportunidade de desenvolver seus talentos, produzirão outras obras merecedoras deste prêmio.

É, pois, com muita alegria que, neste dia de Portugal e de Camões, me uno a todos nós na homenagem a Mia Couto.

Meus parabéns, Mia Couto.

Muito obrigada.

**Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de anúncio de linha de financiamento para aquisição de móveis e eletrodomésticos aos beneficiários do programa Minha Casa, Minha Vida
Palácio do Planalto, 12 de junho de 2013**

Eu queria iniciar cumprimentando a Cliane e a Priscila Jane, seus familiares, e em nome delas cumprimentar a todos os beneficiários do programa Minha Casa, Minha Vida e agora do Minha Casa Melhor. Eu acredito que uma das palavras mais expressivas para que a gente entenda o que é o Minha Casa, Minha Vida e o Minha Casa Melhor é dignidade. Eu acho que esse programa é um programa que tem no seu centro a dignidade.

Queria cumprimentar também o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros; o presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves.

Cumprimentar os ministros Aguinaldo Ribeiro, das Cidades; Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, e Miriam Belchior. Em nome deles cumprimento todos os ministros presentes.

Cumprimentar a governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini.

Cumprimentar a vice-governadora do Amapá, Doralice Nascimento.

Cumprimentar a senadora Ângela Portela.

Cumprimentar as senhoras e os senhores deputados federais: Cida Borghetti, Geraldo Magela, Jorge Côrte Real, Mauro Mariani, professor Sétimo, Rosane Ferreira.

Dirigir um cumprimento muito especial à Luiza Helena Trajano, vice-presidente do IDV.

Cumprimentar o presidente da CNI, Robson Andrade.

Cumprimentar o presidente da Caixa, Jorge Hereda; o presidente do Banco do Brasil, Aldemir Bendine, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias Mobiliária, Daniel Lutz.

Cumprimentar o presidente da Eletros, Lourival Kiçula.

Cumprimentar a presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores, a Bartiria Lima da Costa.

Cumprimentar o Donizete Fernandes, coordenador nacional do Movimento de Moradia Popular.

Cumprimentar o Saulo Manoel da Silveira, presidente da Central dos Movimentos Populares.

Cumprimentar as senhoras jornalistas, os senhores jornalistas e os senhores fotógrafos e cinegrafistas.

Há menos de cinco anos atrás, menos de cinco anos atrás, nós vivíamos em um Brasil onde a maioria da população, não só não tinha condições de realizar o sonho da casa própria, como sequer tinham um horizonte claro nessa direção. Então, em 2009, no governo do presidente Lula, foi criado o programa Minha Casa, Minha Vida. E a partir daí nós mudamos esse cenário oferecendo uma nova perspectiva de futuro e de esperança a milhões de famílias brasileiras.

Os resultados desse programa estão transformando a realidade do nosso país. Nós temos 1 milhão e 211 mil famílias que receberam as chaves da casa própria. Eu lembro perfeitamente – porque eu participei do lançamento do programa como ministra-chefe da Casa Civil –, lembro perfeitamente que, sobre esses 1 milhão e 211 mil famílias, era dito que nós não conseguiríamos não só construir as casas, muito menos entregá-las. Hoje, essas famílias do Minha Casa, Minha Vida moram em áreas que têm infraestrutura, acesso à serviços de educação e saúde. São pais e mães que agora chegam em casa e podem olhar em volta e dizer: Temos um lar para criar nossos filhos. É certo que em 1 milhão e 211 mil casas já construídas, sempre é necessário olhar, fiscalizar, monitorar e melhorar. Até porque, como disse o ministro Aguinaldo, para essas famílias nós não queremos qualquer casa, ou qualquer acabamento. Nós temos clareza de que para elas tem de ser o melhor que o Brasil puder construir.

Por isso, muitas vezes nós mudamos alguns procedimentos. Nós, agora, exigimos, por exemplo, um certo tipo de revestimento do piso dos imóveis. Nós ampliamos o espaço das janelas, nós melhoramos o grau de insolação. Tudo isso buscando alegria e a segurança que esse sentimento de ter uma casa própria proporciona a cada um de nós, que aquele sentimento antigo do abrigo, aquele sentimento que sempre, sempre, desde o início dos tempos, afetou a nossa raça, a raça humana, que é buscar o abrigo e a proteção. O direito à casa própria é portanto, sim, um direito relativo à dignidade humana. Nesse programa, outras 1 milhão 430 mil moradias estão contratadas e sendo construídas, 1 milhão 430 mil moradias. São números como esse que mostram que nós estávamos certos em acreditar que com o Minha Casa, Minha Vida poderíamos começar a enfrentar o déficit habitacional no Brasil ampliando o acesso à moradia, principalmente para as famílias de menor renda. Neste processo ouvimos e escutamos muito as demandas dos movimentos sociais, que defendiam o acesso dessas populações à casa

própria. Hoje, ainda temos até o final de 2014 mais 1 milhão e 100 mil moradias a contratar.

E quero dizer a todos que estamos um pouco além da meta, estamos um pouco além da meta. O que significa que nesse processo nós aprendemos ao fazer. Eu lembro que quando eu convidei as principais empresas de construção civil e mobiliária, tanto as grandes como as médias e as pequenas para discutir esse programa, no início a ideia era que só se tinha condições de fazer 200 mil, com um pouco de pressão conseguimos chegar a 500 mil, e acabamos lançando 1 milhão, e hoje são 3 milhões 750 mil imóveis.

Os efeitos do Minha Casa, Minha Vida além de ser, esse efeito principal que é mudar a vida das pessoas, por isso ele chama Minha Casa, Minha Vida, ele, cada vez que uma família recebe as chaves, ela também está ao mesmo tempo garantindo e assegurando junto com os empresários, junto com todos os bancos que financiam: a Caixa e o Banco do Brasil, elas estão também dando sustentação para a criação de empregos e para a construção civil, que é um setor estratégico em todos os países do mundo quando se trata de crescimento sustentável e de emprego. Eu vou citar apenas um número: dos 4 milhões de novos empregos... dos mais de 4 milhões de novos empregos com carteira assinada criados no meu governo, para a gente ter uma ideia da importância da construção civil, 500 mil foram, [500] mil novos empregos foram gerados pela construção civil.

É um programa, portanto, que tem uma base e um condutor que é a geração de emprego, a geração de renda, mas sobretudo, a geração de dignidade para todos aqueles que olham o crescimento do país não somente baseado na quantidade de cimento que nós entregamos, nem só na quantidade de aço, nem só na quantidade de produtos que nós produzimos, mas na quantidade de benefícios, de melhoria que nós somos capazes de dar para nossa população.

O Minha Casa, Minha Vida é um dos programas principais no processo de desenvolvimento com inclusão social. Ele talvez seja um dos instrumentos mais eficazes. Por quê? Ele reforça laços fundamentais numa sociedade sob todos os aspectos. Laços afetivos, mas laços... os principais laços comunitários e a base dos laços sociais. Ele reforça a sensação de segurança que só o compromisso com a segurança de cada um pode levar e conduzir ao desenvolvimento de toda a sociedade.

Por isso o Minha Casa, Minha Vida é parte desse caminho. E agora o Minha Casa, Minha Vida vai ser aperfeiçoado pelo Minha Casa Melhor. Muitos vão dizer que é um desperdício fazer o Minha Casa Melhor. Eu considero muito feliz tanto a fala do ministro das Cidades como a fala da representante do IDV, a nossa querida Luíza Trajano. Por que ela é muito feliz? Porque o Minha Casa Melhor, ele é preciso naquilo que ele se dispõe a fazer. E o que ele se dispõe a fazer? Garantir acesso aos bens modernos, que não gastam tanta energia, para a população que, no Brasil, não tem acesso ao crédito e que pode ter acesso ao crédito. Ao mesmo tempo, então, ele assegura o acesso a bens e, ao mesmo tempo, ele assegura que esses bens sejam mais eficientes. Por exemplo, uma geladeira que não seja uma geladeira com o selo do Cepel, ela gasta muito mais energia. Uma máquina de lavar roupa também. Além de ela gastar mais energia ela dá menos conforto, além de ela dar menos conforto, ela, muitas vezes, cria um ambiente muito inadequado numa família e numa casa. Então, nós temos fatores econômico-sociais e fatores éticos também. Por quê? É fundamental que essa parcela da população tenha acesso ao

crédito. E aí o que nós vamos garantir? Taxas de juro de 5%, 48 meses para pagar e vamos exigir que as pessoas estejam em dia, adimplentes, com o programa de pagamento da sua moradia, o programa de compra da casa.

E aí tem o lado que, pra mim, é muito importante, que é o lado das mulheres desse país, muito bem mencionado pela Dra. Luiza Trajano aqui presente, que é o acesso das mulheres, por exemplo, à máquina de lavar roupa automática. Porque uma coisa é o tanquinho, que usa a energia braçal das mulheres, outra coisa diferente é a máquina de lavar automática. Ele tem um lado também de dar acesso às mulheres desse nosso país, aquela que trabalha, que sustenta a sua família, de dar acesso às melhores condições disponíveis de bens duráveis. E dar dignidade a uma família consiste também em dar acesso aos bens que todos aqueles que são consumidores querem, os melhores possíveis. Nós daremos um ano para que as pessoas possam pesquisar, para que as pessoas possam ir às lojas e escolher aqueles bens que são o que mais convém a cada um. Isso através de um cartão de crédito, que é outro grande, eu diria, uso da tecnologia de cartão de crédito a serviço da população do nosso país.

Por isso, eu queria, aqui, reiterar o que eu disse no dia 1º de maio a respeito do Brasil ter mudado de fase na sua história. O Brasil mudou de fase porque nós tornamos o compromisso com maior qualidade de vida, com melhor acesso a bens, com melhor emprego, com melhor renda, um compromisso de toda a nação. E acredito que um país vencedor será sempre aquele país que faz com que todo o seu povo seja vencedor. E aí eu queria aproveitar e fazer uma reflexão sobre essa minha última viagem a Portugal falando duas coisas. Primeiro: é muito importante que o Brasil tenha uma visão do seu futuro condizente com a situação real em que vive. E a situação real em que o Brasil vive é de inflação sob controle, contas públicas sob controle. Isso significa que quando nós olhamos no entorno, a relação do Brasil com vários componentes que caracterizam os indicadores macroeconômicos é muito saudável. Primeiro, eu queria dizer para todos os brasileiros: não há a menor hipótese que o meu governo não tenha uma política de controle e combate à inflação. Não há a menor hipótese. Todos os que apostam nisso são os mesmos que, no início desse ano, apostaram que ia haver um problema sério com o fornecimento de energia no país e sumiu e desapareceu de todos os jornais, porque não era real. São movimentos localizados, especulativos, que duram um tempo, mas que fazem mal ao Brasil. Porque um país que não tem segurança energética é um país que está comprometido. Portanto, quando, no início do ano, disseram que nós teríamos um problema grave de fornecimento de energia elétrica que podia levar ao racionamento, era uma leviandade. E leviandade política é grave, porque ela não afeta a pessoa, ela afeta um país. Eu queria dizer, portanto, que não há a menor hipótese, primeiro porque a inflação não está sem controle, segundo porque o governo tem todas as condições para impedir que ela fuja ao controle.

Agora, eu chamei atenção para Portugal por dois motivos. Primeiro pela grave situação da Europa, mas segundo pelo fato de que eu passei, novamente, por um lugar muito especial na história da nossa própria língua, que é as margens do Tejo. No Tejo tem uma praia que é a tal da praia do Restelo e o Camões tem um personagem – o Camões que foi o primeiro grande poeta da globalização, da primeira globalização que foram os Descobrimentos – ele tem um personagem que fala a respeito dos Descobrimentos, que é

o Velho, o chamando Velho do Restelo. Era um velho que ficava parado na praia dizendo o seguinte, para aqueles que iam entrar nas caravelas e atravessarem todo o Tejo até chegar ao mar e se fazer ao mar, atravessando o Atlântico e chegando às Índias ou ao Brasil. Esse velho ficava sentado na praia azarando. O que o Velho dizia? O Velho dizia o seguinte: “não vai dar certo”, “não vai dar certo”. E, além de dizer que não ia dar certo, ele dizia que aquilo era uma manifestação de vã glória, ou seja, era uma manifestação de vaidade e um impulso errado, um impulso para o desconhecido e para a derrota. O Velho do Restelo, ele é um personagem que encontra eco através da história. Em toda – e durante muito tempo – em toda a história do nosso país, muitos Velhos do Restelo apareceram nas margens das nossas praias. Hoje, o Velho do Restelo não pode, não deve e, eu asseguro para vocês, não terá a última palavra no Brasil. Esse programa é mais um som contra o Velho do Restelo.

Muito obrigada.

**Palavras da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante visita ao Centro de Comando e Controle para Segurança de Grandes Eventos
Departamento de Polícia Federal – Brasília-DF, 13 de junho de 2013**

Governador Anastásia e prefeito Márcio Lacerda, Espero que esteja sendo tão interessante para vocês como está sendo para mim, porque fica claro que nós vamos, de fato, conseguir uma integração de todos os órgãos da Segurança Pública do nosso país.

Primeiro, eu queria cumprimentá-los e dizer da minha alegria de estar aqui, de Brasília, falando com Minas Gerais. Acredito que uma das grandes questões que a população brasileira levanta, em relação aos grandes eventos – Copa e Olimpíada – é, primeiro, nós termos capacidade de mostrar que vamos fazer uma Copa das Confederações, uma Copa do Mundo e uma Olimpíada segura e, segundo, que vamos deixar um grande legado para a população brasileira, sob a forma da integração dos órgãos de segurança pública da União, dos estados e dos municípios.

E, falando pela União, eu considero muito importante a integração da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Força Nacional de Segurança Pública, com os órgãos da Defesa, as Forças Armadas, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. E também muito importante e relevante é essa integração com as polícias civis e militares e com as polícias municipais, enfim, com todos os órgãos de segurança, para garantir ao país que nós estamos ganhando um passo nessa trajetória da questão da Segurança Pública, do combate e da garantia da segurança pública para a nossa população. A integração que a tecnologia permite que nós tenhamos – e hoje aqui estamos diante de uma prova –, principalmente no caso dos grandes eventos, mas, também, no dia a dia da população, ela tem um marco, hoje. Eu desejo que nós todos tenhamos a Copa das Confederações mais segura, mostrando ao mundo que o Brasil é um país vencedor, e o seu povo, seus governadores, seus prefeitos e os órgãos federais participam dessa jornada de vitória que eleva a qualidade da segurança pública do nosso país. Eu queria passar a palavra, primeiro para o governador e depois, o governador aqui do Distrito Federal, o governador Agnelo, e depois para o ministro da Justiça, José Eduardo.

Eu queria cumprimentar o nosso governador Sérgio Cabral, O nosso ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, e dizer que nós estamos aqui muito felizes, sabe por que? O governador Sérgio Cabral e o ministro Aldo, juntamente com o Pezão, vice-governador, e com o Mariano Beltrame, e também o representante das Forças Armadas. Nós estamos aqui com o governador, aqui, o governador do Distrito Federal, governador Agnelo, o ministro José Eduardo, a ministra Gleisi, a diretora da Polícia Rodoviária Federal, vários integrantes dos órgãos de segurança, tanto ligados ao governo estadual, como também os órgãos que compõem o Ministério da Justiça. Uma coisa, Sérgio Cabral, eu acho que fica clara nesta inauguração. O fato de que, com essa medida, nós damos mais um passo para colocar a tecnologia a serviço da segurança pública do nosso país, e isso vai trazer, primeiro, maior integração entre nós, maior integração... Eu, há pouco, falei com o governador Anastasia, com o prefeito Márcio Lacerda e o ministro da Defesa lá em Minas Gerais, em Belo Horizonte, mas vai trazer uma integração muito grande, tanto dentro dos próprios órgãos do governo federal – Forças Armadas, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Força Nacional de Segurança Pública –, e também todos os meus ministérios, como também junto com os governos estaduais e com as prefeituras.

Eu acho que nós damos um salto não só provando que o Brasil é capaz de fazer –, não só dentro do campo de futebol, mas fora dele – uma Copa das Confederações, uma Copa do Mundo de qualidade, e isso é o grande legado que nós vamos deixar para a população brasileira. Um legado em que nós damos um passo à frente na questão da segurança pública, mostrando que o Brasil vai combater o crime organizado, vai também resgatar pessoas e atender à população utilizando o que há de melhor. Você, aí, deu o exemplo do Samu, o exemplo da visão que, a partir do momento que você integra o transporte você tem, a respeito do que está acontecendo nos metrô e nos órgãos de transportes, nos diferentes meios de transporte de massa.

Nós também iremos ter essa capacidade de integração. Acho que nós iremos todos, nacionalmente, dar um grande passo, utilizando o que há de mais moderno na tecnologia. Eu vi aqui, hoje, um conjunto de equipamentos que me traz o conforto de saber que o Brasil dá um passo na capacidade de inteligência no controle de grandes eventos, também no controle de todos os processos que podem levar em segurança a população. Nós sabemos que a população é um direito... a população quer, como direito do cidadão, o direito à segurança pública. A pior coisa que pode acontecer num país é essa sensação de insegurança.

Acho que o Rio de Janeiro está de parabéns, vocês deram grandes passos aí, no Rio de Janeiro, com as UPPs. Vocês fizeram algo que muitas pessoas no Brasil, de forma incrédula, acreditavam que jamais conseguiríamos, e provaram que é possível. Com esse equipamento, hoje, eu asseguro que nós teremos um país mais seguro. E o povo pode ficar tranquilo, porque muita gente pergunta: o que que é que nós vamos ganhar, afinal de contas, com essa Copa do Mundo? Primeiro, a alegria, a imensa alegria que o futebol dá a todos os brasileiros. Mas, sobretudo, nós vamos ganhar em melhoria concreta da condição de segurança pública.

Eu vi, aqui, desde equipamentos fantásticos para o Corpo de Bombeiros, como alargadores e instrumentos que permitem que você chegue, por exemplo, a uma pessoa

que está num desastre de automóvel e assegure o resgate dessa pessoa, de uma forma a diminuir o trauma que ela já teve, com o desastre, e facilitando o atendimento dela. Eu considero, portanto, que nessa Copa das Confederações, esses seis estados que dão um passo nessa direção, e o fato de o governo federal ter contribuído com todos esses equipamentos, é algo extremamente relevante para o país.

Eu vou passar a palavra para o governador Agnelo e, depois, eu peço que o governador passe a palavra para o ministro da Justiça.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de entrega do Sistema Integrado de Comando e Controle para Segurança de Grandes Eventos Departamento de Polícia Rodoviária – Brasília-DF, 13 de junho de 2013

Boa tarde.

Eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar os governadores, começando aqui pelo nosso governador Agnelo.

Cumprimentar os governadores que estão nos assistindo agora: Jaques Wagner, da Bahia; Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro; e Antônio Anastasia, em Minas Gerais. E os ministros de Estado: Gastão Vieira, que está na Bahia; o Aldo Rebelo, que está no Rio de Janeiro; o general De Nardi, que está em Pernambuco; o Celso Amorim, que está em Minas Gerais; e o general Elito, que está no Ceará, que participam, neste momento, todos eles, das cerimônias de entrega do Sistema Integrado de Comando e Controle para Segurança de Grandes Eventos e para Segurança Pública das cidades de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Rio de Janeiro e Salvador.

Queria, mais uma vez, cumprimentar o governador Agnelo Queiroz. Os ministros e ministras de Estado aqui presentes, cumprimentando Eduardo Cardozo, da Justiça; Gleisi Hoffmann, da Casa Civil; Garibaldi Alves, da Previdência; Jorge Hage Sobrinho, da Controladoria-Geral da União.

Cumprimentar o deputado federal Policarpo.

O ministro Humberto Martins, do Superior Tribunal de Justiça. Queria cumprimentar a diretora-geral da Polícia Rodoviária Federal, a senhora Maria Alice Nascimento Souza.

Em nome da Maria Alice, eu cumprimento todos os representantes dos órgãos públicos encarregados de operar o Sistema Integrado de Comando e Controle para Segurança de Grandes Eventos, tanto no nível federal, no nível estadual e no nível municipal. Queria cumprimentar as senhoras jornalistas, os senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Senhoras e senhores,

Nós todos aqui sabemos que a partir deste sábado e nas próximas semanas, a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude Católica farão com que os olhos do mundo, mais uma vez, estejam sobre o nosso país.

O mundo verá um país que promoveu o mais intenso processo de ascensão social neste começo do século XXI, com iniciativas que se transformaram em paradigmas para muitos países em desenvolvimento e que, inclusive, mostram uma diferença em relação ao que vem acontecendo nas regiões e nos países mais ricos do mundo.

Verá também a imagem de um país que investe fortemente na reconstrução de sua infraestrutura e na adoção de tecnologias para elevar sua competitividade e a qualidade de vida do seu povo.

Nós estamos aqui, hoje, para mais uma realização. Esse Sistema Integrado de Comando e Controle inaugurado aqui, ele integra toda a política de segurança para os grandes eventos e para, também, legar um ganho para a segurança pública da nossa população. O governo federal investiu R\$ 1 bilhão e 800 milhões, sendo que R\$ 1 bilhão e 100 milhões por meio do Ministério da Justiça e R\$ 700 milhões por meio do Ministério da Defesa e das Forças Armadas.

Duas palavras sintetizam esse Sistema de Comando e Controle. Primeiro, o uso da tecnologia e o uso da gestão e da ação integrada entre os estados e a União, e uma segunda ação, uma ação que visa articular todos os entes de segurança pública do Brasil para focar numa ação mais eficiente e mais focada no combate ao crime organizado e da garantia, também, das condições de vida de toda a nossa população. Os dois Centros Nacionais, esse aqui de Brasília e o que está lá, no Rio de Janeiro, os Centros Regionais e os Centros Móveis, eles dispõem, como os senhores viram, de equipamentos sofisticados de alta tecnologia para o planejamento e adoção de técnicas de inteligência para garantir a segurança nesses eventos. Também para envolver ações que permitam o tratamento de todas as eventuais ocorrências que envolvem grandes multidões, e para reforçar a segurança pública em nosso país. Por isso, e para fortalecer as ações preventivas de intervenção, doamos aos estados esses equipamentos, que são suporte para essa ação, são imageadores elétricos, desencarceradores, armamentos não letais, kits antibombas, plataformas de observação elevada e, sobretudo, levamos o que há de melhor e mais avançado na tecnologia digital para servir de suporte à ação do Estado brasileiro no combate ao crime organizado e na garantia da segurança pública.

Todos nós sabemos que um dos componentes da ação de segurança pública é a inteligência, e nisso a alta tecnologia é decisiva. Em uma federação de dimensões continentais como o Brasil é necessária essa tecnologia e, sobretudo, é necessária a integração e a coordenação, uma gestão conjunta de todas essas áreas e também da área de defesa nacional.

Por isso, essa ação conjunta que hoje nós damos mais um passo nessa direção e que parte dos centros nacionais para os centros regionais e os móveis vai permitir maior agilidade. Eu ouvi hoje uma explicação sobre o que significa maior agilidade na tomada de decisões e da tomada de providências no que se refere à segurança da população, tanto quando se trata de ações ligadas à segurança individual, diante de desastre de automóveis ou de algum evento que exija intervenção do Corpo de Bombeiros, reduzindo, inclusive, a possibilidade de sofrer um atraso o atendimento à saúde da população atingida. E, ao mesmo tempo, permitindo também a incidência mais efetiva dos órgãos de segurança quando se trata da localização de algum malfeito ou de alguma interveniência. Por isso, ao entregar esse novo sistema à sociedade brasileira, nós fortalecemos ainda mais a estratégia que viemos perseguindo... que vimos perseguindo, desde o início do meu governo, na política de segurança pública, e essa estratégia vai ter seu primeiro grande teste, no que se refere à questão do Comando e Controle, a partir desse sábado,

nas seis capitais-sede da Copa das Confederações. E eu tenho certeza que os governadores terão, através de suas ações, um retorno aos seus esforços nessa área. E eu insisto, uma Copa do Mundo, um grande evento, ele consiste num benefício imediato para a população que é o usufruto e a alegria imensa, por exemplo, de uma Copa, uma Copa do Mundo, de uma Olimpíada. Mas, sobretudo, num país, nós devemos responder qual é o legado que se deixa permanente para a população brasileira. Qual é o legado para a sociedade, o que fica disso? E, por isso, um dos grandes legados, tanto da Copa das Confederações como da Copa do Mundo e das Olimpíadas, é uma melhoria de patamar, uma melhoria de patamar na Segurança Pública brasileira. Integrar, coordenar e gerir, de forma conjunta, é um dever do Estado, como disse o ministro José Eduardo Cardozo. E, sobretudo, é um dever do Estado, e ele tem caráter permanente e deve ser, de fato, perseguido acima de todas as outras considerações, sejam elas partidárias, sejam elas políticas, sejam elas ideológicas ou religiosas, ou até mesmo esportivas.

Eu acredito que os senhores governadores também cumpriram, neste processo, um papel fundamental, porque levaram a seus estados e às suas cidades esse espírito e essa cultura de integração. Nós sabemos que constitucionalmente cabe aos estados a maior parte das atribuições afetas à área de segurança pública. Mas o governo federal, ele tem o dever de colaborar com essas ações, estreitando, cada vez mais, essa parceria. Esse tem sido o nosso propósito, por exemplo, sempre que os governos estaduais exercem demandas legítimas e nos pedem, primeiro, a mobilização da Força Nacional de Segurança Pública para apoiar no enfrentamento do crime organizado, ou até mesmo uma ação de garantia da lei e da ordem, que implica no uso das Forças Armadas. Isso também fica claro quando nós oferecemos vagas em presídios federais para ajudar estados no combate às ações de violência que têm origem em presídios estaduais. Ou quando nós pactuamos a implementação do Brasil Mais Seguro em estados onde o processo de fortalecimento das forças de segurança pública, aquelas forças de segurança pública do próprio estado requer, para a sua melhoria, o apoio do governo federal. O governo federal também cumpre um papel de apoio a todo o Sistema de Segurança Pública do país quando realiza o Plano Estratégico de Fronteiras. Esse Plano Estratégico de Fronteiras que já expressa a nossa concepção de integração e coordenação, porque ele mobiliza e integra a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Força Nacional de Segurança Pública, com o... ou seja, é liderada pelo Ministério da Justiça, com as Forças Armadas, lideradas pelo Ministério da Defesa e vários outros órgãos, como a Receita Federal, órgãos de saúde, a Anvisa, enfim, todos aqueles necessários para que nós possamos, de forma efetiva, reprimir todas as ações de fronteira que são base do crime organizado. Inclusive mobilizamos junto estados e municípios em ações também preventivas, e aí é interessante que isso ocorre por meio, seja da Operação Sentinela, que é essa liderada pelo Ministério da Justiça, que tem caráter permanente nas fronteiras; seja pela Operação Ágata, que também atua na fronteira, mas que tem um caráter massivo e concentrado, que, combinada com a Sentinela e liderada pelo Ministério da Defesa e as Forças Armadas, permite que nessa ação conjunta a ação sobre uma fronteira imensa, que é a nossa, seja uma ação mais efetiva. Nós, com essas operações, temos evitado que um volume expressivo de armas e drogas

adentrem o nosso território. Nós desbaratamos quadrilhas e temos combatido o crime organizado com serviços de inteligência, com grandes mobilizações militares e com o uso de tecnologias de última geração, como é o caso dos scanners móveis e dos Vants, para citar dois exemplos.

Nós temos consciência do que significa o drama da violência no cotidiano, na vida de amplo segmento da população brasileira, e é por isso mesmo, porque temos consciência do que essa violência representa, que acreditamos que é preciso aprofundar, cada vez mais, o esforço de cooperação que nós estamos fazendo, reforçar a inteligência e reforçar todo o processo de comando e controle no nosso território, com vista a superar todos os obstáculos que inspiram medo na população, pois muitas vezes se usa mais violência para combater a violência.

Esse processo de segurança e controle, ele é o uso inteligente da coerção e da força para repelir e para assegurar o controle e a paz e a estabilidade nas relações cidadãs. Estamos falando, afinal, do que talvez seja a principal disputa da nossa geração, aquela da qual depende o futuro das nossas crianças e adolescentes, sobretudo dos que habitam nas periferias mais pobres e menos desprotegidas, que é o tráfico de drogas e a criminalidade organizada. A violência, sem sombra de dúvida, precisa ser enfrentada com força e aparatos de inteligência modernos, com gestão moderna, com integração ampla, olhada e tratada como política de Estado, condição para que possamos vencer o crime, que é cada vez mais organizado e que se articula em torno de, como eu disse, de drogas que destroem vidas de jovens e de adolescentes, e de armas.

O que nós queremos é que o profissional de segurança pública tenha condições dignas de trabalho e tenha à sua disposição, por um respeito a ele como cidadão, também da melhor tecnologia que está disponível internacionalmente, não só no Brasil, mas internacionalmente, para que ele possa se engajar com orgulho na sua missão em favor da paz na sociedade. Precisamos também de uma relação federativa de cooperação cada vez mais forte, que envolva, inclusive, ações sociais combinadas com ações de segurança, de caráter preventivo.

Essa é uma luta árdua, ela é difícil e ela tem uma característica, ela tem que ser constante. Não tem um dia que nós possamos dizer “esse momento chegou ao fim”. Mas, justamente por isso, nós temos de ter a vontade política de enfrentá-lo. E esse Sistema Integrado de Comando e Controle, ele expressa essa vontade política, ele mostra que o Brasil tem todas as condições objetivas e tem essa vontade política, nas suas diferentes esferas.

E aqui, mais uma vez, eu parablenizo os governadores e os prefeitos de capital dessas seis cidades com as quais nós iniciamos esse projeto. E quero lembrar que, para nós, tem de ser também um dever do Estado fazer da segurança pública um direito do cidadão, tal como nossa Constituição prevê.

Muito obrigada a todos.

**Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de anúncio de investimentos em infraestrutura urbana e equipamentos sociais nas comunidades da Rocinha e nos complexos do Lins e do Jacarezinho
Rio de Janeiro-RJ, 14 de junho de 2013**

E eu queria começar a minha fala saudando em especial os moradores, as companheiras e os companheiros que moram aqui na Rocinha.

E queria também saudar os moradores que integram os complexos de Lins e do Jacarezinho, que também estão aqui hoje porque nós vamos, aqui, lançar o PAC 2. E o PAC 2 é uma iniciativa do governo federal que tem por objetivo melhorar a vida do povo da Rocinha, do complexo de Lins e do complexo de Jacarezinho. Então, meu abraço e um grande beijo no coração para cada uma das mulheres e dos meus companheiros homens e para as crianças e os jovens dessas comunidades.

Queria cumprimentar o meu querido governador Sérgio Cabral. Meu parceiro, parceiro do presidente Lula e com quem nós temos o orgulho, nós temos também essa coisa boa que a gente sente na alma quando a gente consegue contribuir para melhorar a vida desse povo, desse povo lutador e trabalhador das comunidades aqui do Rio de Janeiro.

Queria cumprimentar o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, outro grande parceiro, nosso Eduardo Paes. O Eduardo Paes tem uma característica: o Eduardo Paes é o prefeito mais feliz do Brasil, mais feliz do Brasil. Porque o Eduardo Paes é prefeito da cidade do Rio de Janeiro, e sempre disse para mim: “eu olho para outros perfeitos e tenho uma pena danada. Eu sou um prefeito feliz”.

Queria cumprimentar também o ministro Aguinaldo Ribeiro, que falou aqui hoje para nós, falou muito bem. Mostrou a visão que o governo federal tem hoje sobre a realidade brasileira.

Queria cumprimentar também o Pezão. O nosso vice Pezão.

Eu queria cumprimentar o presidente da Assembleia Legislativa do estado, o Paulo Melo. Cumprimentar o deputado Washington Reis; o vice-prefeito Adilson Pires; o presidente do Banco do Brasil, Aldemir Bendine; o nosso querido amigo e companheiro Wagner Bittencourt, vice-presidente do BNDES; a secretária nacional de Habitação, a Inês Magalhães.

Queria cumprimentar um lutador aqui, que é integrante da equipe do Sérgio Cabral, que é o Hudson Braga, secretário estadual de Obras. Cumprimento o Hudson Cabral [Braga] e também cumprimento o Ícaro e sua equipe.

Cumprimentar o Antônio Shaolin, o presidente da Câmara Comunitária da Rocinha. Quando eu cumprimento o Shaolin, eu estou cumprimentando também todos os integrantes das associações de todas as comunidades que hoje aqui me honram com a sua presença.

Cumprimentar os senhores jornalistas, os senhores fotógrafos e os senhores cinegrafistas e as senhoras jornalistas, fotógrafas e cinegrafistas.

A primeira vez que eu estive numa cerimônia aqui na Rocinha, foi no lançamento desse fantástico complexo esportivo. A Rocinha neste momento... o governador Sérgio Cabral tinha feito um início de terraplanagem e nós estávamos iniciando o PAC 1. A gente

iniciava o PAC 1 com essa obra da Rocinha. E naquele momento, foi quando o presidente Lula disse uma coisa que eu queria lembrar para vocês aqui hoje: disse que eu era a mãe do PAC da Rocinha, e que o Pezão era o pai do PAC da Rocinha. Porque naquele dia nós iniciávamos uma coisa que muita gente, – porque tem isso em algumas pessoas – elas não são muitas não, eu falei errado, elas são poucas pessoas no Brasil. Aquelas pessoas que não acreditam em nada e torcem para dar errado. Diziam que nós não conseguiríamos fazer esse complexo esportivo, não conseguiríamos fazer todas as medidas que nós tomamos aqui na Rocinha e não conseguiríamos fazer essa passarela, enfim, nós não íamos fazer nada aqui na Rocinha.

E o tempo passou e eu tive muito orgulho de voltar aqui e ver as crianças nadando na piscina. Porque dá muito orgulho quando a gente vê as crianças, esses brasileirinhos e essas brasileirinhas, tendo acesso a uma piscina de qualidade como é essa aqui do complexo. Dá muita alegria quando a gente olha a qualidade dos equipamentos esportivos, da biblioteca, quando a gente vê que tem aqui na Rocinha um conjunto de equipamentos que garante uma qualidade de vida para a população que mora aqui.

E isso porque nós temos um lado, e esse lado, ele é claro. Esse lado é o lado do povo brasileiro. O lado do povo brasileiro e mais, nós fazemos obras, temos iniciativas, fazemos ações para todo do Brasil. Mas por quê a gente tem de olhar para aqueles segmentos mais pobres do país? Porque foram eles que nunca tiveram acesso a nada no país. Foi de costas para a Rocinha, de costas para o complexo de Lins, de costas para o complexo de Jacarezinho, de costas para o complexo do Alemão, enfim, de costas para comunidades não só aqui do Rio de Janeiro, mas de todo o Brasil, que o nosso país foi governado até 2003. Não se fazia obras para as comunidades mais pobres, não se focava política para as pessoas que mais precisavam.

E quero dizer para vocês que uma das coisas que eu mais gosto de fazer como presidenta é isso que nós estamos fazendo aqui hoje. Por quê? Porque eu sei que o Brasil real, o Brasil real, o meu Brasil profundo, o Brasil a quem eu devo a minha eleição mora aqui, está aqui e é esse Brasil que permite que nós tenhamos mudado, que o Brasil tenha mudado, que não seja mais o mesmo Brasil. Porque o Brasil, até então, era um Brasil que tinha um mercado interno pequenininho, só para as classes mais ricas. E nós, nesse período com o presidente Lula e depois com o meu governo, nós criamos cada vez mais um processo em que as pessoas, as pessoas do nosso país, aquele brasileiro concreto e aquela brasileira, aquele trabalhador e aquela trabalhadora, aquele empreendedor e aquela empreendedora, aquela cabeleireira, aquele cabeleireiro, o dono da oficina, o trabalhador numa fábrica, todos eles passaram a ter vez. A ter vez e a ser objeto da preocupação da política do governo federal.

E aí nós fizemos uma parceria, porque encontramos no caminho pessoas que pensavam iguais a nós, fizemos uma parceria. Primeiro fizemos com o governador Sérgio Cabral, depois fizemos com o prefeito Eduardo Paes, além de outras parcerias com outros prefeitos pelo Rio de Janeiro afora. Mas essa parceria resultou em coisas muito importantes aqui.

Eu queria lembrar que investir, investir nas favelas desse nosso Brasil foi algo, eu diria, transformador. Transformador porque melhora não só a vida aqui dessas pessoas que moram na Rocinha, mas melhora a vida de todos os bairros que cercam a Rocinha. E

aqui eu queria dizer para vocês que eu fico muito feliz. O investimento total, no meu período, e tem várias coisas que a gente ainda continua do PAC 1, mas o investimento no meu período, em favelas, nas principais – porque tem outros investimentos menores – totaliza hoje R\$ 5 bilhões e 900 milhões nesse período. E isso significa uma coisa muito importante: qualidade de moradia significa acesso à UPA; significa escolas para os nossos queridos jovens e para as crianças; significa acesso a um complexo esportivo que dá sustentação para o lazer e para práticas que são necessárias em qualquer país do mundo, para o povo, que é o esporte; significa também a pré-condição para que a gente ao mesmo tempo pacifique uma comunidade e acabe com os mecanismos, com aquele controle privado da violência que muitas vezes ocorreu por descaso do poder público.

Eu tenho aqui a certeza que nós acertamos a política, nós acertamos a política, por quê? Um país só é vencedor quando faz com que seu povo seja vencedor junto com ele. Aqui, nós construímos as condições para que o povo desta comunidade vencesse junto com o país. Nesses dez anos e mais precisamente, nesse últimos seis a sete anos, nós tivemos aqui, no Rio de Janeiro, uma mudança fantástica da cidade do Rio de Janeiro e das comunidades do Rio de Janeiro.

Fazer como faz o prefeito Eduardo Paes e o governo do estado, metrô, todos os BRTs. Esse VLT que nós vamos agora inaugurar daqui a pouco, aliás, nós vamos lançar, não inaugurar. Fazer isso é ter um compromisso com a cidade, mas, sobretudo, tem um compromisso com os moradores daquela cidade. E eu quero dizer para vocês que ontem eu tive uma experiência muito forte aqui, sobre também a melhoria que está sendo feita, na área de segurança pública.

Eu não sei se vocês sabem, mas o Rio de Janeiro, o estado e a cidade, são vistos pelo Brasil como sendo um dos estados, senão o estado em que a questão da violência foi mais bem tratada. Porque as UPPs são vistas como uma vitória. Porque a UPP não é só a força policial, a UPP não são só os policiais, a UPP é também a volta do respeito pelas necessidades da população.

Mas aqui eu quero dizer para vocês que nós temos uma experiência fantástica nessa área. E ontem nós lançamos, através de um link que envolveu Belo Horizonte, Brasília e o Rio de Janeiro, o que se chama o Sistema de Segurança e Controle das Obras Ligadas aos Grandes Eventos. Ele se chama isso, e ele consiste em quê? Ele consiste em colocar a tecnologia a serviço da proteção das comunidades, das pessoas, dos cidadãos de uma cidade e de um estado.

Nesse caso, nós estamos construindo isso como início da proteção para esses eventos que vão orgulhar o Brasil, que são a Copa, a Copa das Confederações, a vinda do Papa e as Olimpíadas. Mas ele é muito mais que isso, por quê? Porque ele deixa para o estado, ele deixa para o Brasil o que se chama uma herança, um legado, aquilo que a gente ganha quando, às vezes, uma tia morre e deixa para ti. Nesse caso aqui não precisou de morrer ninguém, nós estamos deixando como legado para a nossa população, para o nosso povo, algo fundamental, que é colocar a tecnologia a serviço da Segurança Pública.

E essa tecnologia é o seguinte: são aparelhos que asseguram um grau de visão muito preciso sobre eventos, que permite que você faça um controle da violência numa região; que garante também que num caso de um desastre, a pessoa está muito ferida e ela

precisa ser resgatada, resgatá-la com um nível maior de segurança possível, através de equipamentos que cortam o carro, que abrem o carro e que permite que você retire de lá a pessoa; que tenha todo um controle sobre um conjunto grande de um grupo de bairros e que permita que você, por exemplo, chegue na hora, impeça e previna uma ação de violência ou que você, depois, consiga intervir imediatamente e diminuir o efeito dela. É isso que é um complexo de segurança, um sistema de comando e controle. E é importante dizer que nós juntamos esforços, o governo federal, o governo do estado e a prefeitura.

Por isso, quanto perguntarem para cada um de vocês: “Bom, mas o que que a gente ganha? O que que cada um de nós ganha com a Copa do Mundo?”. Óbvio que, além da alegria do futebol, de ver o Brasil jogar, além da Copa das Confederações, de ver o jogar, e nós todos aqui torcermos para o Brasil ganhar, nós ganhamos um aumento e uma melhoria na segurança. Nós ganhamos todas essas obras que também são fundamentais, como a Transcarioca, a Transolímpica, e todas as outras, a linha 4, do metrô, todas as outras obras que são feitas para melhorar a cidade, mas melhorar a cidade não é... pode ser no momento para um turista, mas permanentemente, para o resto da vida, é para melhorar a vida da população carioca, da população aqui do Rio de Janeiro.

Eu não poderia deixar de dizer para vocês algumas coisas. Vocês têm visto na imprensa, vocês têm visto muita gente falando que o Brasil passa por um momento de dificuldades. O Brasil, hoje, é um dos países mais sólidos do mundo. O Brasil, hoje, é um país que, em meio à crise econômica das mais graves, talvez a mais grave desde 1929, é um país que tem a menor taxa de desemprego do mundo. Vocês lembram como era antes? Antes, nós tínhamos uma taxa de desemprego alta, a Europa e os Estados Unidos, uma taxa baixa. Geralmente era assim: aqui tinha 14%, 15%, 16% de desemprego, e na Europa e nos Estados Unidos, em torno de 5%. Pois é engraçado, isso mudou. Hoje nós temos uma das menores taxas de desemprego do mundo, vivemos num sistema de quase pleno emprego.

Hoje, estamos em torno dos 5,5%, 5,7%. E nos estados mais desenvolvidos do mundo qual é a taxa de desemprego? Na Europa tem países que, para as populações jovens, o desemprego alcança 50% da população jovem. Em Portugal, de onde eu acabei de vir, o desemprego beira 20%, ou seja, um em cada quatro portugueses estão desempregados. E eles vêm dizer que o Brasil é um país em situação difícil. Interessa a eles criar essa ideia. Não só o Brasil não está numa situação difícil, como o Brasil é um país extremamente sólido. Nós temos das menores relações entre dívida líquida e PIB, somos um governo muito preocupado em manter aquela capacidade que toda mãe de família, que toda casa tem; nós não gastamos mais do que possuímos, nós somos sérios em relação à política fiscal deste país.

E tem uma outra coisa que eu quero dizer para vocês: é sobre inflação. Nós jamais deixaremos que a inflação volte a este país. Hoje ela está sob controle, ontem ela estava sob controle e ela continuará sob controle.

Por isso eu peço a vocês que não deem ouvidos a esses que jogam sempre no quanto pior, melhor; quanto pior, melhor. Críticas, todo mundo tem de ter a humildade de aceitar, agora, terrorismo, não. Fazer estardalhaço e terrorismo informativo sobre a situação do Brasil, não. E eu vou dar um exemplo do que eu estou falando. Eu estou falando, por

exemplo, se vocês lembrarem bem, que eles diziam que no Brasil ia ter racionamento, no início deste ano. Agora não falam mais nada, porque está claro não só que o Brasil tem energia suficiente, mas também que nós fomos capazes de reduzir a tarifa de energia.

Então, eu quero dizer a vocês isso: nós vamos continuar com o emprego elevado, nós vamos continuar lutando todos os dias para que o Brasil cresça de forma sustentável. E aqueles que esperem que nós possamos cair no conto do vigário – porque é um conto do vigário no seguinte aspecto: acabar e reduzir os gastos sociais, os gastos como esse que nós estamos fazendo aqui na Rocinha – podem esperar sentados. Nós não iremos diminuir os investimentos que beneficiem o povo brasileiro, sabem por quê? Porque essa é a nossa prioridade, e também porque isso não é preciso. Nós temos recurso suficiente para manter o investimento e os gastos sociais, e fazer isso de uma forma séria, responsável, garantindo a solidez do gasto público, e também mantendo a inflação sob controle. Antes eles diziam: ou bem distribui, ou bem deixa o bolo crescer; ou bem o bolo cresce, e se você distribuir o bolo antes dele crescer é um desastre. Isso nós provamos que é mentira. O bolo, num país do tamanho do Brasil, com a população do tamanho da brasileira, só cresce se ele for também distribuído. É esse povo, é esse povo que é a força do mercado do nosso país.

Por isso eu queria dizer: eu estou muito feliz de estar aqui hoje, esse é um dos programas que eu mais tenho orgulho de ter participado e de participar. O Pezão, de fato, fala para mim, sempre, que nós temos de ir para o PAC 4, para o 5, para o PAC 6. Eu concordo com o Pezão, a gente vai fazer vários PACs. Agora é hora de executar bem o PAC 2, agora é hora, Pezão. E eu tenho certeza que você faz isso, porque você fez isso no PAC 1. Agora é hora de uma coisa: agora é hora de a gente botar o bloco na rua. Botar o bloco na rua é pegar os projetos, pegar o companheiro Ícaro e sua equipe e começar a executar aqui tudo isso que nós aprovamos.

E quero dizer para vocês que eu, como tive o prazer de andar ali, no Alemão, de participar de uma coisa que, para mim, foi um momento, porque é muito bonito, é muito bonito andar naquele bondinho, eu chamo de bondinho do Alemão. E eu acho, e me disseram que o bondinho aqui são metros, alguns metros maiores, mas eu imagino a beleza da vista. E mais do que a vista, uma das coisas que mais me encantou foi eu saber que vai haver um aumento da insolação e da ventilação, porque era algo muito triste saber que aqui, na Rocinha, existia um processo grande de tuberculose derivado do fato de que as casas eram muito juntas, que não tinha nem insolação nem ventilação adequados.

Por isso, assegurar saneamento aqui na Rocinha, abrir aquela rua principal, abrir as ruas laterais, garantir uma melhoria de vida substancial, também afeta a saúde das pessoas e melhora a qualidade dessa saúde. Me orgulha muito participar dessa cerimônia.

Queria, finalmente, agradecer e agradecer muito à comunidade da Rocinha, à comunidade e complexo de Lins, e agradecer também a todas as demais comunidades. Eu já falei aqui do Jacarezinho, mas agradecer à Rocinha, o Pavão-Pavãozinho, o Cantagalo, a Colônia Juliano Moreira, o Boréu, enfim, agradecer a todas as comunidades que já receberam recursos do PAC, do PAC 1 e, agora, do PAC 2. E dizer para as outras comunidades que nós, vocês podem ter certeza, chegaremos a eles. Dizer para vocês que nós iremos chegar a eles. Um dia, mais outro dia, e nós chegamos lá.

Um abraço e um beijo a todos.

**Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de assinatura de contrato para construção e operação do veículo leve sobre trilhos (VLT) nas áreas central e portuária do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro-RJ, 14 de junho de 2013**

Boa tarde, queridos trabalhadores, queridas trabalhadoras também, que participam das obras do VLT. Eu começo por vocês porque é muito importante isso que o Sérgio Cabral falou: que os trabalhadores deste país, quando acabam uma obra, eles têm certeza que mais outras virão. Eu tenho visto isso no Brasil inteiro, e fico muito orgulhosa de que no nosso país nós tenhamos a menor taxa de desemprego da nossa história recente, dos últimos 20 anos.

Queria agradecer as palavras do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. Dizer que, de fato – não é, Sérgio? – podem falar o que quiserem, nós, da nossa parte, estamos juntos.

Queria agradecer também ao prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, e falar que... uma coisa que eu falei no outro ato, há pouco, quando nós estávamos lá na Rocinha, lançando o projeto de urbanização e transformação das favelas num lugar decente, digno de se viver, um lugar em que se pode criar os brasileirinhos, as brasileirinhas, os homens e as mulheres do nosso país. Eu disse que o Eduardo tem um grande mérito, que é não só, como disse o Sérgio, ser um grande trabalhador, acordar às 5 horas da manhã, ligar para o Sérgio às 5h15, incomodar todo mundo, porque a gente tem de trabalhar, mas porque ele é feliz. E ele me disse uma vez, e eu nunca vou esquecer isso, e acho que é uma coisa muito importante:, ele é feliz porque ele dizia para mim: “Eu olho para os outros prefeitos e falo” – me desculpa, viu, Rodrigo, me desculpa... Ele está ficando assim? Pois é. E ele disse: “Eu fico olhando para os outros prefeitos e pensando: eles devem ter inveja de mim. Eles devem ter inveja de mim porque eu sou o prefeito do Rio de Janeiro e eu sou muito feliz de ser prefeito do Rio de Janeiro”.

Todo mundo aqui sabe que, além de trabalhar, a gente tem de gostar do que faz. Eu também sou muito feliz de ser presidente do Brasil. Tenho muito orgulho disso.

Queria cumprimentar o nosso ministro Aguinaldo Ribeiro, das Cidades, que tem essa capacidade enorme de usar das imagens para transmitir o que ele está pensando. E essa imagem que ele acabou de nos transmitir sobre a construção da Muralha de Jerusalém, é uma imagem muito forte, porque a Bíblia tem essa capacidade de contar uma história para transmitir um conceito, e o que ele transmitiu aqui para nós é o seguinte: quando você está realizando alguma coisa é muito possível que parem perto de você e digam assim “olha, não vai dar certo, não, esse negócio não está bom, isso não vai dar certo”. E se a gente acreditar nisso e não tirar do fundo da gente aquela convicção, não só que vai dar certo, mas que você vai fazer dar certo, você não transforma, não muda as coisas, e a vida não vale a pena. Então, parabéns ao Aguinaldo Ribeiro por isso.

Queria também cumprimentar o nosso companheiro, grande amigo e parceiro Pezão, vice-governador do Rio de Janeiro, que eu tenho – está caindo ali, Pezão, a sua responsabilidade – que eu tenho orgulho de ter também, dividido com ele o início do PAC 1. E lembro quando o presidente Lula, lá na Rocinha, disse que eu era a “mãe do PAC”, e que o Pezão, lá na Rocinha, era o “Pai do PAC”. Então, dividi com o Pezão esse grande

desafio, que foi voltar a investir em infraestrutura, principalmente naquelas regiões que mais precisavam, que eram as regiões mais pobres do país, onde não se via investimento, não é nos últimos 50 anos, não, é nos últimos 500. Não se fazia investimento de urbanização, de moradia decente, de construção de equipamentos para as populações pobres do nosso país.

Queria também cumprimentar o deputado Hugo Leal,

O secretário nacional de Transporte, Mobilidade Urbana, o Júlio Santos,

O prefeito de Niterói, Rodrigo Neves,

O Pedro Paulo Carvalho Teixeira, secretário-chefe da Casa Civil.

Queria cumprimentar o presidente do consórcio VLT carioca, Marcio Roberto de Moraes Silva.

Por intermédio dele, cumprimento todos os empresários que viabilizam esse modelo, que é um modelo de PPP muito importante para o nosso país porque permite que a gente junte, que a gente agregue, que a gente coordene uma série de recursos provenientes do governo federal, provenientes da prefeitura e com a participação também do governo do estado e dos empresários.

Queria cumprimentar o superintendente regional da Caixa, Tarcisio Dalvi.

Queria cumprimentar as senhoras jornalistas e os senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Eu desenvolvi... eu desenvolvo agora e no passado eu desenvolvi, em nome do presidente Lula, como ministra-chefe da Casa Civil, uma parceria com o Eduardo Paes. E hoje aqui eu escutei, como vocês também escutaram, o Eduardo falando algo muito importante. É que as cidades, elas têm história, e a história das cidades é uma história que é contada assim. Como é que a cidade veio, ao longo dos tempos, tratando a população? Uma cidade, ela trata a população ou bem ou mal. Mal, quando ela segrega, mal quando ela separa, mal quando ela divide; e bem, quando ela junta, quando ela cria ambiente e quando ela dá acesso, à população daquela cidade, àqueles benefícios que cada um de nós quer ter.

E o Eduardo disse que o processo de tratar mal esta cidade, ele começa com a decadência e o abandono do centro da cidade, que vai fechando os olhos da população, ao expulsá-la dali, ao deteriorar as condições dali, vai expulsando e fechando os olhos para os problemas reais de uma cidade. Por isso eu fico, de uma certa forma... a palavra é entusiasmada de estar aqui, aprovando esse sistema de VLT que faz algo fundamental, que cria aqui, no centro do Rio de Janeiro, cria um sistema de transporte, que não é só um sistema de transporte, é como se fosse as veias que cada um de nós possuímos, e irrigá-las, elas que estavam se deteriorando e secando, naquele processo de transformar um organismo, porque uma cidade é um organismo vivo, num organismo morto, ela... esse VLT ressuscita esse centro, e ressuscita para quem? Ressuscita para a população da cidade. Ressuscitar para a população da cidade precisa de fazer 42 estações, precisa de integrar todos os modais, todos os modais de transporte. Por quê? Porque os modais de transporte trazem para o centro da cidade as pessoas que vão usufruir desse centro.

Então, eu fico feliz e entusiasmada, porque eu acho que esse é o caminho do Brasil. Aqui, no Rio, aqui na cidade do Rio de Janeiro, nós não estamos num lugar qualquer. O Brasil, de fato, é muito grande, e teve... eu estava pensando enquanto o Sérgio falava, o ministro

e o Eduardo, teve muitos inícios, mas alguns deles são simbólicos: a primeira missa, lá na Bahia; o Pátio do Colégio com os Jesuítas, em São Paulo. Agora, aqui nasceu o Brasil na sua dimensão, por incrível que pareça, nacional. Foi aqui que o Brasil nasceu, e nasceu como um todo. Essa, por isso, sempre foi a cidade do coração dos brasileiros. Se a gente olhar, para Minas Gerais o Rio tem um significado emotivo, eu sou mineira e sei disso; os gaúchos têm um amor pelo Rio de Janeiro, os baianos, os pernambucanos, os brasilienses, enfim, o Brasil inteiro olha o Rio como um lugar que é um pouco seu, e isso é importante, Eduardo, esse VLT, porque ele vai dar acesso a todo o centro do Rio de Janeiro, e ele vai dar acesso, ao Brasil, ao centro do Rio de Janeiro.

Por isso eu fico entusiasmada hoje de estar aqui, fico entusiasmada por nós estarmos, em conjunto, fazendo esse projeto e fazendo também o Porto Maravilha. Eu não vou falar de todas as “trans” que o Eduardo vai atrás de mim e coloca para mim, não é? A Transcarioca, a Transbrasil, a Transolímpica, porque a Transoceânica é que o Rodrigo aprendeu com você e já levou. Essa é do Rodrigo.

Eu não vou falar também das parcerias todas que eu fiz aqui com o Sérgio Cabral e com o Pezão – o Arco Rodoviário, que nós vamos entregar em dezembro, não é, Pezão? Nós vamos. Vamos, Pezão, nós vamos –, de toda a luta que nós tivemos para voltar a investir aqui no Brasil, porque, gente, foi uma luta.

Eu lembro perfeitamente... Para vocês terem uma ideia, eu vou contar uma história. Eu sempre conto essa história porque ela me dói na alma. Me dói na alma de tão... como era pequeno o que se fazia no Brasil antes. Quando nós chegamos no governo com o presidente Lula, o Brasil vivia uma situação difícil naquele momento, e vinha vivendo essa situação difícil em uns... bem uns 20 anos antes.

Portanto, uma das coisas que o Brasil passava era que o Brasil devia ao Fundo Monetário Internacional. A gente só pagou o Fundo Monetário Internacional, se eu não me engano, final de 2005, início de 2006, que a gente juntou o dinheiro, pagou o Fundo Monetário Internacional e ficamos livres da supervisão.

Mas, naquela época, a gente não investia... o Brasil não investia nada. Mobilidade urbana? Nem pensar. PAC Favelas? Nem imaginar. E aí eu queria muito, e o presidente Lula queria imensamente que a gente investisse em saneamento urbano, porque é impossível um país que não investe para a sua população ter acesso a esgoto e água tratada, é impossível um país assim. Então, a gente esforçava todo dia para arrancar um dinheiro daqui, um dinheiro dali, para investir em saneamento.

E eu quero contar uma coisa para vocês. Um belo dia chega uma pessoa e diz para mim: “Olha, o Fundo Monetário Internacional autorizou um investimento em saneamento de R\$ 500 milhões, total, para o Brasil inteiro”. Quinhentos milhões de reais, hoje, nós investimos num pequeno município lá do norte da Amazônia, é isso que nós investimos num município.

Eu quero dizer para vocês que o Brasil mudou, o Brasil é outro, o Brasil investe em saneamento, investe em VLT. Esse VLT aqui vai custar R\$ 7 bilhões. E tem razão o Eduardo Paes quando diz que ele não é para ninguém, nenhum jogador internacional da Copa do Mundo. Essa cidade é uma cidade que também o mundo inteiro admira, Rio de Janeiro é Rio de Janeiro.

Se a gente quiser falar do Brasil, é óbvio que eles hoje nos respeitam porque nós tiramos 40 milhões da pobreza e elevamos para a classe média. Porque nós temos uma política de distribuição de renda que mudou a face do Brasil e garantiu que a nossa população tivesse acesso, cada vez mais, aos bens. É por isso que nos respeitam. Mas, além de nos respeitar, eles nos admiram. A beleza do Rio de Janeiro é um ponto de admiração.

Então, eu pergunto a vocês: quem é que vai lucrar com o VLT? A gente chama Mobilidade Copa. Por que a gente chama Mobilidade Copa? É como qualquer um de nós aqui. Quando você vai receber alguém para uma festa na sua casa, você dá uma arrumadinha na casa, não é? Você arruma a casa, você troca uma coisa que tá feia, arruma uma cortina, dá uma pintadinha, vai fazer uma boa festa. Nós estamos fazendo uma boa festa, mas a casa é para nós, a casa não é para a festa, a casa a gente melhora porque a gente aproveita, já melhora porque você merece receber todo pessoal visitante, mas você melhora para você, para a sua família. Nós melhoramos esta cidade para nós mesmos, é isso que nós estamos fazendo.

O VLT, portanto, é um elemento fundamental na construção da melhoria de vida da população desta cidade, deste estado e do Brasil, mas também é uma coisa que nós temos de ter clareza: nós não merecemos menos; nós merecemos mais. Como cada um de nós, nós merecemos o melhor possível. Então, eu parablenizo o prefeito por estar dando a esta cidade o melhor possível em matéria de integração, de modais de transporte em matéria de VLT.

O Rio é uma cidade olímpica. Ela vai ser uma cidade olímpica e todas as cidades olímpicas do mundo mudaram de patamar. Elas mudaram para melhor e elas legaram, para a sua população, uma herança, uma herança de qualidade. Nós temos de garantir para a nossa população uma herança de qualidade.

Eu... no caso, por exemplo... vou dar um exemplo do Minha Casa, Minha Vida, sabe, Sérgio? Eu sempre olhei, quando eu entro para lançar o Minha Casa, Minha Vida, eu vou visitar o imóvel. Aí, sabe como é que é mulher! A gente tem a mania... a gente olha o chão, olha o banheiro, como é que está o azulejo do banheiro, da cozinha, vê os quartos, o tamanho de janela e a gente olha o acabamento. Eu quero, para as casas do Minha Casa, Minha Vida o melhor acabamento; eu quero piso de azulejo ou aquele piso de tabuão; eu quero que ela tenha o melhor possível. Eu não concordo que nós tenhamos de dar para o nosso povo alguma coisa de baixa qualidade. Isso é o princípio da autoestima e do autorrespeito, porque a gente não pode esquecer que este é um país rico. Ele é um país rico, vocês nunca duvidem disso! Pode o pessimista do dia vir falar para vocês que nós estamos mais fracos coisíssima nenhuma. Nós estamos enfrentando, talvez, a maior crise desde 1929. Este país tem robustez fiscal, estabilidade inflacionária, ou seja, nós temos a inflação sob controle. A inflação não sai do nosso controle. Nós somos um país com capacidade de investimento. Nós temos todas as condições de investir e, ao mesmo tempo, fazer programas sociais. O Brasil chegou a esse patamar.

Temos US\$ 378 bilhões de reserva, US\$ 378 bilhões de reserva. Temos uma das relações... porque você fala para uma pessoa assim: "Ah, ela é muito endividada". É verdade, tem vários países muito endividados. Eu, há pouco, voltei de Portugal, e Portugal tem uma relação de dívida sobre o produto interno dela de 127%, ou seja, ela

precisa de mais 27% ao ano de tudo o que ela produz. Nós temos a mesma relação em 34%, ou seja, nós produzimos muito mais do que devemos.

O Brasil tem hoje uma indústria que é uma indústria forte, que nós queremos que seja cada vez mais competitiva. O Brasil tem uma agricultura altamente eficiente. Vocês sabem, aqui, que o Brasil possui grandes reservas de petróleo. Agora mesmo nós temos um grande campo de petróleo – Libra – que é, talvez, uma das maiores áreas de petróleo que o mundo viu em tempos recentes. O mundo, não é o Brasil viu, não. Para vocês terem uma ideia do tamanho dela, durante os cem anos de vida da Petrobras e da exploração de petróleo no Brasil, também com outras empresas, somando tudo, nós temos em torno de 15 bilhões de barris equivalentes de petróleo, de reserva. Você mede a riqueza de um país na área de petróleo pelo tamanho da reserva que ele possui.

Para vocês terem uma ideia, o cálculo do que tem, em Libra, está em torno de 8 a 12 bilhões, mais para 12 do que para 8. O que significa que lá tem 2/3 de todas as reservas provadas do Brasil. Calcula-se que precisarão, no mínimo, de 12 a 17, 12 a 15, mais ou menos esse número, de plataformas, para explorar aquele campo. Calcula-se que num horizonte de 30 anos rodarão, só por conta dele, US\$ 1 trilhão no Brasil. Esse é cálculo que não é meu, é da ANP.

O Brasil possui, hoje, como esse programa que nós estamos aqui, junto com o Eduardo Paes e vários outros que eu estive, junto com o Sérgio Cabral, o Brasil possui hoje uma série de projetos que ocorrerão em julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro. Licitemos rodovias, ferrovias, aeroportos, portos. Licitemos esse bloco de Libra, licitemos gás em terra. Isso nesse horizonte desses seis meses, é muito investimento. Vocês podem ter certeza que a força dessa economia e a força deste país não se reduz porque esse ou aquele, ou aqueloutro fiquem dizendo que “Ah, isso não vai dar certo, isso não vai dar errado”.

Aliás, eu contei uma história – porque eu estive agora, segunda-feira, em Portugal – eu contei uma história porque o Palácio do Governo fica perto de uma praia e de uma região de Lisboa que se chama Restelo. Essa praia do Restelo é onde as caravelas saíam para as viagens à Índia e a viagem do Cabral aqui para o Brasil.

Prefeito Eduardo Paes: Ele?

Presidenta: Do [Sérgio] Cabral. Parente dele, não é bem ele. Isso lá se vão 500 anos, quinhentos e poucos anos. E ficava todo mundo ali, parado, na praia. Vocês imaginam a gente se... o mundo, o mundo era aquela dificuldade, aquela curiosidade também. Imagina saindo uma caravelazinha, o que que significava naquela cidade, e aí ficava todo mundo parado na praia, olhando.

E o Camões, que criou a nossa língua portuguesa, tem uma parte, naquele livro dele, Os Lusíadas, que ele conta a seguinte história. E tinha um velho que ficava ali parado junto, especializado em falar o seguinte: “Não vai dar certo essa viagem. Vocês vão naufragar. Vocês vão encontrar...” – porque eles achavam que tinha um abismo no mar – “...vocês vão encontrar os monstros no abismo. Vocês estão é querendo expressar a vaidade de vocês, a glória vã da conquista”. E o velho, conhecido como Velho do Restelo, era esse azarador-mor. Azarava tudo! Se esse velho tivesse dominado aquele pessoal que ia para dentro das caravelas e atravessava o Atlântico – umas caravelinhas pequenininhas assim –, se ele tivesse azarado, nós não seríamos o que somos hoje.

Portanto, esses Velhos do Restelo, muitas vezes continuam a ecoar suas vozes, mas os ganhadores não são os parceiros do Velho. São os parceiros daqueles que ousaram atravessar o Atlântico. O Brasil está atravessando o seu Atlântico. O Brasil está atravessando essa imensa transformação que faz com que este país foque o seu desenvolvimento na sua gente, com a certeza de que a gente só será um país vencedor se o povo for vencedor junto com o país.

E é isso que eu queria dizer a vocês. Eu fico muito feliz porque o VLT que nós estamos lançando aqui, como as diversas “trans” do Eduardo, do Rodrigo e todas as obras que o Sérgio e o Pezão têm em parceria conosco, elas fazem parte dessa travessia e dessa transformação do nosso país num país mais desenvolvido, num país com condições de investir e de ter gastos sociais, um país que tem de zelar pelo seu povo e transformar esse povo na sua prioridade.

Obrigada a todas e a todos, e um beijo.

**Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de formatura da turma 2011/2013 do Instituto Rio Branco
Palácio Itamaraty, 17 de junho de 2013**

Boa tarde a todos.

Queria iniciar cumprimentando os formandos do Instituto Rio Branco que escolheram Oscar Niemeyer como patrono de sua turma e Celso Amorim como paraninfo.

Cumprimento o embaixador Antonio Patriota, ministro das Relações Exteriores.

Cumprimento as senhoras e os senhores chefes de missão diplomática acreditados junto ao meu governo aqui presentes.

Cumprimento o embaixador Eduardo dos Santos, secretário-geral das Relações Exteriores.

Cumprimento e dirijo uma celebração especial ao embaixador Celso Amorim, paraninfo da turma Oscar Niemeyer e a senhora Ana Amorim.

Cumprimento o embaixador Georges Lamazière, as senhoras e os senhores embaixadores aqui presentes.

Queria dirigir uma saudação especial à Luana e elogiar o discurso e a precisão com que mostra que essa turma, ela reflete os ensinamentos do Mia Couto. Luana Alves de Melo, oradora desta turma, meus parabéns.

Senhoras e senhores familiares, pais, mães a parentes, amigos, namorados, noivas, noivos.

Eu queria dizer que eu acho que esse é um momento muito especial para os familiares, eu imagino a alegria que eu teria se a minha filha estivesse nesse momento aqui, nesse plenário, recebendo essa introdução a uma carreira e a um caminho – a carreira da diplomacia e o caminho da política externa como profissão, desafio e paixão.

Queria cumprimentar também as senhoras e os senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas aqui presentes.

Senhores e senhores.

No dia de hoje, trinta novos diplomatas ingressam nos quadros do Ministério das Relações Exteriores. Outros diplomatas de países amigos são formados aqui no Brasil;

Angola, Argentina, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Moçambique, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Suriname e Timor Leste.

Eu quero compartilhar com vocês, agora diplomatas, com seus familiares e amigos, a alegria desse momento. Desejar a cada um êxito e felicidade em suas novas funções, como servidores da República e de seus países.

Espero e acredito que esse seja igualmente um momento especial para cada um, um momento de reflexão. A partir de agora começa uma nova etapa na vida de cada um de vocês, e também uma contribuição de cada um de vocês ao Brasil.

Acredito, por isso, que este seja o momento de transmitir-lhes algumas reflexões sobre a nossa política externa, sobre esse caminho que vocês, como diplomatas de carreira, profissionais que têm a tradição do Itamaraty, a tradição de excelência do Itamaraty, irão seguir.

A nossa política externa, assim como o país, assim como a política em geral no Brasil, sofreu inflexões ao longo do curso da nossa história republicana. Essas inflexões, elas foram capazes de manter e aprofundar princípios e valores permanentes que as fizeram respeitadas no mundo.

Não por acaso o Itamaraty é conhecido como a Casa do Rio Branco. O Barão, e aí começa uma das características do Brasil, que é uma designação um tanto contraditória para alguém que tanto fez pela República, pois o Barão lançou as bases da nossa política externa, e por base de nossa política externa, e por sua ação, ele delineou, de forma definitiva, há mais de um século, as fronteiras do Brasil, fronteiras essas que tiveram uma grande contribuição do Império para manter, ao contrário da América Espanhola, a unidade política e territorial.

Pois muito bem, esta Casa, a Casa do Barão do Rio Branco, ou a Casa de Rio Branco, é a Casa que preservou a unidade territorial do nosso país, definiu suas fronteiras e o fez de uma forma muito particular. Tocou-lhe, ao Barão, um período de enorme complexidade no mundo e no Brasil: a Era dos Impérios. A Era dos Impérios, na qual ele viveu, foi também caracterizada por importantes rearranjos econômicos, políticos e militares globais, cheios de desafios que prenunciavam as grandes tragédias que marcaram a primeira metade do século XX.

No plano interno, uma República recém proclamada que enfrentava inúmeras dificuldades. A exclusão efetiva das populações negras, mesmo depois da abolição, agravou a pobreza, as desigualdades sociais e a discriminação. No campo e nas cidades os movimentos sociais, alguns de caráter insurgente, questionavam a legitimidade do novo regime.

Paranhos não esteve alheio a essas realidades, da mesma forma que Joaquim Nabuco também envolvido na política externa, e Oliveira Lima. Ele centrou-se em um arranjo definitivo do território nacional como elemento essencial para a afirmação da nossa jovem República que então emergia.

Ao realizar essa tarefa assentou, ao mesmo tempo, alguns princípios básicos que iriam marcar nossa política externa: o respeito à soberania nacional e ao direito internacional, e a negociação e o diálogo como forma de resolver contenciosos, em oposição às tentações do uso da força.

Assim, ao iniciar a nossa República, compreendemos a inserção do Brasil no mundo, naquele momento de transição nacional e internacional, que colocou para nós a necessidade de novas relações, de novos padrões de relacionamento com os demais países, principalmente com os nossos vizinhos da América do Sul. Naquele momento também foram estabelecidas relações pragmáticas com os Estados Unidos, à época uma potência global emergente.

Esse estilo de fazer política, que combinada absoluta firmeza na defesa do interesse nacional com flexibilidade negociadora, se transformou num paradigma da política externa brasileira que muito nos orgulha. E o país, para tanto, precisava ter um duplo olhar: um olhar atento para a sua própria realidade, própria realidade que define e domina a necessidade de um outro olhar, um olhar para o cenário mundial e, sobretudo, o cenário sul-americano e para nós, hoje, africano também.

Foi esse o caminho que seguiram outros grandes nomes desta Casa, como os chamados “construtores da política externa independente”: Afonso Arinos, Araújo de Castro e Santiago Dantas. Já em 62, Santiago Dantas, envolvido com igual intensidade nos problemas mundiais e nos problemas brasileiros, escrevia que nossa política externa deveria ter, como consideração exclusiva, cito: “O interesse do Brasil como um país que aspira ao desenvolvimento, à emancipação econômica e à conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de suprimir a opressão da classe trabalhadora”. E nós vivemos esse processo ao longo de toda a conformação da República brasileira.

Por isso, senhoras e senhores, diplomatas que agora adentram à carreira, como todos vêem, nós temos uma tradição, o que é muito bom para um país novo como o nosso, ter uma tradição. Daí a importância, o renome e o padrão de excelência do Itamaraty. Essa tradição foi retomada e desenvolvida por Celso Amorim, em sua brilhante passagem pelo Itamaraty, durante o governo Lula.

No discurso feito por ocasião de sua assunção como chanceler, em 2003, nosso querido atual ministro da Defesa, e então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmava: “ O Brasil” – estou citando Celso Amorim – “O Brasil terá uma política externa voltada para o desenvolvimento e para a paz, que buscará reduzir o hiato entre as nações ricas e as nações pobres, promover o respeito da igualdade entre os povos e a democratização efetiva do sistema internacional. Uma política externa que seja um elemento essencial do esforço de todos para melhorar as condições de vida de nosso povo”.

Essa citação mostra, fundamentalmente, como é importante a herança que nós temos a reivindicar. Ela alimenta a política externa do meu governo que tem no ministro Patriota seu principal executor e elaborador. Não se trata de ficar presos ao passado, mas de entendê-lo e construir, com esse entendimento, o presente, avaliando a realidade e definindo os parâmetros para o futuro.

O mundo em que vivemos e o mundo que tocou a viver, nesses últimos dez anos, passou por grandes e aceleradas transformações. Nós soubemos acompanhar essas mudanças e responder aos desafios que tivemos pela frente. Ainda, no entanto, há muito o que fazer. Nós tivemos que enfrentar a crise mundial, agravada a partir de 2008. Talvez a maior crise desde 1929, quando se olha tanto as relações econômicas internacionais mas, sobretudo,

o aspecto financeiro dessa crise. Também tivemos de enfrentar medidas de política interna. E essas medidas de política interna estabeleciam um novo padrão de desenvolvimento, que não considerava que a questão do crescimento e a questão da distribuição de renda eram questões opostas, que uma excluía a outra, nem tampouco que para crescer era necessário ter padrões autoritários de relacionamento político-institucional, pelo contrário, afirmava tanto a importância da distribuição de renda para fazer crescer a economia, quanto a importância da democracia para construir um padrão de desenvolvimento completamente diferenciado das históricas características que marcaram, infelizmente, a história da América Latina, durante longas décadas.

Ao mesmo tempo, ao olhar a crise, não propúnhamos, e não prepussemos, e não propomos, o isolamento, o protecionismo, mas, sim, a consolidação da nossa cooperação, dos laços regionais ampliando e fortalecendo. Definimos uma visível e necessária importância para a América Latina e a África. Daí todas as iniciativas, no sentido de fortalecer o Mercosul e construir essa integração fundamental e de afirmação regional e de projeção regional, que é a Unasul.

Nos últimos anos, a Unasul teve um papel extremamente equilibrado, democrático e estabilizador, na América Latina, aliás, na América do Sul, no nosso hemisfério sul. A Unasul se constituiu, junto com o Mercosul, que ela contém, num elemento fundamental para que se afirmasse a democracia neste continente, em especial quando consideramos o acontecido no Paraguai e na Venezuela.

O mundo multipolar que está se desenhando exige que a América do Sul dê uma resposta conjunta aos desafios, ao mesmo tempo aprofundando sua integração econômica, social, política e cultural, em matéria de economia, relações comerciais e investimento, em matéria de defesa, em matéria do diálogo e da articulação política, fazendo com que esta região seja capaz, ela mesma, de solucionar os seus problemas e não necessite de nenhuma intervenção externa a ela.

O Brasil quer enfrentar as vicissitudes da globalização junto com seus parceiros sul-americanos. A força dessa iniciativa foi tal que se expandiu para todo o continente e, agora, depois da formação da Celac, que é a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos, tornou-se, essa instituição, a Celac, um acontecimento inédito na história da região.

Da mesma forma, fizemos um forte movimento em direção à África. Nessa iniciativa pesou, e pesa, a relevância que esse continente tem para a nossa formação histórica, mais de 100 milhões de brasileiros se dizem afrodescendente, o que muito nos orgulha e, mais uma vez, coloca a necessidade de reconhecermos que um dos maiores veios que compõe a nossa nação é formado pela nossa origem africana. Também para nós a importância dessa região, que é uma das regiões, senão a que mais cresce no mundo, e que começa a enfrentar os desafios do desenvolvimento econômico, da construção democrática e da inclusão da sua população aos ganhos do crescimento.

Nós temos uma contribuição a dar nessa matéria, uma vez que o nosso país foi capaz de, ao longo desses dez anos, construir uma tecnologia social de inclusão que levou milhões de brasileiros à classe média e outros milhões a saírem da pobreza extrema.

Esse nosso olhar para o sul do mundo, essa nossa política que enfatiza essa característica Sul-Sul como sendo marcada por um repúdio a todas as formas de domínio

e de opressão entre os países, explica também a ênfase que demos às relações com os países que têm o mesmo padrão do Brasil, países continentais que também emergiram para o desenvolvimento, como é o caso dos países Brics, com os quais, Brasil, Índia, China, Rússia e África do Sul, dentro dessa perspectiva, estabelecemos uma relação de cooperação que nos levou tanto ao acordo de contingenciamento de reservas quanto à formação do Banco dos Brics, Banco do Desenvolvimento dos Brics. Ao mesmo tempo explica também a ênfase que demos às relações com os países árabes e, especificamente, com a Índia e a África do Sul, que desembocaram na formação do IBAS. Todas essas iniciativas não nos afastaram de nenhum dos países desenvolvidos e, por isso, temos relações extremamente qualificadas com a União Europeia e com os Estados Unidos. O bom relacionamento com esses países desenvolvidos não impede, ao contrário do que aconteceu no passado, que tenhamos personalidade própria na cena mundial. A política externa brasileira, ela tem vocação universalista, por isso temos uma relação de aprofundamento das nossas relações comerciais com a União Europeia e com os Estados Unidos.

Por essa razão também nos preocupam situações de conflito no mundo inteiro, e eu cito aqui a Palestina ou a Síria, o conflito israelo-palestino e a nossa preocupação sempre em defender os mecanismos de diálogo e de paz para a garantia não só dos direitos humanos naqueles países como também do respeito à sua independência.

E isso nos leva a uma clara defesa do multilateralismo, do multilateralismo como condição de afirmação da personalidade própria de todos os povos e, também, do Brasil. Multilateralismo como único instrumento capaz de resolver graves contenciosos mundiais, em clima de respeito mútuo e sem imposições unilaterais. Aliás, essa é uma característica que faz o Brasil ser respeitado por muitos povos, essa característica de respeito mútuo, sem imposições unilaterais.

Nós reafirmamos a interrelação entre paz, segurança, desenvolvimento e justiça social. Esta é uma questão que nós, sem sombra de dúvida, somos responsáveis por tê-la colocado no cenário internacional: a questão dos benefícios para as populações dos diferentes países, benefícios sociais, ganhos sociais, inclusão social. E ilustra o interesse de vários países quando vêm ao Brasil de fazer discussões econômicas do comércio bilateral, enfim, dos investimentos recíprocos, e o grande anseio por ter acesso às nossas políticas de inclusão social, as chamadas tecnologias do Bolsa Família, do Minha Casa, Minha Vida, enfim, do Luz para Todos, enfim, de todas as políticas que o Brasil utilizou para emergir como uma potência que olha para o seu povo.

Esses princípios nos mostram, ao mesmo tempo, que a governança mundial necessita urgente e profunda reforma, seja dos organismos de Bretton Woods, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, reforma para que se reflita nesses organismos a atual correlação de forças econômicas que depois das várias décadas que nos separam do final da Segunda Guerra Mundial e que alteraram o perfil das relações econômicas entre os países, exige que tenhamos isso expressado nas instituições do Fundo Monetário e do Banco Mundial. Seja também nas próprias Nações Unidas, em particular o seu Conselho de Segurança, hoje carente de representatividade e, muitas vezes, de legitimidade, para enfrentar e resolver as constantes ameaças à paz mundial.

Por defendermos esses princípios, acreditamos que os problemas de nosso comércio exterior, complexos, em um mundo dominado pelo crescente protecionismo, só podem resolver-se em um marco multilateral, regional ou global. Acordos bilaterais, sobretudo aqueles entre as economias assimétricas oferecem, muitas vezes, a ilusão de ganhos imediatos, mas terminam por produzir um resultado oposto, enfraquecendo a indústria nacional, a agricultura e o setor de serviços.

É nesse marco multilateral que temos também de resolver as questões relacionadas à mudança do clima. A Rio+20, a maior reunião realizada pelas Nações Unidas, deu um passo importante ao aprovar um novo conceito de desenvolvimento sustentável, sintetizado na expressão “crescer e incluir, preservar e proteger”, que, como os senhores vêem, articula as dimensões econômica, social e ambiental.

A definição de metas do desenvolvimento sustentável, definidas na Rio+20, representa, sem dúvida, um passo à frente, se efetivadas na mudança do engajamento da comunidade mundial em torno dessa questão estratégica, que é a mudança do clima.

Senhoras e senhores,

O Brasil ganhou enorme projeção internacional em pouco mais de uma década. Hoje, integramos o G-20, somos convocados para os grandes debates e decisões internacionais. Brasileiros como José Graziano, Roberto Azevedo e Paulo Vanuchi, para citar alguns, assumiram funções de grande responsabilidade internacional, na FAO, na OMC e na Comissão de Direitos Humanos da OEA.

O papel de nossos diplomatas em tudo isso foi de extrema relevância, tem sido de extrema relevância o papel de nossos diplomatas, tanto na elaboração quanto na execução de nossa política externa. E tem sido fundamental esse papel do Itamaraty, quando se trata de sustentar a política externa que reflete a grande transformação global e nacional pela qual o Brasil passou.

A retomada da inclusão social, do crescimento, da redução das desigualdades, ela reduziu a nossa vulnerabilidade externa. Somos um país que hoje tem um conjunto de reservas bastante expressivo, mais de US\$ 370 bilhões. De país endividado nos transformamos em credores internacionais pois emprestamos, mais recentemente, para o FMI, recursos bastante significativos. Aliás, ironicamente, muito similares aos que, no passado, o FMI nos emprestou. Mas o traço mais significativo percebido pelo mundo, nesses últimos anos, é a preservação, o aprofundamento da democracia e da melhoria de vida da população brasileira.

Os jovens secretários que hoje ingressam na carreira diplomática irão cumprir missões pelo mundo afora, e podem ter certeza: muito orgulhosos de serem brasileiros. Poderão dizer que pertencem à turma que teve como patrono esta figura extraordinária que foi Oscar Niemeyer. Oscar Niemeyer, militante político deste país, que amava o seu país, um poeta da arquitetura, mas, também, um militante que se dedicou a todas as causas de resistência aos processos ditatoriais de construção da nossa nacionalidade e, também, um defensor da população pobre do nosso país.

Esses jovens secretários que aqui estão e que muito nos orgulham poderão mencionar, também, que escolheram Celso Amorim como seu paraninfo. Sem arrogância, mas com segurança e firmeza, poderão dizer que representam o país que se encontrou consigo mesmo, que recuperou sua autoestima e que está pronto a dar uma contribuição decisiva

para um mundo de paz, de desenvolvimento, de justiça social, um mundo que tem de se afastar das guerras e escolher o diálogo e a cooperação como métodos de política externa.

Eu queria dizer a todos vocês: o Brasil conta, e conta muito, com cada um de vocês. A partir de hoje vocês entram e trilharão um caminho. Nesse caminho, vocês serão os Celso Amorim e os Patriotas do futuro, vocês serão responsáveis, nos próximos 20, 30, 40 anos, pela política externa brasileira. Vocês começam hoje, dando o primeiro passo.

Por isso, eu desejo para vocês meus parabéns, boa sorte. E, sobretudo, que nunca mais se repita no Brasil a impossibilidade de fazer uma política externa independente, num Brasil democrático, com justiça social.

Muito obrigada.

Speech delivered by the President of the Republic of Brazil, Dilma Rousseff, about protests in Brazil

Brazil has risen a stronger country today. The greatness of yesterday's demonstrations bear proof to the power of our democracy, to the strength of the voices from our streets and to the civility of our population.

It is good to see so many young people and adults - grandchildren, parents and grandparents - gathering around the Brazilian flag, singing the national anthem, proudly saying 'I am Brazilian' in their struggle for a better country.

Brazil is proud of them. We must praise the peaceful nature of the acts of yesterday.

The peaceful character of yesterday's events also showed the proper action of the public security institutions to ensure the people's free demonstration, coexisting peacefully.

Unfortunately, however, it is true that there were isolated acts of violence against persons and public and private property, which we must condemn and deter vigorously.

We, government and society, know that all forms of violence are destructive and regrettable, and only generate more violence. We can never accept to live with it.

That, however, does not overshadow the peaceful spirit of the people who took to the streets yesterday to democratically ask for their rights.

These voices from our streets must be heard. They go beyond, and this was made quite clear, the traditional mechanisms of institutions, political parties, associations and the media itself.

Those who were on the streets yesterday gave a very clear message to the whole society and especially to government leaders at all levels.

This clear message from the streets is for more citizenship, better schools, better hospitals, better health centers and the right to participation.

This clear message from the streets shows the demand for high-quality and affordable public transportation.

This clear message from the streets is for the right to influence the decisions of all governments, the legislature and the judiciary.

This clear message from the streets is one of repudiation of corruption and the misuse of public money.

This clear message from the streets proves the intrinsic value of democracy and the participation of citizens in the pursuit of their rights. And I want to tell you that my generation knows exactly how much this has cost us.

I saw a very interesting sign yesterday that read: 'Apologies for the inconvenience, we are changing the country.'

I want to say that my government has heard these voices for change and that my government is focused on and committed to social change, starting with lifting 40 million Brazilians into the middle class and the end of extreme poverty.

My government, which wants to expand access to education and healthcare, understands that the demands of our population change. They change when we change Brazil.

Because we have promoted inclusion, because we have increased income, because we have expanded access to employment, and because we have given more people access to education, there arose citizens who want more and who are entitled to have more.

Yes, we are all facing new challenges. Those who went to the streets yesterday want more. The voices from the street want more citizenship, more healthcare, more education, more transportation, and more opportunities.

I want to assure you that my government also wants more, and that we will achieve more for our country and for our people.

Discurso de la Presidenta de la República de Brasil, Dilma Rousseff, sobre las manifestaciones en Brasil

"Brasil hoy despertó más fuerte. La grandeza de las manifestaciones de ayer comprueba la energía de nuestra democracia. La fuerza de la voz de las calles y el civismo de nuestra población. Es bueno ver tantos jóvenes y adultos - el nieto, el padre, el abuelo - juntos con la bandera de Brasil, cantando el himno nacional y diciendo con orgullo "soy brasileño" y defendiendo un país mejor. Brasil tiene orgullo de ellos. Debemos alabar el carácter pacífico de los actos de ayer. El carácter pacífico de los actos de ayer evidenció también el correcto tratamiento dado por la Seguridad Pública para la libre manifestación popular, conviviendo pacíficamente. Sin embargo, desafortunadamente, en verdad, hubo una minoría de actos de violencia contra las personas, contra el patrimonio público y privado, que debemos condenar y contener con rigor. Sabemos, gobierno y sociedad, que toda la violencia es destructiva, lamentable y que solo genera más violencia. No podemos jamás aceptar convivir con ella.

Eso, todavía, no empaña el espíritu pacífico de las personas pidiendo democráticamente por sus derechos. Esas voces de las calles precisan ser oídas. Ellas superan, como fue visible, los mecanismos tradicionales de las instituciones, de los partidos políticos, las asociaciones y los propios medios de comunicación. Los que fueron ayer a las calles dieron un mensaje directo al conjunto de la sociedad, sobre todo a los gobernantes de todas las instancias. Ese mensaje directo de las calles es por más ciudadanía, por mejores escuelas, mejores hospitales, puestos de salud, por el derecho a la participación. Ese mensaje directo de las calles muestra la exigencia por transporte público de calidad y a precio justo. Ese mensaje directo de las calles es por el derecho de influir en las decisiones de todos los gobiernos, del Legislativo y del Judicial. Ese mensaje directo de

las calles es de repudio a la corrupción y al uso indebido del dinero público. Ese mensaje directo de las calles comprueba el valor intrínseco de la democracia, de la participación de los ciudadanos en busca de sus derechos. Y yo quería decir a los señores, mi generación sabe cuánto nos costó esto.

Ayer yo vi un cartel muy interesante que decía “disculpe las molestias, estamos cambiando el país”. Yo quiero decir que mi gobierno está oyendo estas voces por los cambios. Mi gobierno está empeñado y comprometido con la transformación social. Comenzando con la elevación de 40 millones de personas a la clase media, con el fin de la miseria. Mi gobierno, que quiere ampliar el acceso a la educación y a la salud, comprende que las exigencias de la población cambian. Cambian cuando nosotros también cambiamos Brasil, porque incluimos, porque incrementamos los ingresos, porque ampliamos el acceso a empleos, porque dimos acceso a más personas a la educación. Surgieron ciudadanos que quieren más y que tienen derecho a más. Sí, todos nosotros estamos frente a nuevos desafíos. Quienes fueron ayer a las calles quieren más. Las voces en las calles quieren más ciudadanía, más salud, más educación, más transporte, más oportunidades. Aquí, yo quiero garantizarles a ustedes que mi gobierno también quiere más y que nosotros vamos a conseguir más para nuestro país y para nuestro pueblo”.

**Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de lançamento do Marco Regulatório da Mineração
Brasília-DF, 18 de junho de 2013**

Deputado André Vargas, presidente em exercício da Câmara dos Deputados.

Senhoras e senhores ministros de Estado.

Cumprimento a todos os ministros e as ministras cumprimentando o ministro Edison Lobão, ministro de Minas e Energia e a ministra Gleisi Hoffmann, ministra-chefe da Casa Civil.

Cumprimento também, pelo seu aniversário, o ministro da Agricultura, Antônio Andrade.

Senhoras e senhores embaixadores acreditados junto ao meu governo.

Senhores governadores aqui presentes: Antonio Anastasia, de Minas Gerais; Silval da Cunha Barbosa, do Mato Grosso; Confúcio Moura, de Rondônia; Helenilson Cunha Pontes, vice-governador do Pará.

Senhoras e senhores senadores: senador José Pimentel, líder do governo no Congresso Nacional; senador Eduardo Braga, líder do governo no Senado Federal; senadora Ana Rita; senadora Ângela Portela; senador Eunício Oliveira; senador Flecha Ribeiro; senador Romero Jucá; senador Sérgio Petecão; Valdir Haupp; senador Wilder Moraes; senador Walter Pinheiro.

Deputados federais aqui presentes.

Senhores prefeitos Maguito Vilela, de Aparecida de Goiânia e Carlos Castiglione, de Cachoeiro de Itapemirim.

Eu cumprimentarei dois deputados federais diante da presença massiva de deputados cumprimentando primeiro o deputado aqui da lista, deputado Afonso Hamm e deputada

Magda Mofatto. Em nome deles eu cumprimento todos os deputados aqui presentes e agradeço a presença.

Presidente da Câmara de Políticas de Gestão do Conselho de Governo da Presidência da República, senhor Jorge Gerdau. Por intermédio de que eu cumprimento cada um dos empresários aqui presentes do setor de mineração.

Senhoras e senhores jornalistas, senhores fotógrafos e senhores cinegrafistas.

Senhoras e senhores,

Sem sombra de dúvida esse ato tem uma importância histórica para a sociedade brasileira. A nova regulamentação para o setor mineral que nós submetemos hoje a apreciação do Congresso Nacional, ela vai permitir um grande avanço em mais um setor estratégico da nossa economia. Avanço que será medido em mais competitividade para os negócios e maior retorno para o conjunto da sociedade.

O Brasil tem algumas das maiores reservas e potencialidades minerais do mundo. Somos um grande país produtor e um grande exportador de minério. A despeito dessa relevância, o setor mineral convive ainda hoje com uma regulamentação frágil e burocrática. Problemas que começam agora a serem enfrentados com transparência e determinação. Com esse novo Marco da Mineração estamos criando as condições para que a pesquisa, a exploração e a comercialização dos recursos minerais se transformem numa atividade mais eficiente, mais rentável e mais competitiva.

O exercício da atividade mineraria será feito por título único da pesquisa até a lavra. A licitação para áreas com favorabilidade geológica permitirá ao país um planejamento para a utilização de seus minerais estratégicos. Assim como o mecanismo da chamada pública dará transparência e estimulará a competitividade para aquelas áreas onde exista interesse de mercado mais ainda sem favorabilidade geológica comercial.

Queremos que aqueles que exploram e produzam nossos minerais tenham estabilidade e segurança jurídica, elementos essenciais para o bom andamento dos negócios, e ao mesmo tempo correspondam às necessidades de investimentos, de conservação e recuperação ambiental, respeito pelos direitos dos trabalhadores e pelas comunidades nas quais os projetos estão inseridos.

Por isso, o prazo de concessão de jazidas que aqui apresentou o ministro Lobão tem renovação sucessiva, mas com condições claras para sua continuidade, que passam pelo cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais com ênfase nos investimentos e na recuperação do meio ambiente. Nosso objetivo é criar um marco legal favorável aos negócios, aos investimentos produtivos fortalecendo um novo círculo de desenvolvimento de nosso país, mas tudo isso com ganhos para a sociedade, para os trabalhadores e para o meio ambiente.

A nova legislação para o setor mineral será enviada ao Congresso na forma de projeto de lei com urgência constitucional, como muito bem explicou o nosso ministro Lobão. Estou certa que essa urgência será considerada pelo Congresso diante da necessidade de maiores investimentos na mineração, na busca de compensação mais justa entre os entes federados que abrigam esta atividade e também, na garantia de respeito ao meio ambiente e às comunidades.

Na elaboração do projeto de lei definimos regras claras de transição que prevêm respeito aos direitos adquiridos e aos projetos já em tramitação. Em relação aos royalties

propomos a manutenção dos percentuais destinados aos municípios, estados e União, reconhecendo que a maior parte da renda cabe aos municípios já que neles ocorrem o maior impacto da exploração mineral.

As mudanças propostas contemplam o aprimoramento da sistemática de recolhimento da CFEM contribuindo para que os brasileiros tenham retorno mais justo das riquezas produzidas em seu território e em nosso país.

A CFEM a partir de agora incidirá sobre a receita bruta das empresas mineradoras tendo alíquotas de até 4%. Isso dará um incremento importante para o orçamento dos estados e municípios que convivem com a atividade mineraria.

A mudança na regra de cálculo permitirá praticamente dobrar a arrecadação proveniente dessa atividade.

O Marco Regulatório da Mineração, que hoje apresentamos à sociedade brasileira, propõe também a competição sem imposições arbitrárias, sem desrespeitar direitos, sem intervenções que contrariem a lógica desse mercado, propomos um ambiente de maior competitividade e de melhor aproveitamento das riquezas minerais do país.

O Marco da Mineração respeita o atual ordenamento jurídico que exige regras licitatórias objetivas e transparentes, tem a histórica qualidade de acabar com a especulação improdutiva, sem investimentos e inaugurar uma era relações profissionais mais eficientes, mais competitivas num setor da economia tão importante para o Brasil.

A criação do Conselho Nacional de Política Mineral proporcionará à Presidência da República assessoramento de qualidade com visão estratégica sobre a utilização de nossos recursos e seus impactos na nossa economia e na nossa sociedade. Soma-se a ele outra medida importante que é a criação da Agência Nacional de Mineração que passa a ser um novo organismo. Nós converteremos o DNPM nessa nova agência de mineração. Sem maiores gastos, mas ampliando a capacidade de regulação dessa agência, porque o nosso objetivo é justamente esse: regular a atividade mineral com base na legislação aprovada pelo Congresso, mediar conflitos e zelar pelas garantias contratuais no que se trata a Agência Nacional de Mineração.

Este Marco Regulatório é a vitória daquilo que mais interessa às empresas e à sociedade brasileira: a concorrência pela eficiência, a transparência, a segurança jurídica, respeito ao meio ambiente e às comunidades e aos trabalhadores envolvidos. É uma vitória de todos que se dedicam seriamente à exploração e à produção mineral. É uma vitória da sociedade tanto daqueles que vivem nas regiões das minas, como dos trabalhadores do setor. É uma vitória, sem dúvida, do meio ambiente, porque os contratos terão exigências ambientais mais claras como obrigação de que, ao fechar uma mina, a empresa que a explorou deva recuperar ambientalmente a região onde ela funcionou. É, enfim, a vitória do interesse nacional.

Senhoras e senhores, estamos construindo no Brasil um ambiente de grande segurança para vultosos investimentos privados de longo prazo. Esse ambiente é assegurado pela estabilidade econômica da qual, jamais, o Brasil, nem o meu governo abrirá mão. Abalizado pela estabilidade política com o fortalecimento contínuo da nossa democracia. Poucos países da dimensão do Brasil, com o mercado interno do tamanho do brasileiro e com as oportunidades de negócios aqui existentes, podem oferecer além de atrativos econômicos, a estabilidade de instituições democráticas plenamente testadas.

O Brasil cresce, o Brasil se moderniza quando cria marcos regulatórios para os setores estratégicos de sua economia. Com democracia e estabilidade econômica e com ambiente favorável à atividade produtiva, nós estamos construindo, sem dúvidas, uma nova etapa do desenvolvimento brasileiro.

Senhoras e senhores,

O Brasil hoje acordou mais forte. A grandeza das manifestações de ontem comprovam a energia da nossa democracia. A força da voz da rua e o civismo da nossa população. É bom ver tantos jovens e adultos – o neto, o pai, o avô – juntos com a bandeira do Brasil, cantando o hino nacional e dizendo com orgulho ‘eu sou brasileiro’ e defendendo um país melhor. O Brasil tem orgulho deles. Devemos louvar o caráter pacífico dos atos de ontem. O caráter pacífico dos atos de ontem evidenciou também o correto tratamento dado pela Segurança Pública à livre manifestação popular, convivendo pacificamente. Infelizmente, porém, é verdade, aconteceram atos minoritários de violência contra pessoas, contra o patrimônio público e privado, que devemos condenar e coibir com rigor. Sabemos, governo e sociedade, que toda a violência é destrutiva, lamentável e só gera mais violência. Não podemos aceitar jamais conviver com ela.

Isso, no entanto, não ofusca o espírito pacífico das pessoas democraticamente pedindo pelos seus direitos. Essas vozes das ruas precisam ser ouvidas. Elas ultrapassam, e ficou visível isso, os mecanismos tradicionais das instituições, dos partidos políticos, das entidades de classe e da própria mídia. Os que foram ontem às ruas deram uma mensagem direta ao conjunto da sociedade, sobretudo aos governantes de todas as instâncias. Essa mensagem direta das ruas é por mais cidadania, por melhores escolas, melhores hospitais, postos de saúde, pelo direito à participação. Essa mensagem direta das ruas mostra a exigência de transporte público de qualidade e a preço justo. Essa mensagem direta das ruas é pelo direito de influir nas decisões de todos os governos, do Legislativo e do Judiciário. Essa mensagem direta das ruas é de repúdio à corrupção e ao uso indevido do dinheiro público. Essa mensagem direta das ruas comprova o valor intrínseco da democracia, da participação dos cidadãos em busca de seus direitos. E eu queria dizer aos senhores, a minha geração sabe o quanto isso nos custou.

Eu vi ontem um cartaz muito interessante que dizia “desculpe o transtorno, estamos mudando o país”. Eu quero dizer que o meu governo está ouvindo essas vozes pela mudança. O meu governo está empenhado e comprometido com a transformação social. A começar pela elevação de 40 milhões de pessoas à classe média, com o fim da miséria. O meu governo, que quer ampliar o acesso à educação e à saúde, compreende que as exigências da população mudam. Mudam quando nós mudamos também o Brasil, porque incluímos, porque elevamos a renda, porque ampliamos o acesso ao emprego, porque demos acesso a mais pessoas à educação. Surgiram cidadãos que querem mais e que tem direito a mais. Sim, todos nós estamos diante de novos desafios. Quem foi ontem às ruas quer mais. As vozes das ruas querem mais cidadania, mais saúde, mais educação, mais transporte, mais oportunidades. Eu quero aqui garantir a vocês que o meu governo também quer mais, e que nós vamos conseguir mais para o nosso país e para o nosso povo.

Muito obrigada.

National Address of President Dilma Rousseff Regarding Demonstrations in Brazil

My dear friends,

All of us, Brazilians, are following with great attention the demonstrations taking place in the country.

They show the strength of our democracy and the desire of our youth to move Brazil forward.

If we make good use of the momentum brought by this new political energy, we can, in better and faster ways, achieve a lot of what Brazil has so far been unable to conquer because of political and economic constraints.

But if we allow violence to stray us from our path, not only will we be wasting a great historic opportunity, but we also run the risk of putting a lot to lose.

As President, I have both the obligation to hear the voices of our streets and to talk with all segments of our society, but within the rule of law and order, both indispensable to democracy.

Brazil fought hard to become a democratic country, and is also fighting hard to become a fairer country.

It was not easy to get to where we are, as it is also not easy to get where many of our citizens taking to the streets wish to go.

We can only turn this into reality if we strengthen democracy - the power of citizens and the powers of the Republic.

The demonstrators have the right and the freedom to question and criticize everything; to propose and demand changes; to fight for better quality of life; to passionately defend their ideas and proposals.

But they need to do so in a peaceful and orderly fashion.

Government and society cannot accept a violent and authoritarian minority set out to destroy public and private property, attack temples, set fire to vehicles, stone buses and attempt to bring chaos to our major urban centers.

This violence, promoted by a small minority, cannot tarnish a peaceful and democratic movement.

We cannot live with such violence, which shames Brazil.

All institutions and public safety bodies have the obligation to curb, within the limits of law, all forms of violence and vandalism.

With balance and serenity, but firmly, we will continue to guarantee the rights and the freedom of all.

I assure you: we will maintain order.

Dear Brazilians,

The demonstrations of this week have brought important lessons.

Bus fares have decreased and the demands of the demonstrators have gained national priority.

We must harness the vigor of these demonstrations to produce more changes that benefit the whole of Brazil's population.

My generation fought hard for the voice of the streets to be heard. Many were persecuted, tortured and died for it.

The voice of the streets must be heard and respected, and it cannot be drowned in the noise and the brutality of a few rioters.

I am the President of all Brazilians; of those who are protesting and of those who are not.

The direct message coming from the streets is peaceful and democratic.

It demands a systematic fight against corruption and the embezzlement of public funds.

Everyone knows me. This is a something I will never let go.

This message requires higher quality for public services. It wants quality schools; it wants quality healthcare; it wants better public transport at fair prices; it wants more safety and security.

It wants more.

And to give more, institutions and governments must change.

Over the coming days, I will speak with the heads of the other government branches to join efforts. I will invite the state governors and mayors of all major cities of the country to come together on a great pact for the improvement of public services.

The focus will be threefold:

First, the preparation of a National Urban Mobility Plan, which will emphasize public transportation.

Second, the allocation of 100 percent of the national oil proceeds for education.

Third, immediately bringing thousands of doctors from overseas to expand the services provided under the Unified Healthcare System (the SUS).

I am hereby announcing that I will receive the leaders of the peaceful demonstrations and the representatives of youth organizations, unions, labor movements and popular associations.

We need their contributions, thoughts and experience. We need their energy and creativity, their bet on the future, and their capacity to challenge the mistakes of the past and the present.

Dear Brazilians,

We need to oxygenate our political system. We need to find mechanisms that make our institutions more transparent, more resistant to wrongdoing, and above all more permeable to the influence of society.

It is citizenship, not economic power, that must be heard first.

I want to contribute to building a broad and deep political reform that expands popular participation.

It is a mistake to think that any country can do without political parties, and especially without the popular vote, which is the basis of any democratic process.

We must work to ensure that our citizens have more comprehensive control mechanisms for their representatives.

We need, we very much need, more effective ways to fight corruption.

The Access to Information Act, which was passed under my government, must be extended to all branches of government and bodies of the federation. It is a powerful instrument for citizens to oversee the proper use of public money.

The best way to fight corruption is with transparency and rigor.

With regard to the World Cup, I want to clarify that the federal money spent on the stadiums is in the form of financing that will be duly repaid by the companies and governments that are exploiting these stadiums.

I would never allow these funds to come out of the federal public budget or to damage priority sectors such as health and education.

In fact, we have strongly expanded spending in health and education, and we will expand it more and more. I trust that the National Congress will approve the bill I presented that ensures that all oil royalties are spent exclusively on education.

It is also imperative that I mention a very important topic that has to do with our Brazilian soul and our manners.

Brazil, the only country to have participated in every World Cup and a five-time world champion, has always been very well received everywhere.

We must give our friends the same generous welcome we have received from them – with respect, love and joy. This is how we must treat our guests. Football and sport are symbols of peace and peaceful coexistence among peoples.

Brazil deserves to, and will, host a great World Cup.

My dear friends,

I want to reiterate that my government is listening to the democratic voices calling for change.

I want to say to you who have peacefully taken to the streets: I am hearing you, and I will not give in to violence or rioting.

It will always be in peace, with freedom and democracy, that we will continue to build together this great country of ours.

Good night.

Declaración de la Presidenta de la República, Dilma Rousseff, en cadena nacional de radio y televisión

Mis amigas y mis amigos,

Todos nosotros, brasileñas y brasileños, seguimos con gran atención las manifestaciones que vienen teniendo lugar en el país.

Ellas muestran la fuerza de nuestra democracia y el deseo de los jóvenes de hacer que Brasil avance.

Si sabemos aprovechar bien el impulso de esta nueva energía política podremos hacer, mejor y más rápido, muchas cosas que Brasil aún no ha podido realizar por causa de limitaciones políticas y económicas.

Pero si dejamos que la violencia nos lleve a perder el rumbo, no solamente estaremos desperdiciando una gran oportunidad histórica, sino también correremos el riesgo de echar a perder muchas cosas.

Como Presidenta, tengo la obligación tanto de escuchar la voz de las calles como de dialogar con todos los sectores, pero todo en el marco de la ley y el orden, indispensables para la democracia.

Brasil ha luchado mucho para convertirse en un país democrático. Y también está luchando mucho para convertirse en un país más justo.

No ha sido fácil llegar a donde hemos llegado, así como tampoco es fácil llegar a donde quieren muchos de los que salieron a las calles.

Sólo lograremos que eso se convierta en realidad si fortalecemos la democracia, el poder de los ciudadanos y los poderes de la república.

Los manifestantes tienen el derecho y la libertad de cuestionar y criticar todo. De proponer y exigir cambios. De luchar por más calidad de vida.

De defender apasionadamente sus ideas y propuestas. Pero tienen que hacerlo en forma pacífica y ordenada.

El Gobierno y la sociedad no pueden aceptar que una minoría violenta y autoritaria destruya el patrimonio público y privado, ataque templos, incendie automóviles, apedree autobuses y trate de llevar el caos a nuestros principales centros urbanos.

Esa violencia, fomentada por una pequeña minoría, no puede empañar un movimiento pacífico y democrático.

No podemos convivir con esa violencia que avergüenza a Brasil.

Todas las instituciones y los órganos de seguridad pública deben contener, dentro de los límites de la ley, todas las formas de violencia y vandalismo.

Con equilibrio y serenidad, pero con firmeza, seguiremos garantizando el derecho y la libertad de todos.

Les aseguro a ustedes: vamos a mantener el orden.

Brasileñas y brasileños,

Las manifestaciones de esta semana han aportado lecciones importantes: las tarifas han bajado y las reivindicaciones de los manifestantes han ganado prioridad nacional.

Tenemos que aprovechar el vigor de estas manifestaciones para producir más cambios que beneficien a la población brasileña en su conjunto.

Mi generación luchó mucho para que la voz de las calles fuese oída. Muchos fueron perseguidos, torturados y murieron por ello.

La voz de las calles tiene que ser oída y respetada. Pero no se la puede confundir con la bulla y las atrocidades de algunos alborotadores.

Soy la presidenta de todos los brasileños. De los que se manifiestan y de los que no se manifiestan.

El mensaje directo que llega desde las calles es pacífico y democrático.

Reivindica una lucha sistemática en contra de la corrupción y la malversación de fondos públicos. Todos me conocen. De este tema no desisto. Este mensaje exige servicios públicos de más calidad. Quiere escuelas de calidad; quiere atención de salud de calidad; quiere un transporte público mejor y a un precio justo; quiere más seguridad.

Quiere más.

Y para dar más, las instituciones y los gobiernos necesitan cambiar.

En los próximos días voy a conversar con los jefes de otros poderes para que sumemos esfuerzos.

Voy a invitar a los gobernadores y alcaldes de las principales ciudades del país a firmar un gran pacto en torno a la mejora de los servicios públicos.

El foco será: primeramente, en la elaboración del Plan Nacional de Movilidad Urbana, que privilegie el transporte colectivo .

Segundo, en asignar el 100% del petróleo a la educación.

Tercero, en traer de inmediato miles de médicos desde el extranjero para ampliar la atención en el SUS (Servicio Único de Salud).

Les anuncio que voy a recibir a los líderes de las manifestaciones pacíficas, a los representantes de las organizaciones juveniles, de los sindicatos, de los movimientos obreros y de las asociaciones populares.

Necesitamos sus contribuciones, reflexiones y experiencias. De su energía y creatividad, de su confianza en el futuro y su capacidad para cuestionar los errores del pasado y del presente.

Brasileñas y brasileños,

Tenemos que oxigenar nuestro sistema político. Encontrar mecanismos que hagan a nuestras instituciones más transparentes, más resistentes a la delincuencia y, sobre todo, más permeables a la influencia de la sociedad.

Es a la ciudadanía, y no al poder económico, a quien hay que escuchar en primer lugar.

Quiero contribuir a la construcción de una amplia y profunda reforma política, que amplíe la participación popular.

Es un error pensar que cualquier país puede prescindir de partidos, y en especial, del voto popular, base de cualquier proceso democrático.

Debemos hacer un esfuerzo para que el ciudadano tenga mecanismos de control más amplios sobre sus representantes.

Necesitamos mucho, pero muchísimo, formas más eficaces para combatir la corrupción.

La Ley de Acceso a la Información, que se aprobó en mi gobierno, deberá extenderse a todos los poderes de la república e instancias federativas.

Tal ley es un poderoso instrumento que tienen los ciudadanos para fiscalizar el uso correcto del dinero público.

La mejor manera de combatir la corrupción es con transparencia y rigor.

En relación con la Copa, quiero aclarar que el dinero que el gobierno federal ha gastado en los estadios proviene de financiación que será debidamente pagada por las empresas y los gobiernos que están explotando dichos estadios.

Jamás permitiría que esos recursos saliesen del presupuesto público federal, en detrimento de sectores prioritarios como la salud y la educación.

En realidad, hemos aumentado bastante los gastos de los sectores de salud y educación. Y vamos a aumentarlos cada vez más. Confío en que el Congreso Nacional aprobará el proyecto que presenté para que todas las regalías provenientes del petróleo sean gastadas exclusivamente en la educación.

No puedo dejar de mencionar un tema muy importante que tiene que ver con nuestra alma y nuestra manera de ser.

Brasil, el único país que ha participado en todas las Copas, cinco veces campeón mundial, siempre ha sido muy bien recibido en todas partes.

Tenemos que darles a nuestros pueblos hermanos la misma bienvenida generosa que recibimos de ellos. Respeto, cariño y alegría. Así es como tenemos que tratar a nuestros huéspedes.

El fútbol y el deporte son símbolos de paz y convivencia pacífica entre los pueblos.

Brasil merece y hará una gran Copa.

Mis amigas y mis amigos,

Quiero repetir que mi gobierno está oyendo las voces democráticas que piden cambio. Quiero decirles a quienes han salido, pacíficamente, a las calles: ¡Yo los estoy oyendo! Yo no voy a permitir la violencia y los disturbios. Será siempre en paz, con libertad y democracia, que vamos a continuar construyendo juntos nuestro gran país.
BUENAS NOCHES

**Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV
21 de junho de 2013**

Minhas amigas e meus amigos,
Todos nós, brasileiras e brasileiros, estamos acompanhando, com muita atenção, as manifestações que ocorrem no país. Elas mostram a força de nossa democracia e o desejo da juventude de fazer o Brasil avançar.
Se aproveitarmos bem o impulso desta nova energia política, poderemos fazer, melhor e mais rápido, muita coisa que o Brasil ainda não conseguiu realizar por causa de limitações políticas e econômicas. Mas, se deixarmos que a violência nos faça perder o rumo, estaremos não apenas desperdiçando uma grande oportunidade histórica, como também correndo o risco de colocar muita coisa a perder.
Como presidenta, eu tenho a obrigação tanto de ouvir a voz das ruas, como dialogar com todos os segmentos, mas tudo dentro dos primados da lei e da ordem, indispensáveis para a democracia.
O Brasil lutou muito para se tornar um país democrático. E também está lutando muito para se tornar um país mais justo. Não foi fácil chegar onde chegamos, como também não é fácil chegar onde desejam muitos dos que foram às ruas. Só tornaremos isso realidade se fortalecermos a democracia – o poder cidadão e os poderes da República.
Os manifestantes têm o direito e a liberdade de questionar e criticar tudo, de propor e exigir mudanças, de lutar por mais qualidade de vida, de defender com paixão suas ideias e propostas, mas precisam fazer isso de forma pacífica e ordeira.
O governo e a sociedade não podem aceitar que uma minoria violenta e autoritária destrua o patrimônio público e privado, ataque templos, incendeie carros, apedreje ônibus e tente levar o caos aos nossos principais centros urbanos. Essa violência, promovida por uma pequena minoria, não pode manchar um movimento pacífico e democrático. Não podemos conviver com essa violência que envergonha o Brasil. Todas as instituições e os órgãos da Segurança Pública têm o dever de coibir, dentro dos limites da lei, toda forma de violência e vandalismo.
Com equilíbrio e serenidade, porém, com firmeza, vamos continuar garantindo o direito e a liberdade de todos. Asseguro a vocês: vamos manter a ordem.
Brasileiras e brasileiros,
As manifestações dessa semana trouxeram importantes lições: as tarifas baixaram e as pautas dos manifestantes ganharam prioridade nacional. Temos que aproveitar o vigor destas manifestações para produzir mais mudanças, mudanças que beneficiem o conjunto da população brasileira.

A minha geração lutou muito para que a voz das ruas fosse ouvida. Muitos foram perseguidos, torturados e morreram por isso. A voz das ruas precisa ser ouvida e respeitada, e ela não pode ser confundida com o barulho e a truculência de alguns arruaceiros.

Sou a presidenta de todos os brasileiros, dos que se manifestam e dos que não se manifestam. A mensagem direta das ruas é pacífica e democrática.

Ela reivindica um combate sistemático à corrupção e ao desvio de recursos públicos. Todos me conhecem. Disso eu não abro mão.

Esta mensagem exige serviços públicos de mais qualidade. Ela quer escolas de qualidade; ela quer atendimento de saúde de qualidade; ela quer um transporte público melhor e a preço justo; ela quer mais segurança. Ela quer mais. E para dar mais, as instituições e os governos devem mudar.

Irei conversar, nos próximos dias, com os chefes dos outros poderes para somarmos esforços. Vou convidar os governadores e os prefeitos das principais cidades do país para um grande pacto em torno da melhoria dos serviços públicos.

O foco será: primeiro, a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, que privilegie o transporte coletivo. Segundo, a destinação de cem por cento dos recursos do petróleo para a educação. Terceiro, trazer de imediato milhares de médicos do exterior para ampliar o atendimento do Sistema Único de Saúde, o SUS.

Anuncio que vou receber os líderes das manifestações pacíficas, os representantes das organizações de jovens, das entidades sindicais, dos movimentos de trabalhadores, das associações populares. Precisamos de suas contribuições, reflexões e experiências, de sua energia e criatividade, de sua aposta no futuro e de sua capacidade de questionar erros do passado e do presente.

Brasileiras e brasileiros,

Precisamos oxigenar o nosso sistema político. Encontrar mecanismos que tornem nossas instituições mais transparentes, mais resistentes aos malfeitos e, acima de tudo, mais permeáveis à influência da sociedade. É a cidadania, e não o poder econômico, quem deve ser ouvido em primeiro lugar.

Quero contribuir para a construção de uma ampla e profunda reforma política, que amplie a participação popular. É um equívoco achar que qualquer país possa prescindir de partidos e, sobretudo, do voto popular, base de qualquer processo democrático. Temos de fazer um esforço para que o cidadão tenha mecanismos de controle mais abrangentes sobre os seus representantes.

Precisamos muito, mas muito mesmo, de formas mais eficazes de combate à corrupção. A Lei de Acesso à Informação, sancionada no meu governo, deve ser ampliada para todos os poderes da República e instâncias federativas. Ela é um poderoso instrumento do cidadão para fiscalizar o uso correto do dinheiro público. Aliás, a melhor forma de combater a corrupção é com transparência e rigor.

Em relação à Copa, quero esclarecer que o dinheiro do governo federal, gasto com as arenas é fruto de financiamento que será devidamente pago pelas empresas e os governos que estão explorando estes estádios. Jamais permitiria que esses recursos saíssem do orçamento público federal, prejudicando setores prioritários como a Saúde e a Educação.

Na realidade, nós ampliamos bastante os gastos com Saúde e Educação, e vamos ampliar cada vez mais. Confio que o Congresso Nacional aprovará o projeto que apresentei para que todos os *royalties* do petróleo sejam gastos exclusivamente com a Educação.

Não posso deixar de mencionar um tema muito importante, que tem a ver com a nossa alma e o nosso jeito de ser. O Brasil, único país que participou de todas as Copas, cinco vezes campeão mundial, sempre foi muito bem recebido em toda parte. Precisamos dar aos nossos povos irmãos a mesma acolhida generosa que recebemos deles. Respeito, carinho e alegria, é assim que devemos tratar os nossos hóspedes. O futebol e o esporte são símbolos de paz e convivência pacífica entre os povos. O Brasil merece e vai fazer uma grande Copa.

Minhas amigas e meus amigos,

Eu quero repetir que o meu governo está ouvindo as vozes democráticas que pedem mudança. Eu quero dizer a vocês que foram pacificamente às ruas: eu estou ouvindo vocês! E não vou transigir com a violência e a arruaça.

Será sempre em paz, com liberdade e democracia que vamos continuar construindo juntos este nosso grande país.

Boa noite!

Address by President Dilma Rousseff During a Meeting with Brazilian Governors and State Capital Mayors

Good afternoon all. Let's begin this meeting of Governors and Mayors... I would like to start by wishing you all a good day and greeting the honorable Governors and Mayors.

First, I want to thank you for your presence and your immediate compliance with my invitation to debate the delicate moment the country is experiencing. More than to debate, we are here to search for, highlight, and identify solutions. We seek answers, all republican and participatory, to the problems that concern and mobilize the Brazilian people.

In recent years Brazil has been undergoing a clear and uninterrupted change process, perhaps the largest in our history. We have combined economic stability and broad democratic freedom with economic growth and massive job creation. We have what is possibly the lowest unemployment rate in the world.

Innovative public policies have allowed the inclusion of 40 million people through an intense inequality-reducing process. The country is no longer governed only for a third of its population. It is now governed for all of its people.

Under these conditions, Brazil has created a large mass consumption market and advanced in the construction of citizenship. The people are now on the streets, telling us that they want the changes to continue, to go further, to go even faster. They are telling us that they want more citizenship, they want full citizenship. The streets are telling us that the country wants quality public services; that they want more efficient mechanisms to fight corruption that ensure the proper use of public money; that they want political representation that permeates a society where, as I said before, citizenship - and not economic power - is put first and foremost.

It is great that the people are saying all this loud and clear. It is up to each of us - President, Ministers, Governors and Mayors - to fulfill this new and decisive dimension of popular will.

We all know where the problems are. We all know that we can build solutions. But we also know the countless difficulties in solving them. I myself have faced many barriers ever since assuming the Presidency, but the energy that comes from the streets is greater than any obstacle. Together with the people, we can solve big problems. There is no reason to stand inert, complacent or divided.

Thus, my fellow Governors and fellow Mayors, I have brought us concrete proposals and the political will to build at least five pacts for Brazil. The first pact is for fiscal responsibility, to ensure economic stability and inflation control. This is a perennial pact for all of us. This is a particularly important dimension in the present moment, when the prolonged global economic crisis still punishes, with volatility, all nations.

The second pact is for building a deep and comprehensive political reform that broadens popular participation and the horizons of citizenship. This topic, as we all know, has been in and out of the country's agenda multiple times, and it is necessary that we, in realizing that it has indeed gone in and out of focus several times, take the initiative to break the impact. At this moment, I want to propose a debate for the initiation of a referendum to authorize establishing a specific constituent process that would implement the political reform the country so badly needs. Brazil is ripe to move forward, and has made it clear that it does not want to stand still.

We must also prioritize the fight against corruption in an even more impactful way than is already being done in all sectors. In this sense, a key initiative is a new law that classifies willful corruption as equivalent to a heinous crime, with severe, much more severe, penalties. In addition, all administrative levels of all branches of government must strive to expedite the full implementation of the Access to Information Act, which gives government leaders more tools to fight corruption and helps ensure citizen participation.

The third step is related to healthcare. I want to propose that you accelerate investments that have already been earmarked for hospitals, UPAs (Emergency Care Units) and basic health units. For example, I want to propose that more philanthropic hospitals adhere to the program that exchanges debts for more healthcare services and that doctors are encouraged to go to the cities and regions that need them most.

Where Brazilian physicians are unavailable, we will hire foreign professionals to work exclusively in the Unified Healthcare System.

On that last point, I know we will face a good democratic debate. At first, I would like to say to the Brazilian medical community that this is not, even remotely, a hostile or disrespectful measure towards our professionals. This is an emergency-driven, isolated initiative, taken in view of the great difficulty we are facing to find physicians in sufficient numbers or who are willing to work in remote areas of the country or the poorest areas of our major cities.

We will always offer any vacancies to be filled by Brazilian doctors first, and only then call foreign doctors to fill them. But it must be clear that the health of our citizens must prevail over all other interests.

Brazil remains one of the countries with the lowest foreign doctor employment rates in the world. For example, 37 percent of doctors working in England have graduated abroad. In

the United States, 25 percent. In Australia, 22 percent. Here in Brazil, only 1.79 percent of our doctors are foreign. Meanwhile, there are regions in our country where the population has no healthcare. This cannot continue.

We know better than anyone that we will not improve public health simply by hiring doctors, be they Brazilian or foreign. Therefore we will take a series of measures, together with you, to improve the physical conditions of our healthcare network and the entire working environment available to current and future professionals. At the same time, we're moving forward with the greatest program in history for the expansion of vacancies in medical degrees and specialized training courses. This means, among other things, the creation of 11,447 new undergraduate positions and 12,376 new residency positions for Brazilian medical students by 2017.

The fourth pact is aimed at taking a leap of quality in public transport in our major cities, thus changing the framework of our transportation system: build more subways, light rail transit tracks and bus lanes; move faster towards high-quality and affordable public transportation. The federal government has already waived taxes, which allowed the reduction of bus fares by 7.23 percent and of subway and train fares by 13.75 percent. Furthermore, we have kept the fares charged by subways and trains operated by the federal government frozen since 2003. We have also waived the IPI tax for the purchase of buses. We are now ready to expand the exemptions for the PIS/COFINS tax on the diesel used by buses and the power consumed by subways and trains. This process can be strengthened by states and municipalities with exemptions for their own taxes. I'm sure the ladies and gentlemen present here will be sensitive to this issue.

Also, I have decided to commit an additional R\$ 50 billion to new investments in urban mobility works. This decision is an answer to the plea for better transportation in our country, where large cities are growing and where, in the past, there was an incorrect choice to not invest in subways. Only very recently – over the last decades – have subways become a means of transportation recognized as in need of investment. I am certain that over recent years Brazil has seen major investments in the area of urban collective transportation, and we are very proud, together with the honorable Governors and Mayors, to have been a part of this major effort.

Our pact must, therefore, also ensure wide participation from society in the political discussion of transport, greater transparency and social control over the calculation of bus fares. For that purpose, I am hereby creating the National Council for Public Transport, with participation from civil society and the users of public transportation. The creation of similar Councils in municipalities and metropolitan areas where they do not exist will be extremely important.

I conclude with the Pact for Public Education. No nation has developed without literacy at the right age and without day care facilities for the population that needs it most; without full-time education; without vocational training; without universities of excellence; without research, science and innovation. The training, valuation and appropriate compensation for educators are essential conditions for such targets to be achieved, and these require resources.

We have taken great strides in recent decades to reverse the century-old delay of our education system, but now - I repeat - we need more resources. Therefore my government

has strived, with the National Congress, to ensure that 100 percent of oil royalties and 50 percent of the pre-salt resources are received by the municipal governments, the federal government, the municipalities, and the Union [note: the legal entity representing the federal government] to be invested in education. I trust that the honorable congressmen will approve this bill being processed in the legislature with constitutional urgency.

My dear friends,

I have coordinated, and in recent times have given great emphasis to the issue of education. I believe we all know that it transforms; that this effort for education transforms a country into a developed nation. There has been no country in the world that did not undertake this effort for education and reached the status of a developed country.

I would also like to say here that, throughout this process, this has been an issue that received a lot of sympathy from Governors and Mayors. I believe this is an effort that we must undertake to promote significant changes in the short, medium and long terms for our country.

Dear Governors and Mayors,

I have condemned and warned on national television last week that my government will not compromise in the maintenance of law and order, curbing the actions by troublemaking vandals who try to disturb the peaceful nature of the demonstrations.

I reiterate that disposition before you now, and reaffirm my commitment to help you however necessary to ensure peace and tranquility to our cities.

But more than all else, I want to repeat that my government is hearing the democratic voice, the democratic voices that come out and emerge from the streets and that call for change. We must learn to hear the voice of the streets. Only that voice may propel us to move even faster.

We must, all of us, without exception, understand these signs with humility and accuracy. This goes not only for us, government leaders, but also for the Brazilians who are in their homes and those who took to the streets.

If we make good use of the momentum and energy of this new politics, we can do much more, and faster. It is up to us to draw more strength from this moment and use it to do more for Brazil, and much more for Brazilians.

Before thanking you for your attention and for your attendance at this event in a manner so deliberately engaged to solving the problems of our country, I would like to ask two Ministers of my government to provide quick clarifications on this pact for health and on this pact for urban mobility and collective mass transport. And I would suggest, soon after, that we start our meeting and our discussion by giving the floor, for a certain time, to the honorable Governors and Mayors. We are at least 54 to have the floor, 27 Governors and 27 Mayors. Actually, 26 Mayors, because Brasilia has no Mayor. So we are 53.

And then we'll have to agree on a time slot for everyone to speak, or at least to have some sort of representation per region and for the parties that make up the group here present.

Source: SECOM

Discurso de la Presidenta de la República Dilma Rousseff durante reunión con gobernadores y alcaldes de capitales

Buenas tardes a todos. Vamos a dar comienzo a esta reunión de gobernadores y alcaldes. Antes que nada quiero desearles buenos días a todos y saludar a los queridos gobernadores y a las queridas gobernadoras, a las estimadas alcaldesas y a los estimados alcaldes.

En primer lugar, quiero darles las gracias por su presencia y por responder sin demora a mi invitación para debatir el delicado momento que vive el país. Más que un debate, hemos venido a buscar, evidenciar y encontrar soluciones. Buscamos respuestas, todas ellas republicanas y participativas, para los problemas que inquietan y movilizan al pueblo brasileño.

En los últimos años Brasil viene pasando por un proceso inequívoco e ininterrumpido, tal vez el proceso de cambio más grande de nuestra historia. Hemos combinado estabilidad económica y amplias libertades democráticas con el crecimiento económico y una masiva creación de puestos de trabajo. Tenemos, posiblemente, la tasa de desempleo más baja del mundo.

Políticas públicas innovadoras han permitido incluir a 40 millones de personas en un intenso proceso de reducción de las desigualdades. El país dejó de ser gobernado para sólo un tercio de la población y es gobernado por toda la población.

En estas condiciones, Brasil ha creado un amplio mercado de consumo masivo y ha avanzado en la construcción de la ciudadanía. Ahora el pueblo ha salido a las calles para decir que desea que los cambios continúen, que se amplíen, que se produzcan aún más rápido. Nos está diciendo que quiere más ciudadanía, una ciudadanía plena. Las calles nos están diciendo que el país quiere servicios públicos de calidad, quiere mecanismos más eficaces para luchar contra la corrupción que aseguren el buen uso del dinero público, quiere una representación política permeable a la sociedad, en la que, como dije antes, el ciudadano y no el poder económico estén en primer lugar.

Es muy bueno que la gente esté diciendo todo esto en voz alta y clara.

Corresponde a cada uno de nosotros –presidenta, ministros, gobernadores, gobernadoras, alcaldesas, alcaldes–, corresponde a cada uno de nosotros cumplir con esta nueva y decisiva dimensión de la voluntad popular.

Todos nosotros sabemos dónde se encuentran los problemas. Todos nosotros sabemos que podemos construir soluciones. Sin embargo, sabemos también que hay un sinnúmero de dificultades para resolverlos. Yo misma he enfrentado, desde que asumí la Presidencia, innumerables barreras, pero la energía que nos llega desde las calles es mayor que cualquier obstáculo. Junto con la población podemos resolver los grandes problemas. No hay razón para que permanezcamos inertes, conformes o divididos.

Así es que compañeros, compañeras gobernadoras, compañeros gobernadores, alcaldesas y alcaldes, les traigo propuestas concretas y disposición política para que construyamos por lo menos cinco pactos en beneficio de Brasil. El primer pacto es por la responsabilidad fiscal, para garantizar la estabilidad de la economía y el control de la inflación. Este es un pacto perenne de todos nosotros. Esta es una dimensión especialmente importante en el momento actual, cuando la prolongada crisis económica

mundial aún castiga, con volatilidad, a todas las naciones.

El segundo pacto es en torno a la construcción de una amplia y profunda reforma política que amplíe la participación popular y amplíe los horizontes de la ciudadanía. Este tema, todos lo sabemos, ya entró y salió de la agenda del país varias veces, y es necesario que nosotros, dándonos cuenta de que en las últimas décadas ha entrado y salido varias veces, tengamos la iniciativa de romper el impacto. Quiero en este momento proponer el debate sobre la convocatoria a un plebiscito popular que autorice la entrada en funcionamiento de un proceso constituyente específico para llevar a cabo la reforma política que tanto necesita el país. Brasil está maduro para avanzar y ya ha dejado claro que no quiere quedarse donde está.

Debemos también darle prioridad a la lucha contra la corrupción, de manera más contundente aún que lo que ya se está haciendo en todas las esferas. En este sentido, una iniciativa fundamental es una nueva legislación que clasifique a la corrupción dolosa como equivalente de los crímenes hediondos, con penas severas, mucho más severas. Además, todas las esferas administrativas de todos los poderes de la República deben esforzarse para agilizar la plena aplicación de la Ley de Acceso a la Información, que otorga al gobernante más instrumentos de combate contra la corrupción y contribuye a la participación ciudadana.

El tercer paso es en el tema de la Salud. Quiero proponer a los señores y señoras acelerar las inversiones ya contratadas en hospitales, unidades de atención rápidas (UPAs) y unidades básicas de salud. Por ejemplo, ampliar también la adhesión por parte de los hospitales filantrópicos al programa de canje de deudas por más atención, e incentivar el traslado de médicos a las ciudades y regiones que más los necesitan.

Cuando los médicos brasileños no estén disponibles, contrataremos profesionales extranjeros para trabajar exclusivamente en el Sistema Único de Salud.

Sobre este último aspecto, sé que vamos a enfrentar un buen debate democrático. Desde ya quiero decirle a la clase médica brasileña que esta no es, ni de lejos, una medida hostil o que falte al respeto a nuestros profesionales. Se trata de una acción de emergencia, localizada, que tiene en cuenta la gran dificultad que estamos enfrentando para encontrar médicos en número suficiente o dispuestos a trabajar en los áreas más remotos del país o en las zonas más pobres de nuestras grandes ciudades.

Siempre ofreceremos primero a los médicos brasileños las plazas por cubrir. Sólo después llamaremos a los médicos extranjeros. Pero debe quedar claro que la salud de los ciudadanos debe prevalecer sobre cualquier otro interés.

Brasil sigue siendo uno de los países que menos emplea médicos extranjeros en el mundo. Por ejemplo, el 37% de los médicos que trabajan en Inglaterra se han graduado en el exterior. En los Estados Unidos, son el 25%. En Australia, el 22%. En Brasil, sólo el 1,79% de los médicos son extranjeros. Mientras tanto, hoy por hoy hay zonas de nuestro país en las que la población no tiene atención médica. Esto no puede continuar.

Sabemos mejor que nadie que no vamos a mejorar la salud pública solo con la contratación de médicos, brasileños y extranjeros. Por consiguiente, vamos a tomar, juntamente con Uds., una serie de medidas para mejorar las condiciones físicas de la red de atención y de todo el ambiente de trabajo de los actuales y futuros profesionales. Al mismo tiempo, estamos llevando a cabo el mayor programa de la historia de expansión de

plazas en las facultades de medicina y de formación de especialistas. Esto significará, entre otras cosas, la creación de 11.447 nuevas plazas en las carreras de grado y 12.376 nuevas plazas de residencia para estudiantes brasileños hasta el 2017.

El cuarto pacto se propone dar un salto en materia de calidad en el transporte público en las grandes ciudades, cambiar la matriz de este transporte. Hacer más metros, vehículos ligeros sobre rieles (VLTs) y carriles para autobús. Avanzar más rápido hacia el transporte público de calidad y accesible. El gobierno federal ha desgravado impuestos, lo que ha permitido la reducción de las tarifas de autobús en 7,23% y las de metro y tren en 13,75%. Además, hemos mantenido congeladas las tarifas de los metros y trenes operados por el gobierno federal desde el 2003. También hemos desgravado el Impuesto a la Producción Industrial para la compra de autobuses. Ahora estamos dispuestos a ampliar la reducción de los gravámenes PIS/COFINS sobre el combustible diesel de autobuses y la electricidad consumida por metros y trenes. Este proceso puede ser fortalecido por los estados y municipios a través de la exención de sus impuestos. Estoy segura de que Uds. señores, serán sensibles a esto.

Además, he decidido destinar R\$ 50.000 millones más a nuevas inversiones en obras de movilidad urbana. Esta decisión es un reflejo de la demanda por la mejora del transporte colectivo en nuestro país, donde las grandes ciudades crecen y donde, en el pasado, se tomó la decisión equivocada de no invertir en sistemas de metro. Solo hasta hace muy poco, en las últimas décadas, el metro se convirtió en uno de los medios de transporte que se consideran como objeto de una inversión necesaria. Estoy segura de que en los últimos años Brasil ha recibido grandes inversiones en el área de transporte colectivo urbano y estamos muy orgullosos de haber participado, junto con los gobernadores y los alcaldes, en este gran esfuerzo.

Nuestro pacto tiene pues que asegurarle a la sociedad una gran participación en la discusión política sobre el transporte, una mayor transparencia y control social en el cálculo de las tarifas de autobús. Para ello, estoy creando el Consejo Nacional del Transporte Público, con la participación de la sociedad civil y de los usuarios finales. La creación de un Consejo similar en los municipios y regiones metropolitanas donde aún no existen será de extrema importancia.

Termino con el Pacto de la Educación Pública. Ninguna nación se desarrolla sin alfabetización a la edad adecuada y sin guarderías para la población que más las necesita, sin educación a tiempo completo, sin educación técnica profesional, sin universidades de excelencia, sin investigación, ciencia e innovación. Son condiciones esenciales para lograr estas metas la formación, la valorización y buenos salarios para los educadores, y eso requiere recursos.

Hemos hecho grandes avances en las últimas décadas para revertir el retraso secular de nuestra educación, pero ahora necesitamos –lo he dicho y lo repito– más recursos. Precisamente por eso mi gobierno viene luchando, junto con el Congreso Nacional, por que el 100% de las regalías del petróleo y sus recursos, el 50% de los recursos del pre-sal, a ser recibidos por las alcaldías, el gobierno federal, los municipios, y la parte de la Unión (nota del editor: persona jurídica que representa al gobierno federal), lo repito, se inviertan en educación. Confío en que los miembros del Congreso aprobarán este proyecto que se encuentra en trámite en el Legislativo con urgencia constitucional.

Mis amigas y amigos,

Yo coordiné y, en los últimos tiempos, he dado un gran énfasis al tema de la educación. Creo que todos sabemos que eso transforma, que ese esfuerzo por la educación transforma a los países en naciones desarrolladas. No hubo ningún país en el mundo que no haya concentrado tal esfuerzo en la educación y que hubiese llegado a la condición de país desarrollado.

Por tal razón me gustaría decirles aquí que, a lo largo de este proceso, este ha sido una cuestión sobre la que recibí mucha simpatía de gobernadores y alcaldes. Creo que este es un esfuerzo que debemos hacer para que se produzca un cambio significativo a corto, medio y largo plazo en nuestro país.

Señoras gobernadoras, señores gobernadores, alcaldes y alcaldesas,

Yo condené y advertí la semana pasada, en cadena nacional, que mi Gobierno no va a transigir en el mantenimiento de la ley y el orden, cohibiendo la acción de vándalos alborotadores que intentan perturbar el carácter pacífico de las manifestaciones.

Repito esta disposición ante Uds. señores y señoras y reafirmo mi compromiso de ayudarles en lo que sea necesario para garantizar la paz y la tranquilidad de nuestras ciudades.

Sin embargo quiero repetir principalmente que mi Gobierno está oyendo la voz democrática, las voces democráticas que salen y emergen de las calles y piden cambios. Hay que saber escuchar la voz de las calles. Sólo ella es capaz de darnos el impulso para caminar aún más rápido.

Es preciso que todos nosotros, todos sin excepción, entendamos estas señales con humildad y acierto. Esto vale no solo para nosotros, líderes de gobierno, sino también igualmente para los brasileños y las brasileñas que están en sus hogares y también para los que salieron a las calles.

Si aprovechamos bien el impulso de esta nueva energía política, podremos hacer más rápido mucho más. Depende de nosotros saber sacar más fuerzas de este momento para hacer más por Brasil y mucho más por los brasileños.

Antes de darles las gracias por la atención y por el hecho de haber venido aquí, de manera tan deliberadamente empeñada en encontrar solución para los problemas de nuestro país, quisiera pedirles a dos ministros de mi gobierno que hagan una breve aclaración sobre los temas de la salud y del transporte urbano colectivo. Sobre el pacto por la salud y el pacto por el tema de la movilidad urbana, y por el transporte público colectivo. Y sugiero que luego después comencemos nuestra reunión y nuestro debate, concediéndoles la palabra, por tiempo determinado, a los gobernadores y alcaldes. Nosotros somos cuanto menos 54 para hablar, 27 gobernadores y 27 alcaldes. En realidad 26 alcaldes, porque Brasilia no tiene alcalde. Así que somos 53.

Luego nosotros vamos a tener que pensar en un tiempo para que todos hablen o que al menos haya una representación por región y por los partidos que componen este grupo.

**Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante reunião com governadores e prefeitos de capitais
Palácio do Planalto, 24 de junho de 2013**

Boa tarde a todos. Vamos dar início a essa reunião de governadores e prefeitos... Eu queria, primeiro, desejar bom dia a todos vocês, cumprimentar os queridos governadores e as queridas governadoras, as caras prefeitas e caros prefeitos.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer a presença de vocês e o atendimento imediato a meu convite para debatermos o momento delicado em que vive o país. Mais do que um debate, estamos aqui para procurar e evidenciar, e apontar soluções. Buscamos respostas, todas elas republicanas e participativas aos problemas que inquietam e mobilizam o povo brasileiro.

Nos últimos anos, o Brasil vem passando por um inequívoco e ininterrupto processo, talvez o maior processo de mudança da nossa história. Nós combinamos estabilidade econômica e amplas liberdades democráticas com o crescimento econômico e geração massiva de empregos. Temos, possivelmente, a mais baixa taxa de desemprego do mundo.

Inovadoras políticas públicas permitiram a inclusão de 40 milhões de pessoas a um intenso processo de redução das desigualdades. O país deixou de ser governado apenas para 1/3 da população e passou a ser governado para toda a população.

Nessas condições, o Brasil criou um amplo mercado de consumo de massa e avançou na construção da cidadania. O povo está agora nas ruas, dizendo que deseja que as mudanças continuem, que elas se ampliem, que elas ocorram ainda mais rápido. Ele está nos dizendo que quer mais cidadania, quer uma cidadania plena. As ruas estão nos dizendo que o país quer serviços públicos de qualidade, quer mecanismos mais eficientes de combate à corrupção que assegurem o bom uso do dinheiro público, quer uma representação política permeável à sociedade onde, como já disse antes, o cidadão e não o poder econômico esteja em primeiro lugar.

É muito bom que o povo esteja dizendo tudo isso em alto e bom som.

Cabe a cada um de nós – presidenta, ministros, governadores, governadoras, prefeitas, prefeitos –, cabe a cada um de nós cumprir essa nova e decisiva dimensão da vontade popular.

Nós todos sabemos onde estão os problemas. Nós todos sabemos que podemos construir soluções. Mas também sabemos das incontáveis dificuldades para resolvê-los. Eu mesma tenho enfrentado, desde que assumi a Presidência, inúmeras barreiras, mas a energia que vem das ruas é maior do que qualquer obstáculo. Junto com a população podemos resolver grandes problemas. Não há por que ficarmos inertes, acomodados ou divididos.

Por isso, companheiros, companheiras governadoras, companheiros governadores, prefeitas e prefeitos, eu trago propostas concretas e disposição política para construirmos pelo menos cinco pactos em favor do Brasil. O primeiro pacto é pela responsabilidade fiscal, para garantir a estabilidade da economia e o controle da inflação. Esse é um pacto

perene de todos nós. Essa é uma dimensão especialmente importante no momento atual, quando a prolongada crise econômica mundial ainda castiga, com volatilidade, todas as nações.

O segundo pacto é em torno da construção de uma ampla e profunda reforma política, que amplie a participação popular e amplie os horizontes da cidadania. Esse tema, todos nós sabemos, já entrou e saiu da pauta do país por várias vezes, e é necessário que nós, ao percebermos que, nas últimas décadas, ele entrou e saiu várias vezes, tenhamos a iniciativa de romper o impasse. Quero, nesse momento, propor o debate sobre a convocação de um plebiscito popular que autorize o funcionamento de um processo constituinte específico para fazer a reforma política que o país tanto necessita. O Brasil está maduro para avançar e já deixou claro que não quer ficar parado onde está.

Devemos também dar prioridade ao combate à corrupção, de forma ainda mais contundente do que já vem sendo feito em todas as esferas. Nesse sentido, uma iniciativa fundamental é uma nova legislação que classifique a corrupção dolosa como equivalente a crime hediondo, com penas severas, muito mais severas. Além disso, todas as esferas administrativas, de todos os poderes da República, devem se esforçar para agilizar a implantação plena da Lei de Acesso à Informação, que dá ao governante mais instrumentos de combate à corrupção e contribui para a participação da cidadania.

O terceiro passo é na questão da Saúde. Quero propor aos senhores e às senhoras acelerar os investimentos já contratados em hospitais, UPAs e unidades básicas de saúde. Por exemplo, ampliar também a adesão dos hospitais filantrópicos ao programa que troca dívidas por mais atendimento e incentivar a ida de médicos para as cidades que mais precisam e as regiões que mais precisam.

Quando não houver a disponibilidade de médicos brasileiros, contrataremos profissionais estrangeiros para trabalhar com exclusividade no Sistema Único de Saúde.

Neste último aspecto, sei que vamos enfrentar um bom debate democrático. De início, gostaria de dizer à classe médica brasileira que não se trata, nem de longe, de uma medida hostil ou desrespeitosa aos nossos profissionais. Trata-se de uma ação emergencial, localizada, tendo em vista a grande dificuldade que estamos enfrentando para encontrar médicos, em número suficiente ou com disposição para trabalhar nas áreas mais remotas do país ou nas zonas mais pobres das nossas grandes cidades.

Sempre ofereceremos primeiro aos médicos brasileiros as vagas a serem preenchidas. Só depois chamaremos médicos estrangeiros. Mas é preciso ficar claro que a saúde do cidadão deve prevalecer sobre quaisquer outros interesses.

O Brasil continua sendo um dos países do mundo que menos emprega médicos estrangeiros. Por exemplo, 37% dos médicos que trabalham na Inglaterra se graduaram no exterior. Nos Estados Unidos, são 25%. Na Austrália, 22%. Aqui no Brasil, temos apenas 1,79% de médicos estrangeiros. Enquanto isso, temos hoje regiões em nosso país em que a população não tem atendimento médico. Isso não pode continuar.

Sabemos mais que ninguém que não vamos melhorar a saúde pública apenas com a contratação de médicos, brasileiros e estrangeiros. Por isso, vamos tomar, juntamente com os senhores, uma série de medidas para melhorar as condições físicas da rede de atendimento e todo o ambiente de trabalho dos atuais e futuros profissionais. Ao mesmo tempo, estamos tocando o maior programa da história de ampliação das vagas em cursos

de Medicina e formação de especialistas. Isso vai significar, entre outras coisas, a criação de 11 mil e 447 novas vagas de graduação e 12 mil e 376 novas vagas de residência para estudantes brasileiros até 2017.

O quarto pacto se propõe a dar um salto de qualidade no transporte público nas grandes cidades, mudar a matriz desse transporte. Fazer mais metrôs, VLTs e corredores de ônibus. Avançar mais rápido em direção ao transporte público de qualidade e acessível. O governo federal já desonerou impostos, o que permitiu a redução das tarifas de ônibus em 7,23%, e 13,75% na tarifa do metrô e dos trens. Além disso, mantivemos congeladas as tarifas de metrô e trens operados pelo governo federal desde 2003. Desoneramos também o IPI para a compra de ônibus. Estamos dispostos, agora, a ampliar a desoneração do PIS/Cofins sobre o óleo diesel dos ônibus e a energia elétrica consumida por metrôs e trens. Esse processo pode ser fortalecido pelos estados e os municípios com a desoneração de seus impostos. Tenho certeza que as senhoras e os senhores estarão sensíveis a isso.

Além disso, decidi destinar mais R\$ 50 bilhões para novos investimentos em obras de mobilidade urbana. Essa decisão é reflexo do pleito por melhoria do transporte coletivo no nosso país, onde as grandes cidades crescem e onde, no passado, houve a incorreta opção por não investir em metrôs. Só muito recentemente, nas últimas décadas, é que o metrô passou a ser um dos meios de transporte reconhecidos como sendo objeto da necessidade de investimento. Tenho certeza que nos últimos anos o Brasil tem tido um grande investimento na área de transporte coletivo urbano e temos muito orgulho de, junto com os governadores e os prefeitos, participarmos desse grande esforço.

O nosso pacto precisa, pois, assegurar também uma grande participação da sociedade na discussão política do transporte, uma maior transparência e controle social no cálculo das tarifas de ônibus. Para isso, estou criando o Conselho Nacional de Transporte Público, com participação da sociedade civil e dos usuários. A criação de Conselho semelhante nos municípios e regiões metropolitanas onde ainda não existem será extremamente importante.

Concluo com o Pacto da Educação Pública. Nenhuma nação se desenvolve sem alfabetização na idade certa e sem creches para a população que mais precisa, sem educação em tempo integral, sem ensino técnico profissionalizante, sem universidade de excelência, sem pesquisa, ciência e inovação. São condições essenciais para alcançar essas metas a formação, a valorização e bons salários para os educadores, e isso exige recursos.

Avançamos muito nas últimas décadas, para reverter o atraso secular da nossa educação, mas agora precisamos – vou repetir – de mais recursos. Por isso mesmo o meu governo tem lutado, junto ao Congresso Nacional, para que 100% dos royalties do petróleo e os recursos, 50% dos recursos do pré-sal, a serem recebidos pelas prefeituras, pelo governo federal, pelos municípios, e a parte da União, eu repito, sejam investidos na educação. Confio que os senhores congressistas aprovarão esse projeto que tramita no Legislativo com urgência constitucional.

Minhas amigas e meus amigos,

Eu coordenei e, nos últimos tempos, dei uma grande ênfase a essa questão da educação. Acredito que todos nós sabemos que isso transforma, esse esforço na educação,

transforma um país em nação desenvolvida. Não houve nenhum país do mundo que não tivesse esse esforço concentrado na educação e que tivesse chegado à condição de país desenvolvido.

Por isso também gostaria de dizer aqui que, ao longo desse processo, essa tem sido uma questão que eu recebi muita simpatia de governadores e de prefeitos. Acredito que esse é um esforço que nós devemos fazer para que haja uma mudança significativa no curto, no médio e no longo prazos no nosso país.

Senhores governadoras, governadores, prefeitos e prefeitas,

Eu condenei e alertei, em rede nacional, na semana passada, que meu governo não vai transigir na manutenção da lei e da ordem, coibindo a ação de vândalos arruaceiros que tentam perturbar o caráter pacífico das manifestações.

Eu repito essa disposição perante os senhores e as senhoras e reafirmo meu compromisso de ajudá-los no que for necessário para garantirmos paz e tranquilidade às nossas cidades.

Mas quero repetir principalmente que meu governo está ouvindo a voz democrática, as vozes democráticas que saem e emergem das ruas e que pedem mudanças. É preciso saber escutar a voz das ruas. Só ela é capaz de nos impulsionar a andar ainda mais rápido.

É preciso que todos, todos mesmo, sem exceção, entendam esses sinais com humildade e acerto. Isso vale não apenas para nós, líderes de governos, mas igualmente para os brasileiros e brasileiras que estão em suas casas e também para aqueles que foram às ruas.

Se aproveitarmos bem o impulso dessa nova energia política, poderemos fazer mais rápido muita coisa. Cabe a nós saber retirar desse momento mais força para fazermos mais pelo Brasil e muito mais pelos brasileiros.

Antes de agradecê-los, a vocês a atenção e o fato de terem comparecido aqui, de forma tão deliberadamente empenhada na resolução dos problemas do nosso país, eu gostaria de pedir que dois ministros do meu governo fizessem rápidos esclarecimentos, sobre a questão da saúde, sobre a questão do transporte urbano coletivo. Desse pacto pela saúde e desse pacto pela questão da mobilidade urbana e pelo transporte coletivo de massa. E sugeriria, logo em seguida, que nós começássemos a nossa reunião e o nosso debate dando a palavra, por um tempo determinado, aos senhores governadores e prefeitos. Nós somos no mínimo 54 para falar, 27 governadores e 27 prefeitos. Aliás, 26 prefeitos, porque Brasília não tem prefeito. Então são 53.

E aí nós vamos ter que pensar em um tempo para que todos falem ou que pelo menos que tenha uma representação por região e pelos partidos que compõem aqui o grupo.